



4º EBAA

Agricultura Alternativa como expressão popular

Agrônomos e agricultores de todo o País discutem os rumos da agricultura alternativa a partir das perspectivas econômicas e sociais do campo.

Páginas 4, 5 e 6

Declaração de Formosa reafirma o desejo de integração e cooperação entre as duas regiões

Página 7



Odacir Klein e Rui Polidoro foram empossados com a promessa de imprimir nova força política na Federação

Klein e Polidoro na Fecotrigo

Última página

ASSEMBLÉIA



MUDANÇAS NO REGIMENTO INTERNO

Assembléia aprova alterações no Regimento Interno dos Representantes, criando a figura do coordenador geral que passa, de agora em diante, a participar das reuniões do Conselho de Administração

Páginas 9, 10 e 11

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111 Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bollvar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Walter Frantz
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva
Superintendente/Dom Pedrito:
Eduardo Augusto Pereira de Menezes
Vice-presidente/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):

Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Atalides Conceição, José Jorge Riehl de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Luiz Carlos Roos, Ovídio Moraes, Frederico Antônio Stefanello, Paulino Stralotto, Nilton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangrolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Carniel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Gulotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edimar do Nascimento, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Realdo Cervi, Pedro Afonso Pereira e Jayme Wender.

Suplentes:

Ivo Vicente Basso, Antônio Carlos Xavier Hias e Amário Becker

Diretores contratados:

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Boratto de Jesus, Vilmar Hendges e Léo José Góti.

LOJAS COTRIJUI

Regional Pioneira.....	26
Dom Pedrito.....	3
Mato Grosso do Sul.....	7
Total.....	36

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira.....	584.800 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Mato Grosso do Sul.....	476.150 t
Total.....	1.371.950 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmem Rejane Pereira

REVISOR

Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTE

Rio Grande: Rosane Henn
Rio Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Um representante mais político e mais inteirado das decisões tomadas pela cooperativa. É isto que desejam os associados ao discutirem e levarem para aprovação da Assembléia Geral Ordinária da Cotrijuí, uma série de alterações no Regimento Interno do Conselho de Representantes. As mudanças traçam de forma mais clara o perfil do representante e estabelecem alguns critérios para a sua escolha, deixando claro que todo e qualquer candidato, precisa antes de tudo ter afinidades com a cooperativa, sem possuir atividades paralelas, que possam fazer concorrência. O ponto mais importante, no entanto, trata das coordenadorias. O Conselho de Representante passará a partir de então, a eleger um coordenador geral com a finalidade de servir de cabeça do grupo. É função deste coordenador, além de procurar homogeneizar os trabalhos do Conselho e cobrar soluções, acompanhar as reuniões do Conselho de Administração. Não terá direito a voto, mas poderá participar dos debates, tentando influenciar nas decisões a serem tomadas. Mas a surpresa maior da Assembléia ficou por conta da destinação das sobras. Este ano, numa decisão inédita nos últimos 10 anos, a Assembléia optou pela divisão do superávit da Cotrijuí, alcançado no exercício 88. Matéria sobre a Assembléia, desempenho da Cotrijuí em 88, as mudanças no Regimento Interno e

Relatório da Administração estão nas páginas 9, 10, 11, 12 e 13.

Como um grande ato político, recheado de trocas de experiências, curso de orientação e até passeata, realizou-se a quarta edição do Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, que desde 81, em Curitiba, vem aglutinando entidades profissionais e ambientalistas agregadas a um novo modelo de produção agrícola que inclui a biológica, a biodinâmica, a ecológica e da pequena produção. Contando com um número expressivo de participantes, entre eles observadores estrangeiros, o 4º EBAA procurou mostrar os níveis da crise brasileira, a sua complexidade na agricultura e também suas relações com a tecnologia, evidenciando nas suas discussões um caráter político que propõe a modificação da estrutura econômica, principalmente em relação a um novo tratamento da dívida externa. Além disso os participantes do EBAA, que contou com a presença de 500 agricultores, tiveram a oportunidade de assistir cursos sobre temas variados como cooperativismo e abastecimento, energia alternativa, bancos comunitários de sementes e organização de assentamentos. As discussões do 4º EBAA estão nas páginas 4, 5 e 6.

DO LEITOR

A luta das mulheres rurais

Dilce Basso

A organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais continua cada vez mais forte. Até 1985 poucas mulheres tinham participação nos movimentos sindicais. Elas estavam muito mais ligadas ao trabalho da casa, da educação dos filhos e ao trabalho na lavoura com a produção.

Hoje já é possível sentir que, apesar de muitas delas ainda não acreditarem e nem valorizarem a organização, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais em nosso município vem crescendo. Junto com os maridos e companheiros de trabalhos, elas vêm sofrendo a mesma exploração, pois sabe-se que a mulher trabalhadora rural continua sendo explorada em sua jornada dupla de trabalho. E, apesar de executarem a roça as mesmas tarefas que seus companheiros, continuam discriminadas. São consideradas inferiores, com menos capacidade. Não são valorizadas e muito menos têm direitos assegurados, apesar de contribuírem com a Previdência Social, pagando 2,5 por cento sobre tudo o que produzem na propriedade.

Continuam, na maioria das vezes, sendo rotuladas como domésticas, e nem sequer recebem algum benefício. Não têm direito a aposentadoria, apesar de existir uma lei constitucional dizendo que a mulher pode se aposentar aos 55 anos com um salário integral e o homem trabalhador rural aos 60 anos. No entanto, sabe-se que essa lei está só no papel. Ela ainda não foi regulamentada. E para que essa lei se concretize na prática, vai ser preciso muita força e união da classe trabalhadora, pois se ela passou na lei constitucional, não será por mero acaso e sim o resultado de muitas mobilizações e protesto.

No I Encontro Estadual, realizado em 17 de outubro de 1985, foi possível reunir 10 mil mulheres trabalhadoras rurais. Em 16 e 17 de outubro do ano seguinte fizeram seu primeiro congresso, quando elaboraram suas propostas e encaminhamentos de lutas a partir de decisões vindas das bases. Em 8 de março de 1987, dia Internacional da Mulher, foi realizado seu II Encontro Estadual, reunindo mais de 30 mil mulheres. E, neste ano de 1989, no mesmo dia, o III Encontro Estadual reuniu mais de 33 mil pessoas entre ho-



O grande objetivo do movimento das mulheres é o de despertar a consciência de classe, o espírito de luta e a participação

mens, mulheres e jovens. Além desses encontros estaduais, foram realizadas nos municípios e regiões, muitas manifestações de protestos, concentrações em praças públicas, passeatas e viagens até Brasília levando abaixo-assinados contendo suas reivindicações.

Nessas mobilizações todas, houve muitas lutas específicas. A organização levou muitas mulheres a despertar para a luta e defender seus direitos, pois hoje já está bem claro que a luta não abrange apenas a questão previdenciária, mas também a luta pela sindicalização da mulher, por uma política agrícola definida, diferenciada e favorável ao pequeno agricultor, juros subsidiados, uma justa reforma agrária onde haja maior distribuição da terra. A organização também luta para uma educação voltada para a realidade do meio rural, contra o pagamento da dívida externa — causa principal dos nossos problemas — contra o atual sistema político e econômico do país e pela transformação social.

É verdade e muitas das reivindicações feitas pela organização já resultaram em algumas conquistas, como auxílio-acidente de trabalho, auxílio doença ao homem e aposentadoria às viúvas de antes de 1971, auxílio-reclusão, consultas pelo Inamps, equiparação aos urbanos na assistência médica e hospitalar. A luta das mulheres trabalhadoras rurais ainda engloba a questão

da igualdade dos direitos. As mulheres querem e acham importante a participação, como associadas, dentro do sindicato. Elas querem ter direito a voz e voto nas assembleias de sua entidade sindical. Querem ocupar espaços na diretoria do sindicato e de outras entidades sociais.

Ao querer ocupar maiores espaços dentro do sindicato, a mulher trabalhadora rural está buscando somar forças dentro de sua entidade, o órgão representativo da classe dos pequenos trabalhadores rurais. No estado, três mulheres já ocupam cargos de dirigentes sindicais. É a resposta dada a um trabalho de base e de conscientização.

Mas o trabalho da mulher rural não pára por aí. O grande objetivo do movimento é despertar a consciência de classe, o espírito de luta e a participação. A mulher rural precisa acreditar em si e em suas companheiras, valorizando o trabalho de organização a partir das comunidades, municípios, regiões e estado. Ela deve ser capaz de enfrentar a luta pelos seus direitos, de participar ativamente do sindicato, que é o órgão de defesa e luta da classe, de contribuir para a formação de novas lideranças dentro da organização, de participar da articulação do movimento buscando maior participação na sociedade e demais movimentos e lutas da classe.

As mulheres trabalhadoras rurais contam com o exemplo dado por Margarida Alves — símbolo de sua organização. Margarida Alves foi uma mulher que lutou e morreu pelos direitos dos trabalhadores rurais. Ela é um exemplo de força e coragem. Foi assassinada a mando dos poderosos, pois ela, como dirigente sindical, defendia o direito da classe explorada. Hoje ela é lembrada no dia 12 de agosto, data de sua morte. É lembrada pelos trabalhadores rurais, pelo testemunho de luta em defesa da classe dos trabalhadores do campo, oprimidos. Espelhadas neste exemplo, as mulheres trabalhadoras rurais estão dispostas a levar sua luta em frente, até alcançar seus objetivos.

Dilce Basso é coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Ijuí — ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí — e da Regional.

BR-285: obras paralisadas

Ainda não será desta vez que a região terá restabelecida a boa trafegabilidade da BR-285, especialmente no trecho compreendido entre as cidades de Panambi e Ijuí.

Uma informação preliminar transmitida pelas próprias autoridades vinculadas ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem no Estado, dando conta que o percurso teria as obras retomadas em seguida e que recebeu telegramas de aplausos às autoridades no Rio e Brasília por parte do presidente da Cotrijuí, Oswaldo Olmiro Meotti, não se confirmaram.

Em vista disso, devido a grande frustração causada, Meotti voltou a se dirigir às autoridades, inclusive ao ministro dos Transportes e diretor-geral do DNER, manifestando pesar pela postergação da obra e apelando para que a decisão seja reformulada, considerando que a BR-285 é de vital importância para o escoamento de grande parte da produção regional, notadamente neste momento em que a região Noroeste colhe uma boa safra de grãos. Enquanto por aqui as decisões são adiadas ou canceladas, o presidente Sarney inaugura um trecho da sua Ferrovia Norte/Sul, mesmo que ela não sirva para nada, já que existe pouca produção para ser transportada naquela região.

Os peixes do CTC

A comitiva de lideranças ijuien-ses que visitou Formosa em fins do mês de março, buscando intensificar as relações de integração e intercâmbio entre os dois países, não pode deixar de visitar a propriedade do governador Vicente Joga. A propriedade, de pouco mais de 15 hectares e localizada nas cercanias da capital da província de Formosa, exibiu, para quem quisesse conferir, um belo açude recheado de peixes. Até aí nada de novo para os ijuien-ses, a não ser o fato de que os

peixes — carpas espelhos — terem saídos, ainda quando alevinos, do Centro de Treinamento da Cotrijuí.

O açude, dentro das orientações recomendadas pela equipe técnica da Cotrijuí para os produtores locais, foi construído logo após a visita de Joga a Ijuí, em junho do ano passado. Quem encheu os olhos de satisfação, foi o Altamir Antonini, técnico agrícola responsável pelo Centro de Piscicultura da Cotrijuí. Além dos peixes, o açude também estava povoado de mar-



O açude com os peixes da Cotrijuí na propriedade do governador de Formosa

recos e patos a exemplo do que fazem os produtores da região. Na beira do açude foram construídas palafitas para os suínos.



O veneno está no CTC há mais de 40 anos

O BHC pode ser embalado

Uma denúncia sobre a existência de uma tonelada de agrotóxicos organo-mercurial e outras 40 toneladas de Aldrin e Dieldrin estocados à beira do rio Gravataí, em Cachoeirinha, levantou uma lebre que há muito andava entocada; a da estocagem dos agrotóxicos proibidos por lei. Depois dessa primeira lebre, a Secretaria de Saúde do Estado foi mais adiante e relacionou todos os depósitos existentes no Estado. E, para surpresa de muitos e indiferença de outros, um destes depósitos está localizado no município de Augusto Pestana. Ou melhor: no CTC.

O veneno, cerca de 5 toneladas de BHC, mais conhecido entre os produtores como "pó de gafanhoto" ou ainda "pó gamerial", está estocado em um silo distante a pouco mais de 10 metros do prédio onde funciona o escritório do CTC. A cerca de 20 metros fica localizada a primeira das residências dos nove funcionários que moram no Centro. O produto foi parar no CTC ainda no tempo do Posto Agropecuário, isso há mais de 40 anos, numa ocasião em que se esperava um grande surto de gafanhotos na região. Como o surto não aconteceu, o veneno foi estocado em um silo metálico com piso de concreto que já começa a se deteriorar, deixando escapar o pó branco e um forte cheiro pelo local.

A denúncia feita em Porto Alegre levou a Delegacia Regional de Saúde de Cruz Alta a determinar um prazo de 48 horas para que o Ministério da Agricultura adotasse medidas de segurança para os silos. Como o Ministério não se manifestou dentro do prazo estabelecido e muito menos tomou alguma providência em relação ao produto, a Delegacia encaminhou denúncia a Procuradoria Geral da Justiça, em Porto Alegre, responsabilizando o Ministério por danos ao meio ambiente, de acordo com o que diz a nova Constituição.

AValiação DA SITUAÇÃO

Dentro deste impasse e com a denúncia nas mãos do Ministério Público a Delegacia do Ministério da Agricultura decidiu, no início desta semana, fazer uma visita de reconhecimento do local e de avaliação da situação do produto estocado. "Junto com a avaliação da situação, informa Joel do Amaral Campos, agrônomo ligado ao Serviço de Defesa Sanitária e encarregado de chefiar a equipe que visitou o CTC, vamos realizar um levantamento da quantidade de produto existente, para proceder na reemba-lagem e remoção". Ele adianta que o próprio Ministério já tem em vista duas empresas interessadas na aquisição do produto — um deles localizada na região Noroeste.

Mas antes de repassar o produto a outra empresa, o Ministério da Agricultura pretende encaminhar amostras do BHC para exames em laboratório, buscando determinar o percentual do princípio ativo do produto. "O BHC é volátil e, depois de tantos anos armazenado e em consequência da deterioração do silo, pode ter se degradado", explica o agrônomo, prevendo para os próximos dias a solução do problema e elogiando a preocupação da Delegacia de Saúde no sentido de preservar o meio ambiente, sem deixar, no entanto, de criticar a forma como foi feita a denúncia.

Protestos contra violência

Para quem ainda pensa que a reforma agrária saiu do ar, os protestos e as denúncias de torturas que marcaram os últimos episódios da questão no Rio Grande do Sul, podem servir para refrescar a memória. Ao que parece, muitas entidades hoje solidárias ao processo de reforma agrária não esquecerão tão cedo a violência a que foram submetidos, homens, mulheres e crianças sem terra que ocuparam por alguns dias, no mês passado, a Fazenda Santa Elmira, localizada entre o município de Tupanciretã o Salto do Jacuí. Com uma política centrada na ocupação, resistência e produção, os três mil camponeses sem terra tentaram por ali, uma negociação mais concreta, principalmente por parte do governo do estado responsável por uma andança de mais de dois anos. Da esperança dos colonos, no entanto, bloqueados pelo contingente da Brigada Militar e pelos fazendeiros, restou apenas uma chuva de bombas de gás lacrimogêneo, seguido de escoriações, banhos de formiga e prisões.

Os agricultores da localidade de São Valentim, em Ijuí protestam a público contra o "tratamento brutal e desumano dispensado aos trabalhadores rurais sem terra na Fazenda Santa Elmira", estranhando o fato de o juiz encarregado da questão, sobrepor um dispositivo legal ao direito a vida, quando solicitou a força policial para expulsar trabalhadores que agiam pela sobrevivência de suas famílias. Em nota assinada por Adil Coradini e Antoninho Bonfada, esses produtores, que também já andaram com a polícia na porta da casa, por ocasião da tentativa de construção de uma barragem no meio das suas lavouras, dizem que a atitude da Justiça prova que ela "só usa a polícia para reprimir os mais fracos, quando estes querem apenas um pedaço de chão para plantar".

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí também manifesta o seu repúdio, expressando o seu protesto pela forma como agricultores marginalizados pela política agrícola e agrária do País, vem sendo tratados pelo Estado. Em carta enviada ao governador Pedro Simon, eles disseram que o estado, "além de não resolver o grave problema dos sem terra, enxota-os de um lado para outro, não cumpre promessas, e como se não bastasse, usa a Justiça e o aparato policial a serviço da UDR". Que justiça é essa que não dá direito ao trabalho de quem quer produzir alimentos?, pergunta a mensagem sindical, esperando do Estado uma ação mais firme, no sentido de resolver o problema dos sem terra e não a adesão "à letra morta de uma questionável lei".

CURTAS

A verba de NCz\$ 874,5 milhões que o Banco do Brasil está autorizado a repassar para o setor agrícola, neste mês de abril, com destino a garantir o financiamento da comercialização da safra na região Centro-Sul pode ser revista, se houver demanda de crédito. Mas as autoridades já adiantam que a revisão dessa verba vai depender da quitação das dívidas assumidas pelos produtores nesta última safra. Quer dizer: o governo decidiu não repassar aos produtores um só centavo, além dos retornos dos empréstimos do ano passado.

A maior parte dos recursos liberados pelo Ministério da Fazenda para a comercialização da safra vai, no entanto, para a conta trigo. Dos NCz\$ 874,5 liberados pelo Banco do Brasil, NCz\$ 425,5 já têm um destino certo e vão servir para saldar as operações de aquisição, armazenagem e impostos sobre a comercialização do produto. Desse bolo, NCz\$ 56 milhões serão aplicados no pagamento daqueles tricultores que até agora não conseguiram vender a sua produção, quanto mais ver a cor do dinheiro da safra passada. Apenas NCz\$ 247 milhões serão alocados para a linha de Empréstimos do Governo Federal.

Correção pelo IPC

Até o final da semana passada, a questão dos juros para aqueles agricultores que haviam pego dinheiro emprestado da Caderneta Verde para fazer suas lavouras de verão continuava dando o que falar. Reclamações pedindo uma definição da situação é que não faltaram. E algumas viagens e telefonemas foram gastas pelas entidades representativas — Fedco, Fetag, Farsul, entre outras — no sentido de procurar sensibilizar as autoridades e agilizar o processo de resolução do problema já que o presidente José Sarney, dias atrás editou uma medida, a de nº 44 assegurando correção com base no Índice de Preços ao Consumidor. O próprio Banco Central andou se manifestando durante a Semana dizendo, através da circular 1463/89 que as aplicações de juros referentes a todo o tipo de empréstimos para custeios agrícolas deveriam ser feitas com base no IPC que, em fevereiro ficou em 3,6 por cento e 6,09 por cento em março. A Circular do Banco Central que até sexta-feira passada não havia chegado às agências do Banco do Brasil dizia que o saldo devedor das operações de crédito rural e agro-industrial formalizados com cláusulas de correção monetária vinculadas a OTN devem ser corrigidas com base no Índice de Preços ao Consumidor, considerada a variação ocorrida a partir de fevereiro de 1989.

Mas enquanto as instruções referentes a Circular não chegam às agências, o Banco do Brasil, o maior financiador de lavouras, continua aplicando taxas equivalentes a da poupança, o que segundo os agricultores é impraticável na medida em que os preços dos produtos estão congelados, embora as despesas continuem subindo. 70 por cento dos contratos da última safra foram baseados nos rendimentos da Caderneta de Poupança que, na época, sofria correção com base na variação da OTN.

Os rumos da agricultura alternativa

Mais de três mil pessoas, entre agrônomos, estudantes, agricultores, pesquisadores nacionais e estrangeiros, estiveram participando do 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em Porto Alegre, para debater as implicações da tecnologia sobre a crise econômica e social brasileira. Sem limitar-se aos danos ambientais causado pelo uso de produtos químicos ou pela máquina inadequada, o 4º EBAA procurou resgatar o suporte econômico e político que determina esse processo anti-ecológico, apontando para a agricultura alternativa um projeto social mais amplo, que priorize modificações estruturais na sociedade. Realizado a cada dois anos, o EBAA foi organizado pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil e Diretório Acadêmico "Leopoldo Cortez".



Luiz Fernando Victor



Agrônomos e agricultores lotaram o ginásio do Colégio Estadual Julio de Castilhos

A implantação de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura passa, decisivamente, pela luta por uma sociedade democrática e popular. Essa é uma das posições gerais encaminhadas pelo 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa realizado de 19 a 24 de março, em Porto Alegre. Homenageando o sindicalista e ecologista Chico Mendes, assassinado em dezembro, no Acre, o Encontro proporcionou a discussão de vários temas econômicos, políticos e sociais, relacionados ao homem e a terra, deixando claro um caráter de expressão dos movimentos populares.

RAÍZES DA CRISE

Com um programa variado que incluiu painéis e palestras, vários cursos de orientação a agricultores e troca de experiências, o 4º EBAA teve como temas centrais a crise e a questão tecnológica, o esgotamento dos recursos naturais, e a organização social em agricultura alternativa. A abertura dos trabalhos foi dedicada a dívida externa, considerada a grande causadora da política permanente de arrocho salarial e de depredação dos recursos naturais.

Luiz Fernando Victor, professor da Universidade de Brasília, graduado em Sociologia Política, apresentou a questão da dívida externa através

de um enfoque histórico, que tem como únicos efeitos a dilapidação do patrimônio público e a excessiva redução do consumo da população. Valendo-se de princípios básicos da teoria econômica clássica, o professor fez questão de elucidar as razões pelas quais um país se indidua, como a necessidade de complementação da poupança interna, da sua capacidade de importação e principalmente devido a rolagem da dívida.

Esta última razão, no entanto, de natureza puramente financeira geralmente é esquecida, por grande maioria dos economistas, acentuou o professor, apontando-a como a definidora do processo de endividamento brasileiro.

EXPLORAÇÃO PERMANENTE

Embora a sociedade somente comece a sentir os efeitos do endividamento a partir de 1982, quando emerge a crise de insolvência dos países subdesenvolvidos, as raízes da crise datam da Independência, em 1822. A primeira dívida realizada pelo Brasil, foi assinada por Dom Pedro I, ao assumir um débito de Portugal, no valor de um milhão e 400 mil libras esterlinas, como condição de reconhecimento da independência pelos europeus.

"De lá para cá, as característi-

cas do endividamento são as mesmas", acentua Luiz Fernando, pois o país continua assinando dívidas maiores para pagar menores, e desembolsando uma diferença a título de pagamento de juros. Além disso, continua o professor, a sucumbência do Brasil à banca internacional, que determina garantias de empenho sobre todos os impostos e formação de reservas internacionais continua intocada, sem que os seus objetivos sejam cumpridos.

Traçando um paralelo aos dias de hoje, Luiz Fernando diz que os acordos assinados no ano passado, por exemplo, cumprem todo o menu oferecido pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Desenvolvimento, o que significa que, ao contrário de outros países subdesenvolvidos, o Brasil tem os juros mais altos, não tem prazo de carência e ainda leva deságio de 30 por cento dos títulos emitidos pelos bancos regionais estrangeiros.

O professor da UB cita ainda uma outra característica histórica do endividamento brasileiro que é o desconhecimento das aplicações referentes aos pequenos saldos obtidos pelas negociações do chamado serviço da dívida. No entanto, salienta Luiz Fernan-

do, para descobrir isso, não seria preciso fazer auditoria, "a não ser que ela servisse para colocar os ladrões na cadeia".

NOVO TRATAMENTO

Assinalando com veemência que todo o desenvolvimento brasileiro sempre esteve comprometido com esta forma histórica de negociação da dívida, o sociólogo se apega em uma alternativa única vivida pelo Brasil, durante os primeiros anos do governo Getúlio Vargas. Segundo ele, foi o único governo que tratou de forma correta o endividamento, quando determinou que nenhuma dívida seria paga através de novos financiamentos.

Partindo dessa formulação política, que considera a única alternativa de quebrar a assimetria dos banqueiros internacionais, Luiz Fernando sugere maior soberania nas negociações, onde o Brasil, assim como os demais países da América Latina, poderiam vincular o pagamento da dívida ao crescimento do Produto Interno Bruto, em percentuais que não comprometam o desenvolvimento econômico e social do País. De outra forma, diz o professor, o processo tecnológico, como aconteceu a partir dos anos 70 na área de grãos, somente servirá para fortalecer o caráter financeiro da dívida.

A contradição do campo

"O Brasil tem hoje aproximadamente 10 por cento de grandes e modernos produtores que respondem por mais de 70 por cento da produção agropecuária, enquanto 90 por cento, que representam 40 milhões de pessoas do meio rural, estão praticamente fora dos grandes mercados consumidores, com a única expectativa de se situar nos próximos anos, abaixo da miséria absoluta". A afirmação é do engenheiro agrônomo e doutor em economia José Graziano da Silva, que apresentou os reflexos da crise e a sua relação com a tecnologia, especialmente na agricultura, como uma forma própria do sistema econômico atual, de renovar as suas forças sociais.

Contrário à idéia de que a tecnologia em si pode ser prejudicial à terra e ao homem, Graziano procurou mostrá-la apenas como um produto social imposto pelo tipo de sociedade em que se vive. Na agricultura brasileira, por exemplo, o agrônomo prefere ver antes a complexidade de uma crise do que a depredação dos recursos naturais advindos com a mecanização da lavoura.

De que se trata a crise na agricultura? Pergunta Graziano, salientando que a coerência de uma política de arrocho salarial mantida desde os anos 70, priorizando a redução da demanda e o aumento das exportações, fez do setor da agricultura o responsável por 75 por cento do serviço da dívida. É difícil falar em crise generalizada dentro da agricultura, reflete Graziano, enquanto tenta desmistificar o argumento liberal da insuficiência de recur-

sos governamentais para o setor.

Tomando como base os gastos destinados a agricultura somente no ano de 87, o agrônomo aponta um volume na ordem de nove bilhões de dólares, onde se inclui tudo, da pesquisa ao abastecimento. Destes nove bilhões, no entanto, sete foram gastos somente na conta abastecimento, o que poderia levar a crer que o governo realmente gasta em programas sociais. Porém, ironiza Graziano, destes, apenas 10 por cento foram para programas do tipo merenda escolar, enquanto a conta trigo e a do Proasal (programa que substitui o Proalcool) ficou em três bilhões e 300 mil, ao passo que os gastos referentes à ciência e tecnologia ficaram em 163 milhões de dólares naquele ano.

CAPITALISMO VERDE

Baseado nestes dados, o agrônomo reforça que é difícil fazer da crise um problema comum ou ainda que a esta se deve em parte a tecnologia. "A tecnologia age como uma sinalização para novos investimentos produtivos, preparando os alicerces para um novo ciclo de acumulação", explica Graziano ao ressaltar uma era chamada de capitalismo verde, na qual as grandes empresas multinacionais produtoras de defensivos, herbicidas e adubos químicos também se apresentam como protetoras do meio ambiente.

Inseridas em um processo tecnológico que já aponta para o final do século a inclusão e o fortalecimento de novas tecnologias, Graziano diz, então, que o setor de forma ne-

nhuma faz o retrocesso de uma sociedade, mas sim se inclui na crise, concedendo maior poder a quem a controla.

Países que hoje despontam como grandes potências, como é o caso do Japão, estão cientes da importância da aplicação de produtos oriundos de setores como o da tecnologia de irrigação, no qual o uso de sensores remotos e o controle por computadores deverá mudar a escala da agricultura. Através dessa tecnologia, diz Graziano, todos os insumos poderão ter o seu uso totalmente controlado, enquanto a mão-de-obra será praticamente nula.

Um outro grupo já bastante difundido, mas nem por isso aplicado no Brasil é o da informática no meio rural, que permitirá ao agricultor, controlar a sua produção dentro e fora da propriedade através da integração do indivíduo com os grandes mercados internacionais. Por fim, a biotecnologia, atualmente mais vinculada à ciência, mas tendo na área de grãos, um aparente esgotamento dos processos fermentativos novos, enquanto o melhoramento animal se constitui em amplo mercado.

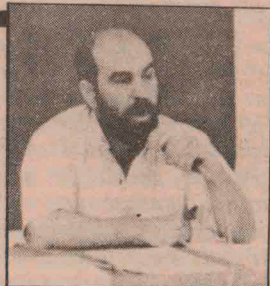
O GRANDE DESAFIO

O resultado de todos esses avanços tecnológicos, que poderão chegar ao Brasil mais cedo do que se pensa, é segundo Graziano, um vislumbre do que possa ser o capitalismo verde. De um lado, diz ele, grandes complexos industriais utilizando tecnologia não poluidora, baseada no esgotamento do padrão químico

do pós-guerra e valorizada pelo respeito a trajetória biológica. Com isso, continua o agrônomo, pode ocorrer

uma efetiva especialização nos países do terceiro e quarto mundo, na produção de bens nobres consumidos pela classe de maior poder econômico.

Em contrapartida ao produto de qualidade e de maior preço, mas de reduzido consumo, cria-se expectativa de uma produção de massas, cujos produtos dificilmente poderão ter sua origem identificada. "Poderemos comer proteína sem saber se ela vem da soja, da madeira ou de restos de animais", diz Graziano em tom pouco apocalíptico, explicando a necessidade de uma agricultura que cubra o consumo da grande massa a custos baixos, e provando os limites de classe do capitalismo verde. Provavelmente se resolva a poluição do meio ambiente, a degradação do solo e se faça da Amazônia uma grande reserva, admite Graziano, salientando, no entanto, que somente isso não tocará no padrão de miséria da população brasileira, sustentado hoje por um dos salários mínimos mais baixos da América Latina e uma perspectiva de poder aquisitivo no meio rural abaixo desse valor. Essa é a crise, atualmente em ciclo prolongado, mas colocada na balança pelo ano extremamente político que estamos vivendo", finaliza.



José Graziano da Silva

O esgotamento dos recursos naturais

O ecologista José Lutzemberger e o agrônomo Claus Germer foram os dois grandes painelistas no debate, que colocou a devastação da Amazônia como mais um efeito do atual sistema econômico.

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, as suas implicações políticas e as alternativas que a isso se apresentam foram assuntos apresentados pelo ecologista José Lutzemberger engenheiro agrônomo agraciado com o prêmio Nobel Alternativo no ano passado, e por Claus Germer, engenheiro agrônomo integrante do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculado ao Movimento Sem Terra.

Ao contrário das suas exposições costumeiras, o ecologista José Lutzemberger foi pouco detalhista ao falar sobre a devastação de florestas e do tratamento irracional que é dado a natureza. A Amazônia como era de se esperar, foi o seu exemplo preferido, pois à medida em que ela é destruída, também o seu sistema de clima próprio, que recobre todos os hemisférios é afetado, influenciando decisivamente no sucesso da produção, como tem acontecido recentemente nos Estados Unidos.

PRESSÕES DO EXTERIOR

Essa preocupação climática, que está tendo uma ressonância muito grande no exterior, é vista pelo ecologista como uma posição contrária ao desmatamento irracional. A pressão da Europa, diz ele, vem como consequência de uma luta iniciada por entidades comunitárias ambientais, que hoje estão sensibilizando gente como George Bush e Mikhail Gorbachev.

Apesar do peso publicitário que a Amazônia adquiriu nos últimos meses, o ecologista não esqueceu de lem-

brar o mesmo processo de devastação que ocorre em florestas africanas e filipinas, da Malásia e da Indonésia, hoje responsáveis por novos projetos de ligação internacional. "E por isso que o nosso governo está insistindo em fazer a estrada do Rio Branco a Caial, no Peru, para abrir a floresta amazônica à exportação de toras ao Japão", finaliza o ecologista dizendo que o que acontece na Amazônia é apenas um dos efeitos devastadores do atual modelo de desenvolvimento.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Claus Germer, por sua vez, foi enfático ao assinalar a evolução que a proposta de agricultura alternativa tomou nos últimos anos. "O grande passo foi reconhecer que a tecnologia é apenas uma das armas importantes do sistema, a qual muitas correntes de pensamento reagem de forma imediata. Tomando o caso da Amazônia como exemplo, Germer diz que aparentemente a sua destruição é feita por tratores de esteira que derrubam árvores, venenos jogados para secar as plantas. "Essa é uma interpretação imediatista, que não alcança os grandes comandantes desse exército de máquinas, abrigados nos grandes centros do mundo".

Para ilustrar a sua afirmação, o



José Lutzemberger

agrônomo lembrou os efeitos da revolução tecnológica e a grande arrancada imperialista, baseada na descoberta, na exploração e no controle das fontes de recursos naturais, tanto do que já está ali criado como da fertilidade natural do solo. A destruição ambiental, portanto, como afirma Germer não é planetária, pois toda a matéria-prima que aqui se explora é convertida em estruturas sociais e econômicas dos países desenvolvidos onde se mantém um alto padrão de vida.

AMAZÔNIA INTERNACIONALIZADA

E é justamente este alto padrão de vida, oriundo de uma crescente concentração de renda na faixa da população mundial, que pressiona a escalada da extração de recursos naturais no terceiro mundo, acentua Germer, fazendo uma referência a questão da Amazônia e da bandeira do meio ambiente, hoje utilizada por países desenvolvidos como justificativa humanitária de controle. "Isso é mais uma prova do quanto a nossa economia é internacionalizada", diz ele, falando que os seus recursos naturais são mais conhecidos por aqueles países do que por nós mesmos.

Baseado nesta estrutura de neocolonialismo, onde a tecnologia aparece como apenas um meio de controle, Germer salienta a proposta de agricultura alternativa apoiada em parte pela mudança tecnológica. É necessário que a questão tecnológica seja inserida num projeto social mais amplo, de luta organizada pela mudança estrutural da economia,



José Hermeto Hoffmann, presidente da Sargs (ao centro) foi coordenador do painel sobre recursos naturais

Lei Agrícola em discussão

A Lei Agrícola que está para ser votada pelo Congresso Nacional também foi assunto abordado pelos participantes do 4º EBAA, que tiveram oportunidade de assistir ao painel sobre organização social em agricultura alternativa, do qual participaram representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Movimento Sem Terra e Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente.

Depois de uma breve abordagem do surgimento do movimento sem terra, feita pelo representante Gesur de Bortoli, José Francisco da Silva, da Contag e Otacílio Alves Teixeira da CUT, apresentaram alguns indicativos fundamentais para a proposta de Lei Agrícola que está sendo encaminhada ao Congresso. Entre elas, está a questão do crédito rural, que deve ser destinado exclusivamente a agricultores que não excedam o máximo de cinco módulos rurais. Quando dirigidos a organizações, estas devem satisfazer algumas condições como ter em prioridade a satisfação das necessidades da maioria do seu quadro associativo, mantido por pequenos produtores.

CRÉDITO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Uma outra condição que se destaca no projeto, diz respeito a recuperação e preservação da qualidade ambiental, estimulando e apoiando a introdução e difusão de práticas e técnicas de uso e manejo adequados aos recursos naturais. Ainda com referência ao crédito, sugerido como artigo, o apoio aos assentamentos de agricultores decorrentes do processo de reforma agrária, visando garantir o desenvolvimento econômico e social do setor reformado.

A aplicação dessa nova política agrícola também alcança os órgãos governamentais encarregados, que devem, segundo as propostas da CUT especialmente, apresentar uma gestão mais democrática, desde a sua formulação até a execução. Em termos administrativos, a entidade entende que deveria ser criado um Conselho Nacional de Agricultura e Abastecimento, composto por dois membros do governo federal, dois membros do Congresso Nacional, um membro do CNI, um membro da OCB, um da Associação Nacional de Defesa dos Consumidores, e sete membros entre CUT, CONTAG, e CGT.

Nos estados, este Conselho se repete, sendo composto por um membro do governo, um do Legislativo, um do sistema cooperativista, um do setor industrial, um dos consumidores e mais cinco da Agricultura, e sete entre CUT, CGT e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Sementes — uma questão fundamental

Entre os vários cursos que foram realizados durante o 4º EBAA, o de Banco Comunitário de Sementes reuniu vários profissionais da área interessados na análise e difusão de um trabalho considerado hoje como da produção, imposta pelas grandes empresas industrializadoras de sementes. Um dos coordenadores do curso foi José Roberto Manna de Deus, integrante do Fundo Internacional para Aprimoramento Rural, o Rafi, uma entidade cooperativa, fundada nos Estados Unidos, e que hoje se estende a quase todos os continentes.

PELA BIO-DIVERSIDADE

Segundo o ecólogo, o trabalho do Rafi é basicamente coletar as pesquisas realizadas por pequenos produtores, os impactos sócio-genéticos que se desenvolvem em determinadas comunidades, distribuindo-os aos bancos de sementes não governamentais e empresariais, que hoje realizam um grande intercâmbio de sementes.

Com essa filosofia baseada na bio-diversidade, a Rafi e seus bancos de sementes mantenedores, têm procurado demonstrar os efeitos sociais causados pela administração e introdução de cultivares produzidos pelo método da Revolução Verde, ou seja, sementes alteradas pela bio-genética para apresentarem artificialmente uma maior quantidade de produção, sendo, no entanto, inefi-

cientes do ponto de vista energético. O cacau produzido por cultura de tecido é um exemplo citado por José Roberto, que qualifica como um dos projetos de maior impacto sobre a cultura e a indústria baiana, na medida em que os países frios caminham para o cultivo de produtos tropicais.

"Esse é um fenômeno tecnológico violento", afirma José Roberto, lembrando que graças a este método da bio-genética, se perde atualmente, uma espécie por dia. O trabalho da Rafi, no entanto, aponta alguns avanços para a manutenção da diversidade genética, como o intercâmbio das entidades que hoje possuem trabalho na área. Na América Latina, por exemplo, já foram realizados vários seminários, como o do ano passado no Chile, no qual participaram a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — FASE.

Além do intercâmbio, José Roberto conta ainda com a obrigatoriedade constitucional, imposta ao governo, para fiscalizar a preservação genética na industrialização de sementes. "Isso representa um avanço enorme em proteção a bio-diversidade e contra o patenteamento de qualquer forma de vida, que existe em vários países". Nos Estados Unidos, por exemplo, tudo é patenteado, diz o ecólogo, da semente, ao rim e ao botão. A única coisa que está li-

vre é o corpo humano com todos os seus órgãos. A conservação dos recursos genéticos, originários de diferentes regiões geográficas foram a presença por outros pesquisadores como Angela Cordeiro, da Assessoria e Coordenação Regional Sul do programa de Tecnologia Alternativa, em Curitiba. Tendo como objetivo o levantamento e a difusão das tecnologias apropriadas à pequena produção, o PTA hoje, atua em 10 estados, fazendo do trabalho de Banco de Sementes, uma demanda prioritária nas organizações dos trabalhadores rurais.

ESTRATÉGIAS

Já as tendências de perda de espaço das culturas típicas do Nordeste gaúcho, frente ao avanço do monocultivo, foram abordadas pelo engenheiro agrônomo da Região Pioneira da Cotrijui, Adão Acosta. Baseado nos indicadores registrados pela experiência do departamento técnico da Cooperativa, o agrônomo apresentou algumas alternativas de enfrentamento deste processo, através de tecnologias de produção e estruturas de mercado.



Manna de Deus: a Rafi busca manutenção da bio-diversidade

Para além do populismo econômico

Da denúncia e dos protestos contra a agressão dos recursos naturais, a agricultura alternativa chega a expressão dos movimentos populares, procurando respaldar um caráter de oposição a economia internacionalizada

As discussões sobre a crise — tecnologia e as propostas — que através da agricultura alternativa são encaminhadas tiveram o apoio expressivo dos participantes do Encontro. Dois painelistas, contudo, “mexeram” com a plenária. Um deles foi Horácio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo e mestre em Ciências Sociais, que apresentou uma ampla exposição do atual sistema político brasileiro, detendo-se especialmente nas limitações impostas aos movimentos populares através de uma excessiva ditadura econômica.

“A transição democrática iniciada há cinco anos atrás trouxe uma contradição brutal”, diz Horácio, ao lembrar a abertura político-partidária, por um lado, e o aprofundamento de um processo de miséria, provocado pelo endividamento externo e interno, com grande responsabilidade do empresariado nacional.

Na agricultura alternativa, o processo de agravamento da ditadura econômica afetou o trabalho de maneira vital, afirma o professor, que acompanha as primeiras propostas dessa política, encaminhadas em encontros anteriores. “Já fomos muito críticos aos efeitos nocivos dos agrotóxicos, a mecanização inadequada, ao hibridismo e

a poluição ambiental, ao ponto de muitos órgãos governamentais, dentro do espaço que lhe é permitido, incorporarem esta crítica numa ação de trabalho. Hoje, no entanto, lamenta Horácio, este trabalho sofre enormes obstáculos de continuidade criados pela ditadura econômica, pois enquanto o governo retira verbas da extensão, o pequeno agricultor tem cada vez menos chance de resistir na sua propriedade.

Mas a agricultura enfrenta ainda um outro embate, segundo Horácio, vinculado ao capital estrangeiro. “É preciso estar atento ao discurso populista que muitos bancos, como Banco Mundial, assumiram nestes últimos anos”, salienta o professor, perguntando como “alguém que financia a depredação ecológica historicamente, se torna de repente num ambientalista”?

Cuidadoso a esses discursos populistas que também devem ser incorporados a campanha presidencial deste ano, Horácio reforça a idéia de que a agricultura alternativa deve ser cada vez mais proposta como “um instru-



Horácio Martins de Carvalho



Pedro Hidalgo

mento de participação na luta pela construção de uma nova sociedade, que apresente ao homem melhores condições de vida e uma natureza harmoniosamente reconstruída”.

ALTERNATIVA DO DESENVOLVIMENTO

Como Horácio de Carvalho, também o chileno Pedro Hidalgo, ex-ministro da Agricultura no governo de Salvador Allende, arrancou aplausos do público ao defender a agricultura alternativa como uma nova forma de vida. Amparando a sua explanação na estrutura fundiária que a América Latina apresenta até hoje, Hidalgo disse que a perda dos recursos naturais acontece justamente naqueles países dependentes econômica e tecnologicamente da Europa e dos Estados Unidos, transformados unicamente em ex-

portadores de dinheiro. “Somente o Brasil mandou mais de 80 bilhões de dólares a bancos estrangeiros, a título de juros, em dez anos”, exemplificou o chileno, perguntando depois qual a alternativa que se tem com a manutenção desse sistema econômico?

Totalmente cético à implantação de um modelo alternativo isolado, que estaria mais voltado para o subdesenvolvimento, Hidalgo apresentou como preocupação a necessidade de reverter um modelo que apresenta ainda uma estrutura fundiária na qual três por cento dos proprietários possuem 60 por cento das terras, enquanto outros 97 estão em regime de minifúndio.

Como falar em agricultura alternativa, pergunta novamente Hidalgo. Alternativa para manter a miséria? Para pagar a dívida externa ou para conservar a Amazônia? Para o chileno, a agricultura alternativa, tem uma proposta hoje inserida na luta pela terra, tanto que “esse encontro, no Brasil, já deveria se chamar encontro para a reforma agrária”. Só não está sendo chamado assim, porque como em demais países latino-americanos, ela sozinha não extingue os problemas estruturais do sistema atual.

HORTIGRANJEIRO

Primeiros passos da organização

Produtores de hortigranjeiros da Cotrijuí Pioneira criam comissão para discutir o fortalecimento do setor.

Ajustar a produção de hortigranjeiros às exigências do mercado estadual. Com este objetivo foram feitos os primeiros ajustes na organização a campo e a nível de comercialização dos hortigranjeiros, que contou já no dia de março, com uma palestra proferida pelo presidente da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul, o engenheiro agrônomo Adroalvo Schio. Centrando a sua exposição nas diferentes implicações de mercado, o agrônomo apresentou aos produtores da Cotrijuí, Regional Pioneira, os três pontos fundamentais que concedem competição ao produto no mercado: o volume, a frequência e a qualidade.

Sem estes três itens, o produtor de hortigranjeiros não tem condições de conviver com uma margem de lucro satisfatória, ainda que os preços, periodicamente, sejam compensadores, afirma Adroalvo ao responder as costumeiras reclamações de oscilações de preço. De acordo com o presidente da Ceasa, o produtor que pretende participar da Ceasa tem que estar organizado em relação àqueles três pontos, obedecendo uma disciplina imposta por grandes compradores que se abastecem na Central.

“Para aproveitarmos todo o potencial de campo que existe no setor de hortigranjeiros, precisamos estruturar os canais de comercialização da Cooperativa e também contar com uma maior organização do produtor”, salienta o engenheiro agrônomo

e supervisor de olericultura da Cotrijuí Pioneira, João Boaro, sentenciado que “o produtor de hortigranjeiros não pode ter uma produção eventual, principalmente quando sabemos que o mercado não se restringe a Ijuí”.

Reafirmando a necessidade de atendimento dos pontos fundamentais exigidos pelo mercado, Boaro diz ainda que a Cooperativa somente conseguirá organizar a comercialização de hortigranjeiros, em mercados mais amplos, caso a produção a nível de campo mantenha uma oferta durante todo o ano.

PRIMEIRO PASSO

Durante esse primeiro encontro de hortigranjeiros da Cotrijuí, também foi criada uma comissão formada por produtores, departamento técnico e central de abastecimento da Cooperativa, que está agindo como um canal de discussão do setor e de encaminhamento dos ajustes técnicos de produção e mercado. Para assegurar uma maior participação dos produtores, a Comissão tem renovação anual e é formada por 13 associados de todas as unidades.

A primeira reunião realizada pelo grupo aconteceu no dia 16 de março, quando foram encaminhados alguns ajustes, como a diferenciação de preços do produto pelo critério de qualidade, além da implantação do atacado. Para viabilizar esse esquema de comercialização a Cooperativa tem algumas propostas iniciais, como o envio semanal à Ceasa, de uma car-



Comissão vai discutir a implantação de um programa cooperado

ga de beterraba, cenoura e repolho e o fornecimento de hortigranjeiros a outras cooperativas da região.

Junto a essas primeiras propostas também já se discute o projeto

de um programa cooperado para o setor, que viria fortalecer a atividade, no sentido de torná-la uma produção mais especializada, que alcance um número maior de associados.

Insumo mais barato

O uso adequado de irrigação, do manejo correto e principalmente de variedades recomendadas, são indicações essenciais lembradas pelo departamento agrotécnico da Cotrijuí, atualmente empenhado em promover a melhoria da produção a campo. Pela parte dos insumos, por exemplo, já está acertado a importação de sementes diretamente do fornecedor, como propósito de baratear os seus custos. Paralelo a essa decisão, no entanto, o departamento agrotécnico também está montando um programa de produção de sementes, que prevê

para este ano, o cultivo de espécies de cebola, salsa e corcubitéceas (melão, melancia, abóbora e pepino), adequadas ao clima da Regional de Dom Pedrito.

Ao mesmo tempo, explica João Boaro, o Centro de Treinamento da Cotrijuí também estará realizando experiências com sementes de hortaliças que não necessitem de choque frio, como é o caso do repolho e da alface, possibilitando, a médio prazo, a autosuficiência do setor e posteriormente a comercialização a terceiros.

Integração e intercâmbio

A declaração assinada pelo governador Vicente Joga, o prefeito de Ijuí, Valdir Heck e demais lideranças que integraram a comitiva prevê a cooperação técnica, científica, cultural e comercial entre as duas regiões. A idéia continua avançando e a região espera, para dentro em breve, a visita de lideranças argentinas.

Essa viagem a Formosa, na Argentina, deve ser colocada dentro de um contexto amplo, diplomático, entre dois países, e também dentro de um contexto regional de duas economias que querem e precisam se integrar", declara Walter Frantz, superintendente da Cotrijuí na Regional. Ele entende que, dentro do contexto diplomático e, em termos de Ijuí, a comitiva, através da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, ACI, Unijuí, Cotrijuí, entre outras empresas que fazem parte do movimento pela Retomada do Desenvolvimento de Ijuí, selou a concretização da integração entre dois povos, pelo contato, aproximação de duas culturas, entre dois países vizinhos. "É importante ver que diplomacia entre dois países, ressalta ainda, não acontece apenas a nível das autoridades federais. É o povo que deve dar corpo e alma a essa diplomacia através da amizade".

Outro aspecto destacado pelo superintendente da Cotrijuí e coordenador do Movimento pela Retomada do Desenvolvimento de Ijuí é o da integração econômica entre as duas regiões. E vê nos acordos bilaterais que já existem, principalmente no protocolo 22 e 23, grandes possibilidades de se avançar, a nível de região, numa efetiva integração econômica. O interesse dos argentinos é grande e, ainda nos primeiros dias de abril, recebeu um telefonema do subsecretário de Indústria e Comércio de Formosa, a pedido do governador Vicente Joga, "para saber dos avanços feitos em Ijuí" e que, segundo o Walter, se encontram a nível de tratativas na Secretaria para Assuntos Internacionais do Estado. "Enviamos o protocolo assinado entre as duas regiões para apreciação desta Secretaria e solicitamos esclarecimentos jurídicos sobre as diversas formas de integração e intercâmbios econômico e comercial".



O governador Vicente Joga tendo a sua esquerda o prefeito Valdir Heck e a direita o superintendente da Cotrijuí, Walter Frantz

TRÂNSITO LIVRE

O protocolo possibilita, inclusive, segundo o Walter, a entrada e saída de máquinas agrícolas entre o Brasil e a Argentina. "Isto significa que é possível o produtor da região fazer suas lavouras aqui e na Argentina, usando as mesmas máquinas. Também é viável a saída e exportação de produtos "com vantagens aos produtores brasileiros" e o arrendamento e aquisição de terras em solo argentino. A questão que ainda continua pendente, necessitando de melhores esclarecimentos é a do transporte. Com todas essas possibilidades abertas pela frente, a intenção da Cotrijuí é voltar, dentro em breve, àquela região argentina e em contatos com governador de Formosa e de outras Províncias, falar das condições que a cooperativa oferece em termos de escoamento da produção via Terminal Marítimo Luiz Fogliatto.

Ainda neste mês deverá chegar à região uma comitiva de Formosa para conversar com empresários e agricultores interessados em investir na região. "É uma região de terra muito fértil, de grande potencial e, se nós não fizermos alguma coisa, outros vão fazer", diz o

Walter, garantindo que não se está fazendo nenhum desvio nas lidas econômicas da região. "Estamos apenas indo ao encontro do futuro, que vai ser a integração do Cone Sul, a exemplo do que já acontece na Europa Oriental, entre países socialistas, Ásia e América do Norte.

Os argentinos têm terras férteis, mas não têm tecnologia, máquinas e recursos humanos, observa o superintendente da Cotrijuí, informando que 40 por cento dos 30 milhões de habitantes da Argentina vivem na grande Buenos Aires. Os outros 60 por cento moram em outros centros urbanos, ficando apenas uma pequena parcela no campo, mas também fixados nas cercanias de Buenos Aires, na pampa úmida. Reconhecendo as suas deficiências, os argentinos estão buscando ajuda através de acordos de integração. "Penso, ressalta ainda, que esse não deve ser um assunto proibitivo para nós, mas sobre o qual devemos analisar com toda a seriedade, não só de parte da Cotrijuí, mas também pelos demais empresários e produtores rurais que quiserem ampliar suas economias".



O Instituto de Tecnologia Agropecuária e Experiência de Soja — INTA localizado em El Colorado foi visitado pela equipe da Cotrijuí

de julho, na Unijuí. O convite, segundo o pró-reitor é também estendido ao reitor Juan Carlos Cardia.

As demais áreas em que poderá acontecer o intercâmbio entre as duas universidades são História, Geografia, Ciências Humanas e Sociais, Pedagogia, Administração, Saúde e Engenharia Florestal. Deu para observar, ressalta Nodari, que os problemas sociais na região são muito grandes e que a Universidade de Formosa deseja aprofundar conhecimentos nesta área. Lembra que a região possui 150 mil habitantes, mas 80 por cento da população não tem acesso ao cesto básico de alimentação e que 70 por cento não possuem moradias condizentes, com água, rede de esgoto.

Para melhor conhecer as experiências e trabalhos dos argentinos no campo da energia, Nodari aproveitou a oportunidade e deixou convite para a professora Alssia Calabrone De Assept e assessores para participar do Colóquio sobre Energia que acontece nos dias 18, 19 e 20

de julho, na Unijuí. O convite, segundo o pró-reitor é também estendido ao reitor Juan Carlos Cardia.

As demais áreas em que poderá acontecer o intercâmbio entre as duas universidades são História, Geografia, Ciências Humanas e Sociais, Pedagogia, Administração, Saúde e Engenharia Florestal. Deu para observar, ressalta Nodari, que os problemas sociais na região são muito grandes e que a Universidade de Formosa deseja aprofundar conhecimentos nesta área. Lembra que a região possui 150 mil habitantes, mas 80 por cento da população não tem acesso ao cesto básico de alimentação e que 70 por cento não possuem moradias condizentes, com água, rede de esgoto.

Mas além das áreas citadas, o pró-reitor vê ainda a possibilidade de se firmar convênio em outros setores como o agrícola por exemplo. "É um setor onde a Cotrijuí atua especificamente, mas que também trabalhamos e temos interesses", diz Nodari vindo na cooperativa o apelo mais forte e decisivo por parte de Formosa. "As relações de cooperação estão fortemente vinculadas a Cotrijuí. Ela seria a ponta de lança em direção aos intercâmbios".

Espaço a ser ocupado

A Declaração de Formosa, ratificando a aproximação entre as duas regiões, foi o resultado concreto da visita feita à região por lideranças locais. O documento prevendo a cooperação técnica, científica, cultural e comercial, foi assinado entre o governador da província de Formosa, Vicente Joga e o prefeito municipal de Ijuí, Valdir Heck. O documento também levou a assinatura das entidades ligadas ao projeto de Retomada para o Desenvolvimento de Ijuí que viajaram até a região de Formosa — Cotrijuí, Unijuí, Câmara de Vereadores e ACI — e de assessores dos Ministérios da Economia, Fazenda e Finanças; da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e de representantes da Universidade de Formosa.

A declaração defende a destinação de recursos específicos visando a promoção do intercâmbio entre as duas regiões que já vêm, inclusive, sendo gerenciados por entidades oficiais dos dois países. As áreas de interesse de intercâmbio e citadas no documento assinado atingem os recursos hídricos, florestais, agroindustriais e agropecuários, ciências humanas e sociais, saúde, comunicações, transporte, energia alternativa e ciências exatas e naturais.

A assinatura do documento, na avaliação do prefeito municipal de Ijuí, Valdir Heck, vem abrir espaços de possibilidades de integração entre o município de Ijuí e a província de Formosa. "Os resultados dessa integração que estamos construindo a partir dessa visita à região de Formosa vão depender do interesse do nosso empresário em estreitar relações com o país vizinho", declarou o prefeito prevendo para o futuro próximo a definição das áreas de intercâmbio. "O que sentimos, finalizou, é que existe um amplo espaço para ser ocupado, inclusive na área comercial".

A viagem a província de Formosa, na Argentina, aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de março passado. A delegação de Ijuí esteve formada pelo prefeito municipal Valdir Heck, pelo superintendente da Cotrijuí na Regional Pioneira e coordenador do projeto da Retomada pelo Desenvolvimento de Ijuí, Walter Frantz; pelo pró-reitor de Pesquisa e Extensão da Unijuí, professor José Maria Nodari e pelo vice-presidente da Associação Comercial e Industrial, o empresário Carlos Fricke e o presidente da Câmara de Vereadores, Delmar Barriquello. Também viajaram, pela Cotrijuí, os diretores Clóvis Rorato de Jesus, Ari Zimpel e Léo Góti; os gerentes de produção João Miguel de Souza, Paulo Garcez e o gerente de comercialização Ênio Weber; e mais Alberto Parenti Filho; Altamir Antonini, Nelci Baroni, Noemi Huth e Oscar Vogt. A área de educação do município ainda esteve representada pela professora Jussara Heck e pelo diretor geral do Instituto Municipal de Educação Assis Brasil, José Teodoro Corrêa. Também acompanhou a comitiva, Ângelo Lucca, da Smecom.

O primeiro passo dado em direção a integração das duas regiões — Noroeste do Rio Grande do Sul e Nordeste da Argentina — aconteceu no ano passado, em junho, quando a Cotrijuí recebeu uma delegação argentina liderada pelo governador Vicente Joga.

Troca de experiência

As universidades gaúchas poderiam refletir a respeito do grande potencial que existe na província de Formosa e descobrir projetos comuns e do interesse das duas regiões. A avaliação é do pró-reitor de Extensão e Pesquisa da Unijuí, professor José Maria Nodari, não descartando a possibilidade de, num futuro próximo, a Universidade de Ijuí assinar convênios de intercâmbios com a Universidade Nacional de Formosa. Ao manter contatos com a decana de Recursos Humanos e Renováveis da Universidade de Formosa, Alssia Calabrone De Assept, Nodari tomou conhecimento do interesse da instituição argentina e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, dentro do que preceitua a Declaração de Formosa, de firmar acordos com a Unijuí, visando o intercâmbio de pesquisadores, professores e alunos, inclusive a nível de bolsas de estudo.

Se esse intercâmbio realmente acontecer, Nodari diz que não é pela estrutura das duas universidades, mas muito mais pela vontade das pessoas. "As duas instituições funcionariam como guarda-chuvas para estes pesquisadores, professores e alunos que quisessem trabalhar ou estudar dentro dos convênios estabelecidos". É claro, reconhece, que as duas universidades pre-

Os prejuízos da seca na Campanha

A maior seca ocorrida na região da Campanha desde 1947 já contabilizou perdas de 35 por cento no arroz e de 50 a 60 por cento na soja. Os prejuízos da pecuária só serão conhecidos a médio e longo prazos.

A estiagem ocorrida nos municípios da Campanha — considerada a maior desde o ano de 1947 — se estabeleceu nos prejuízos causados à agricultura. No município de Dom Pedrito as perdas estão calculadas em torno de 30 a 35 por cento (média) do arroz, e 50 a 60 por cento, na soja. A preocupação passa a ser agora em torno da pecuária, cujos prejuízos não podem ser aferidos no momento, mas a médio e longo prazo.

O agropecuarista José Roberto Pires Weber, que vai se eleger presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito em eleições marcadas para 24 de maio (concorre em chapa única), disse que os animais entrarão no inverno em más condições, devido, principalmente, a escassez de pastagem verde e aguada em todo o período de verão. Esse mesmo raciocínio é compartilhado pelo diretor-geral do Sindicato, Danúbio Mazzini Canarim, que acrescenta ainda que, pior do que tudo isso vai ocorrer a longo prazo.

É que a persistência da seca fez com que os pecuaristas encaminhassem para o abate um número grande de matrizes. O descarte desses animais, disse o ruralista, vai ser acrescido ainda do mau estado genético das vacas em condições de prenhez, pois muitas delas irão abortar devido a precariedade de condições físicas para reterem as crias.

A CONTABILIDADE DOS PREJUÍZOS

O futuro presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito, José Roberto Pires Weber, calcula as perdas em Dom Pedrito em valores superiores a Cz\$ 10 milhões somente com o arroz. Partindo de um plantio em torno de 22 mil hectares no município — ou 13.200 quadras — confirmando-se a perda de 35 por cento, serão colhidos menos de 800 mil sacas de 50 quilos, de uma safra normal. A safra orizícola de Dom Pedrito tem sido superior a 2.500 mil sacas de 50 quilos, em média.

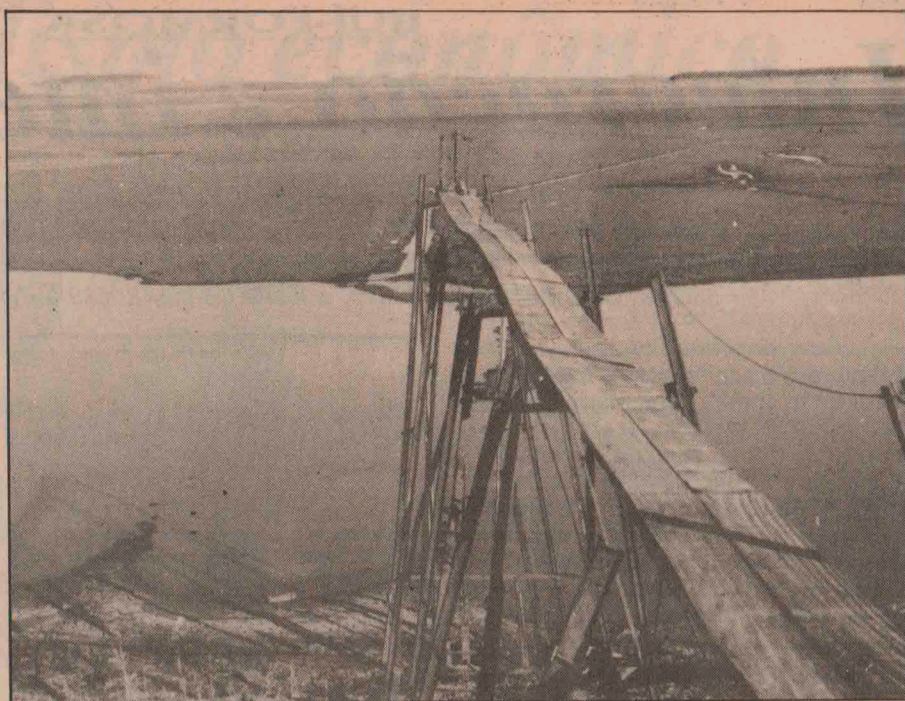
Mas é na soja que os prejuízos atingem índices maiores. Os 60 por cento calculados até aqui como prejuízo irreversível, tem um sabor amargo para os agricultores. Há quem esteja prevendo uma produção, no máximo, de 300 mil sacas de 60 quilos, quando a produção prevista seria duas vezes superior a isto. Se esses números se confirmarem, os prejuízos, em moeda,

poderão alcançar os NCz\$ 3 milhões, aos preços de hoje, somente na soja.

A posição das lavouras em Dom Pedrito, segundo uma amostragem feita no início de março, já acusava as seguintes perdas:

Arroz: área cultivada, 22.500 hectares. Prejuízos, 675 mil sacas (33.750t). Milho: área cultivada, três mil hectares. Prejuízo, 13.633 sacas (818t), 30 por cento. Soja: área plantada, 20.100 hectares. Prejuízos, 156.760 sacas (9.406t), 26 por cento. Sorgo: área estimada, 500 hectares. Prejuízo, 8.333 sacas (500t), 50 por cento.

No final de março, técnicos da Cotrijuf e da Emater eram ainda mais enfáticos ao enumerarem as perdas. Segundo declararam, deixarão de ser colhidos 1,5 milhão de sacas de arroz,



A parte escura — faixa de terra — cobre dois quilômetros além da talpa. Com a seca, o açude ficou reduzido

causando um prejuízo de cerca de NCz\$ 12 milhões. Soja: perda de 60 por cento. Deixarão de ser colhidas 500 mil sacas, com prejuízos de NCz\$ 3,5 milhões aos preços de hoje. Perdas de 70 por cento. Deixarão de ser colhidas 500 mil sacas, com prejuízo de NCz\$ 2 milhões. A situação de Dom Pedrito é idêntica a de outros municípios da Campanha e Zona Sul. No todo, eles perfazem perdas de 8 a 10 por cento em relação ao Estado.

O DESAJUSTE DOS PREÇOS

O futuro presidente do SRDP, José Pires Weber, disse que pretendia aproveitar a oportunidade para deixar registrado o que classificou de "desajuste nos preços entre produtos agropecuários e industrializados". Tomou como referência os preços das máquinas e implementos agrícolas e o valor de co-

mercialização do arroz, com o seguinte exemplo:

Em maio de 1986 comprou um trator da marca Valmet, 4x4, pagando o equivalente a 2.400 sacas de arroz. E em abril de 1988, menos de dois anos depois, precisou de 5.900 sacas de arroz para comprar o mesmo trator. Ele considera esse desajuste desproporcional entre valores das máquinas e insumos necessários à produção e os ganhos de mercado da produção agropecuária, um verdadeiro suicídio econômico da produção primária. Essa situação leva, primeiro, ao desistímulo dos produtores, e em seguida a falência do setor, disse o agropecuarista, que promete envolver o SRDP numa luta constante, para tentar inverter esse quadro, que considera de flagrante injustiça contra os produtores rurais.

A lembrança das barragens

O período de estiagem que ocorre neste município é semelhante a outros ocorridos no passado e será igual a muitos que ainda irão ocorrer, se nenhuma providência sensata for tomada por quem tenha o dever de assim proceder. A declaração foi feita pelo engenheiro agrônomo Eloy Cordero, técnico do Instituto Rio-Grandense do Arroz em Dom Pedrito, um estudioso das condições hídricas da região.

Segundo declarou ao Cotrijornal, Dom Pedrito faz parte de uma micro-região da Fronteira Oeste e parte do Uruguai, onde os períodos de estiagem são normais durante os meses de verão. E esse fenômeno tem limitado o desenvolvimento agro-pastoril da região. As culturas ditas do seco, como soja, milho e sorgo, juntamente com as pastagens, são as atividades mais prejudicadas. A modernização e o desenvolvimento dessas atividades estão limitadas a ocorrência de fenômenos naturais aleatórios. Isto tem demonstrado que não é um bom negócio investir em atividade de alto risco.

Cordero entende que o aumento populacional do município não tem tido a sua correspondência no aumento da produção do meio rural. Em vista disso — enfatiza o téc-

nico — estamos ficando cada vez mais pobres.

Como o município depende exclusivamente de seus campos, urge que se tomem medidas que venham a adequar estes campos dos meios necessários à sua produção. A agropecuária moderna, diz, só poderá se expandir nesta região, se eliminados, ou, pelo menos, minorados os efeitos das secas, que ocorrem periodicamente. Para que isso ocorra, são necessários meios para armazenar-se toda a água possível ocorrida nos períodos de chuvas, para usar, sob controle, durante as estiagens.

É nesse sentido o município do Dom Pedrito é bastante privilegiado, pois existem em seu território muitos locais ideais para a construção de barragens de médio porte, que podem ser erguidas a custos módicos, proporcionando retorno de capital garantido, e a curto prazo. Cordero lembra que essas barragens servirão para irrigar não só as lavouras de arroz — cujo insumo principal é a água, mas também as pastagens, a soja, o milho e outras culturas de verão.

Ele insiste em dizer — como outros técnicos e estudiosos do assunto — que seria o grande passo para que se alcance colheitas abundan-



Eloy Cordero

Os efeitos da seca precisam ser minorados e safras constantes, a fim de melhorar os níveis sócio-econômicos do município. Este ano estamos lamentando a perda de 35 por cento da lavoura de arroz, e 60 por cento da lavoura de soja, e muitas cabeças de gado. E certamente esse fenômeno se repetirá. Não podemos ficar só nos lamentando em cima dos fatos ocorridos. Temos é que nos prevenir para enfrentar as situações adversas.

Só a união das forças vivas da comunidade e o poder público poderá mudar essa situação, sendo a mola mestra que irá desencadear um novo ciclo econômico para Dom Pedrito e a região. Mas se isso não for feito, racional e conscientemente, nos próximos anos ainda estaremos tocando no mesmo assunto e chorando as mesmas lamentações, finalizou o técnico do IRGA.

Dois assuntos levaram os associados ao debate: destinação das sobras e mudanças no Regimento Interno



Um expressivo número de associados compareceu à Assembléia

ASSEMBLÉIA

Representante mais político

Dois assuntos esquentaram os ânimos dos associados durante a Assembléia Geral Ordinária da Cotrijuí, realizada no dia 30 de março, na sede da Afucotri de Ijuí: o das mudanças introduzidas no Regimento Interno do Conselho de Representantes e o da destinação das sobras. Os dois assuntos deram muito pano para manga, mas a polêmica maior ficou por conta do último e, quem levou a melhor foi o grupo de associados que defendeu a pura e simples distribuição do resultado do exercício de 88 entre o quadro social.

Um expressivo número de associados das Regionais Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul aproveitou a oportunidade da realização da Assembléia para reforçar seu voto de confiança ao trabalho levado adiante pela atual administração durante o exercício passado, um ano difícil, de frustração de safra, problemas na comercialização do trigo, da carne, do arroz e com muitas indefinições por parte da política agrícola do governo federal.

A mesa foi composta pelo diretor-presidente da Cotrijuí, Oswaldo Olmiro Meotti; pelo vice-presidente e superintendente da Regional Pioneira, Celso Sperotto e Walter Frantz; pelo vice-presidente e superintendente da Regional de Dom Pedrito, Oscar Vicente e Silva e Eduardo Augusto Pereira de Menezes; pelo vice-presidente e superintendente da Regional de Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges e Lotário Beckert; pelo ex-presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva e pelo ex-presidente da Pioneira, Antoninho Boiarski Lopes. Ainda fizeram parte da mesa conselheiros e diretores contratados. Por indicação da Assembléia, os trabalhos foram dirigidos pelo associado e representante Delmar Barriquello, eleito pela unidade de Ijuí.

MUDANÇAS NO REGIMENTO

Um assunto que já havia passado pelo crivo do quadro social, mas que precisava

da confirmação da Assembléia para ser colocado em prática, tratava das mudanças feitas no Regimento Interno do Conselho dos Representantes. A proposta consenso apresentada não recebeu nenhuma emenda adicional, sendo, portanto, aprovada depois de algumas considerações e debates em torno do perfil dos representantes, traçado de forma mais clara para o quadro social e com um cunho mais político. Uma experiência que já vinha sendo praticada pelo Conselho, mas que não tinha caráter legal, passou a integrar o Regimento: a dos coordenadores geral e regional. Com uma ressalva, o coordenador geral passará a participar das reuniões do Conselho de Administração da Cotrijuí, que mesmo sem direito a voto, tem o objetivo de dar suporte para as decisões tomadas.

Mas foi o assunto "destinação das sobras", que propiciou as maiores discussões entre os associados presentes à Assembléia, causando uma certa divisão de opiniões. Um grupo defendia a capitalização destas sobras na conta-capital de cada associado que operou com a Cotrijuí em 88, porque entendia que essa atitude reforçaria o próprio capital de giro da cooperativa. Outro grupo, mais forte, era pela simples distribuição das sobras entre os associados de acordo com o capital integralizado no exercício anterior.

A segunda corrente de associados levou a melhor com o apoio de 79 representantes. Apenas 46 votos foram contra a distribuição das sobras entre o quadro social. Serão NCz\$ 89.662,00 de superávit a serem distribuídos entre os associados da Pioneira. Na Regional de Mato Grosso o superávit chega a NCz\$ 145.699,00. A Regional de Dom Pedrito, que fechou o ano em vermelho, terá de cobrir os prejuízos com suas reservas.

SEM DISCUSSÕES

O Balanço do exercício foi submetido a aprovação da Assembléia sem chegar a levantar grandes discussões.



Oswaldo Meotti

Os números já haviam sido apresentados ao quadro social por ocasião das reuniões realizadas durante o mês de março.

O item seguinte da ordem do dia tratou da fixação dos honorários dos diretores eleitos. O Conselho de Representantes apresentou uma proposta elevando o valor dos honorários recebidos pelo diretor presidente para 450 OTNs ou equivalência. O honorário dos vice-presidentes foi alterada para 350 OTNs e a dos superintendentes para 300 OTNs ou equivalência. A proposta, acrescida de mais uma gratificação equivalente a um salário mensal do exercício/88 foi aprovada com apenas um voto em contrário. Para os associados, o reajuste nos salários dos diretores eleitos representa o reconhecimento pelo desempenho durante o ano que passou. A cédula de presença dos componentes dos conselhos de Administração e Fiscal foi reajustada para NCz\$ 38,00 por reunião.

O CONSELHO FISCAL

A Assembléia também tratou da renovação dos componentes do Conselho Fiscal. A chapa única, apresentada pelo Conselho de Representantes foi eleita por aclamação. O novo Conselho Fiscal passou a ser integrado pelos efetivos Amário Becker, da Regional Pioneira; Ivo Vicente Basso, de Mato Grosso do Sul e José Dalíssio Rodrigues Marchese, por Dom Pedrito. Na suplência foram eleitos Ervino Egon Preissler, pela Pioneira; Artêmio Agostini, por Mato Grosso do Sul e Rogério Gilberto Zarth, por Dom Pedrito.

Situação equilibrada

O ano foi difícil, mas a Cotrijuí conseguiu alcançar um faturamento de NCz\$ 90 milhões

O ano de 1988 não foi de todo ruim, mas foi um ano difícil. A observação é do diretor-presidente da Cotrijuí, Oswaldo Olmiro Meotti, apontando a seca ocorrida na região, os problemas com a comercialização do trigo, a polêmica do privatiza não privatiza, a redução em 15 por cento na área de trigo e a inflação de 933 por cento, entre outros, como fatores responsáveis pelo desempenho satisfatório alcançado pelo Grupo Cotrijuí no ano passado. Só a seca levou 60 por cento da safra de soja, reduzindo o movimento do Terminal Graneleiro da Cotrijuí em Rio Grande em mais de dois milhões de toneladas. Mas apesar de todos esses fatores adversos, Meotti diz que a Cotrijuí conseguiu se manter em equilíbrio, alcançando um faturamento de NCz\$ 90 milhões. "Não chegamos a tomar medidas drásticas, destaca, mas nos prevenimos buscando uma melhor adequação à nova realidade".

Para Meotti essa situação de equilíbrio vivida pela cooperativa num ano difícil é o resultado de um trabalho de equipe envolvendo direção, funcionários e quadro social. Mas diz que o resultado financeiro não é o aspecto mais importante. "Temos que considerar o papel que desempenhamos como reguladores de mercado nas regionais onde atuamos, sempre puxando os preços para baixo quando se tratava de insumos e para cima na fixação dos valores dos produtos".

INVESTIMENTOS PARA O ASSOCIADO

O ano de 1988 também não ficou marcado por investimento de impacto para o grande público, embora tenha chamado a atenção pelos pequenos investimentos voltados estritamente para os interesses do quadro social. "Foi um ano em que fizemos muitos investimentos que pouco apareceram", diz o diretor presidente citando como exemplos as moegas construídas na Pioneira e no Mato Grosso do Sul, levando a cooperativa para mais perto da lavoura do associado.

Cada Cruzado Novo capitalizado, segundo Meotti, vem sendo revertido em investimento do interesse do produtor, desde que avaliado pelo quadro social. "Qualquer investimento passa antes pela discussão do associado. É ele quem vai decidir se realmente a moega a ser construída na localidade está fazendo falta", ressalta, lembrando que para 1989 os investimentos não se-

rão de grande porte, mas adequados às necessidades do produtor. A Regional Pioneira vai continuar investindo na construção de moegas, sem deixar de avançar nas áreas de suinocultura, leite e hortigranjeiros. "Vamos continuar apostando na diversificação da propriedade buscando reduzir, cada vez mais, a dependência do produtor da soja e do trigo".

A nível de Regional do Mato Grosso do Sul, os investimentos ficam por conta da construção de algumas unidades novas, moegas e conclusão do armazém sementeiro de Dourados. Até setembro deverá entrar em funcionamento a indústria de óleo de milho. Continua dentro das previsões de investimentos traçadas pela Regional MS para 89 a construção de um aviário, a ampliação da fábrica de rações e a aceleração das atividades da Cerealista.

A Regional de Dom Pedrito foi a mais castigada pelos fatores adversos que campearam por 88. A área de carne sofreu as consequências da greve dos veterinários. Os abates foram suspensos e as exportações retardadas. Resultados: matéria-prima canalizada para outros lados e prejuízos para o frigorífico que fechou o ano em vermelho. A área de arroz também passou maus momentos e terminou o ano revertendo para o produtor uma receita minguada.

O ENDIVIDAMENTO

O endividamento da Cotrijuí voltou a crescer em 1988 e tem como causa, segundo Oswaldo Meotti o fato da cooperativa voltar a operar com repasse de custeio para as lavouras. Também somou para o crescimento do endividamento os recursos captados junto ao Banco do Brasil para dar suporte ao projeto de Recuperação de Solos, "importante não só para a economia da região mas para toda a agricultura gaúcha", adianta o diretor presidente.

A captação de recursos junto ao Banco do Brasil levou, de um lado, ao crescimento do endividamento, "mas de outro contribuiu para o aumento do nosso realizável, na medida em que repassamos estes recursos para o associado". Mas nem por isso os compromissos deixaram de ser pagos em dia, "de forma a continuar conservando nossa credibilidade junto às instituições financeiras.

Proteja Seu Lucro.

Sacaria FRESAL de Polipropileno

- Alta resistência e durabilidade;
- Costura lateral com dobra dupla e reforço na boca;
- Impressão nítida em até 3 cores;
- Baixo custo e entrega imediata.



FRESAL EMBALAGENS LTDA.

Fone: (0512) 43.4399

P.A.Z.

O novo Regimento Interno

REGIMENTO ANTERIOR

Função dos Representantes:

- Artigo 01 — É função dos Representantes ouvir os associados nas bases, através de reuniões e contatos informando-se e conhecendo seus problemas e necessidades, bem como a situação da Cooperativa. Analisar esta situação com os associados e funcionários e com eles traçar planos, tendo como base de atuação a Unidade, podendo ainda, representar associados de outras áreas.
- Artigo 02 — Ser órgão consultivo dos Conselhos de Administração e Fiscal, sempre fiel às bases.
- Artigo 03 — Organizar-se por núcleos em cada Unidade recebedora, a fim de permitir uma representação de todos os associados. Para tanto, poderão existir líderes de núcleos que se reúnam quando necessário, mesmo que não tenham a função de representantes eleitos, mas com este busquem discutir, analisar e sugerir mudanças a nível de Unidade.
- Artigo 04 — Organizar-se por regiões que lhes permitirão, com os Conselheiros, convocar reuniões com a Diretoria Regional e sua Administração a nível de Diretoria e/ou a nível de Unidades Recebedoras para o fim de analisar investimentos, contas, avaliar serviços, propor alternativas a nível de Unidades, Regiões e Conselhos. Deverão, também, realizar no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes Regionais, a qual se seguirá outra reunião com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- § Único — As convocações previstas neste artigo sempre serão efetuadas pelo mínimo de 50 por cento (cinquenta por cento) dos Representantes.
- Artigo 05 — Representar os demais associados em todos os assuntos que lhe digam respeito, exceto eleição dos membros do Conselho de Administração.
- § Único — Discutir o balanço de encerramento do exercício, juntamente com o auxílio de técnicos, com os demais associados nas reuniões de núcleo. Para tanto, o balanço deverá ser entregue aos Representantes, com uma antecedência mínima de 30 dias da Assembléia Geral.
- Artigo 06 — Organizar chapa ou chapas para a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Da Representação nas Assembléias:

- Artigo 07 — Antes das Assembléias, deverão ser encaminhados às Unidades os assuntos a serem tratados na Assembléia, através dos Representantes e Conselheiros, a fim de serem discutidos. Das reuniões deverão ser lavradas atas, as quais serão levadas ou comunicadas às reuniões de Representantes, Conselheiros e/ou, também às Assembléias, se for o caso.
- Artigo 09 — Nas Assembléias Gerais Ordinárias de decisão sobre Balanço, investimentos, patrimônio e serviços, somente os Representantes eleitos terão direito a voto. Os demais associados poderão assistir, participar e discutir na Assembléia, sem direito a voto.

Do Processo Eleitoral para votação de chapa (s):

- Artigo 10 — Os Representantes deverão divulgar a nominata dos componentes das chapas, pelo menos 15 dias antes do início da votação, fixando-a nos quadros de avisos das Unidades.
- Artigo 11 — Em tempo hábil, providenciar a composição das mesas receptoras de votos, com pelo menos 2 associados e 1 funcionário para cada mesa.
- Artigo 12 — Com o auxílio do Departamento de Comunicação e Educação e Gerentes de Unidades, providenciar no material necessário para a realização de votação (urnas, cédulas, listas de votação e outros materiais de controle).
- Artigo 13 — Para facilitar o exercício do voto, as urnas deverão permanecer por 1 dia em todas as Unidades da Cooperativa e outras localidades do interior, a critério dos Representantes e Conselheiros.
- Artigo 14 — Formação de uma Comissão de, pelo menos, 3 associados em cada Unidade para acompanhar, escrutinar, fiscalizar as urnas e divulgar os resultados da votação, por unidade.
- Artigo 15 — O escrutínio se processará em cada Unidade imediatamente após ao encerramento da votação, ou seja, a partir das 18,00 horas do dia da eleição.
- Artigo 16 — Cada Comissão, por Unidade, conforme descrita no artigo 13, convidará para o escrutínio, 1 Representante de autoridade local, caso não haja representante dos órgãos de fiscalização do Cooperativismo.
- Artigo 17 — Encerrado o escrutínio, os resultados serão comunicados imediatamente à Comissão Central, que no reinício da Assembléia Geral, computará os votos e proclamará os resultados finais, dando posse imediata aos eleitos.
- § Único — A Comissão Central será formada de, no mínimo, 3 associados, mais representantes de outras entidades (Sindicatos, Associações vinculadas à agricultura), mais 1 Representante do INCRA e/ou OCERGS.
- Artigo 18 — O material que for utilizado para a realização das eleições em cada Unidade, tais como: cédulas de votação, listas de votantes e relatórios, deverão ficar arquivados nas Unidades até a Assembléia seguinte. As atas serão recolhidas à Secretaria Geral da Cooperativa.
- Artigo 19 — Quando da renovação anual prevista no Estatuto, de parte do Conselho Fiscal, caberá aos Representantes elegê-lo.
- Artigo 20 — A eleição dos Representantes se realizará de 3 em 3 anos. A votação será fixada no período compreendido entre agosto e outubro.

Dos Associados aptos votar e serem votados:

- Artigo 21 — Somente poderão votar e serem votados, os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.
- Artigo 22 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais que, a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.

- Artigo 23 — Para identificação do associado junto à mesa, é necessário a apresentação da Carteira Social e que seu nome conste na lista de votação dos aptos a votar.
- Artigo 24 — Os associados em trânsito somente poderão votar em outra Unidade com a apresentação da Carteira Social e desde que preencham todos os requisitos deste Regimento.
- § Único — Seus nomes constarão em separado na ata de votação.
- Artigo 25 — Não poderão votar nem serem votados os associados que não estejam no gozo de seus direitos e aqueles que também sejam funcionários da Cooperativa.
- Artigo 26 — Também são inelegíveis, como Representantes, embora tenham direito a voto, os atuais membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Da Composição das mesas receptoras e controle de votação:

- Artigo 27 — Aos representantes, juntamente com a Direção (Gerentes e Departamentos de Comunicação e Educação) da Cooperativa, incumbirá, em reunião a ser realizada numa ou mais Unidades da Cotrijuf, definir a composição das mesas receptoras de votos, localização das urnas e controle da votação.
- § Único — Para a eleição do Conselho de Administração, os procedimentos previstos no caput deste artigo deverão estar previamente definidos, para serem apresentados e aprovados pela Assembléia Geral.

Do ato de votar:

- Artigo 28 — A apresentação da Carteira Social pelo associado, é condição essencial do ato de votar e deverá ser carimbada com a data da votação e rubricada por um mesário.
- Artigo 29 — Havendo dúvida sobre a identificação do associado, poderá a mesa solicitar-lhe documentação que julgue necessária.
- Artigo 30 — Será facilitado o acesso do votante à relação nominal dos elegíveis.
- Artigo 31 — Identificado o associado votante, este assinará a folha de votação e receberá uma cédula rubricada por um dos mesários, na qual o eleitor escreverá o nome do associado a quem quiser destinar seu voto para elegê-lo Representante.

Mudanças conte

“A Estrutura do Poder nasceu para fazer com que o produtor e sua família sentassem e, via núcleos e discutissem os problemas da cooperativa”, afirma Leonides Dallabrida, coordenador geral provisório do Conselho de Representantes da Cotrijuf ao falar das alterações feitas no Regimento Interno da Cooperativa e aprovadas durante a assembléia geral ordinária do dia 30 de março. Lembra que essas alterações em alguns artigos do Regimento Interno foram necessárias porque a fase de experiência da Estrutura do Poder já passou, e hoje tanto o associado como a própria cooperativa vivem um novo momento, onde o poder precisa ser melhor redimensionado e entendido. “Os primeiros trabalhos com a Estrutura do Poder, complementa João Carlos Batista, coordenador do grupo de representantes da unidade de Coronel Bicaco, foram ensaios que deram certo. Só que esta proposta estava precisando se modernizar”.

A discussão em cima de alterações no texto do Regimento Interno começou no ano passado e teve como base uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração. Com a proposta nas mãos, os representantes voltaram para suas bases e, em conjunto com o quadro social, chegaram a um consenso, “capaz de contemplar tanto o associado de Jóiá como o do Mato Grosso do Sul”, explica Dallabrida. A proposta consenso foi analisada e avaliada numa reunião final realizada em Dourados, no Mato Grosso do Sul e que contou com a presença de todos os

coordenadores do Conselho de Representantes. Discutida a proposta, voltou para a assembléia, onde foi submetida a aprovação.

REGIMENTO ENXUTO

As mudanças discutidas, aprovadas e introduzidas no Regimento Interno atingiram os artigos 1, 2, 4 e 6 do item “a função dos representantes”. No item “da representação nas assembléias” foi acrescentado um novo artigo definindo mais claramente a questão da elaboração da chapa oficial. No item seguinte, “do processo eleitoral para votação de chapas”, tiveram nova redação os artigos 10, 11, 19 e 20. Para Dallabrida o novo Regimento Interno é enxuto, mas traz grandes avanços contemplados pela figura das coordenadorias. Lembra que, pelo antigo Regimento, o trabalho do representante ficava prejudicado pela ausência de um comando central. “Não existia alguém para cobrar resultados de discussões iniciadas e que envolviam assuntos do interesse da cooperativa como um todo”.

Além de comandar o trabalho dos representantes, o coordenador geral terá o direito de participar das reuniões do Conselho de Administração. Não terá direito a voto, mas poderá influir, através do debate, nas decisões a serem tomadas pelo Conselho de Administração. “O coordenador dos representantes não será mais um conselheiro a participar das reuniões”, esclarece João Carlos Batista. Ele representará a figura de um consultor do Conselho de Administração, e que terá

O Regimento Interno do Conselho de Representantes da Cotrijuí está de cara nova. Foi um ano inteiro de discussões pelos núcleos e que resultaram na elaboração de um perfil mais exato do representante e das suas funções junto a cooperativa. A grande novidade, no entanto, fica por conta da criação das coordenadorias geral e regional. As mudanças feitas no Regimento Interno podem ser avaliadas abaixo, onde estamos publicando os dois, o antigo e o novo.

PROPOSTA APROVADA PELA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

- Artigo 01 — É função dos Representantes ser elo de ligação entre o corpo associativo e a Direção da Cooperativa, procurando, através dos meios de comunicação disponíveis na entidade, informar-se de sua real situação para transmitir ao quadro social. Da mesma forma, ouvir as reivindicações básicas dos associados dentro e fora da sua base de atuação, trazendo-as até a Direção e o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.
- Artigo 02 — Ser órgão consultivo nato dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comissões da Cooperativa sempre fiéis às bases.
- Artigo 03 — Continua valendo o do Regimento anterior
- Artigo 04 — Organizar-se por regiões a fim de permitir que, com os Conselhos, possam convocar reuniões com a Diretoria Regional e demais administradores a nível de direção e/ou a nível gerencial das Unidades Receptoras, com o objetivo de analisar investimentos, contas, avaliar serviços e propor alternativas a nível de Unidades, Região e Conselhos. Deverão realizar, no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes das Regionais, à qual se seguirá outra com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- § Primeiro — As convocações previstas neste artigo sempre serão efetuadas pelo mínimo de 50 por cento (cinquenta por cento) dos Representantes.
- § Segundo — Os Representantes de cada Unidade Receptora escolherão no início de cada mandato entre si, um coordenador e um suplente. Num período de, no máximo, 30 dias os coordenadores e os suplentes escolherão entre si, um coordenador, um vice-coordenador, um secretário e dois suplentes de cada Regional.
- § Terceiro — As coordenadorias das regionais por sua vez, constituirão entre seus membros, a Coordenadoria Geral dos Representantes num prazo de até 60 dias após a eleição dos Representantes. Constituída de um Coordenador Geral, um vice-coordenador, secretário e dois suplentes.
- § Quarto — O mandato das coordenadorias: da Unidade, Regional e Geral terá um ano de duração, podendo serem reeleitos qualquer um dos seus membros.
- § Quinto — Terá assento no Conselho de Administração: da Regional, o Coordenador Regional; no Conselho Geral, o Coordenador Geral dos Representantes, para levarem ao conhecimento dos Conselhos, as reivindicações dos Representantes, mas sem direito a voto.

Artigo 05 — Representar os demais associados em todos os assuntos que lhe digam respeito, exceto eleição dos membros do Conselho de Administração.

§ Único — Precedendo a realização da Assembléia Geral Ordinária, com antecedência mínima de 30 dias, assessorado por equipe técnica da Cooperativa, promover com o corpo associativo, realizar, no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes das Regionais, à qual se seguirá outra com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Artigo 06 — Organizar chapa ou chapas para a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

§ Primeiro — Promover reuniões com lideranças rurais participativas, visando a preparação e indicação de futuros candidatos.

§ Segundo — As comunidades ou núcleos de base poderão previamente reunir-se e indicar os candidatos de seus núcleos ou comunidades. O perfil do candidato será: associado atuante, não concorrente da Cooperativa e que tenha participações de reuniões, encontros, cursos ou seminários.

Da Representação nas Assembléias

Artigo 07 — Continua valendo o do Regimento anterior.

Artigo 08 — Para a elaboração da chapa oficial, cada Regional, através de seus Representantes, em reuniões especialmente convocadas pelos mesmos, definirá os candidatos para os cargos de Vice-Presidente, Superintendente, membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração (quando couber) e Fiscal. Na reunião geral de representantes será escolhido o candidato a presidente e dar-se-á a formação final da nominata do Conselho de Administração e Fiscal, devendo ser respeitado o número mínimo a ser substituído, de acordo com a legislação vigente e determinação estatutária.

Artigo 09 — Continua valendo o do Regimento anterior.

§ Primeiro — O Representante que fizer parte da nominata que concorrerá ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, após o registro da chapa será substituído no Conselho de Representantes, por um suplente.

§ Segundo — Na hipótese de não eleger-se, o candidato referido no parágrafo anterior poderá retornar à condição de representante titular.

Do Processo Eleitoral para votação de chapa (s)

Artigo 10 — Procedida a escolha dos candidatos, observadas as normas dos artigos 6 e 8 e parágrafos, deverão os representantes divulgar a nominata dos componentes das chapas, com antecedência mínima de 15 dias antes da votação, afixando-as nos quadros de aviso.

Artigo 11 — Cabe também aos Representantes em tempo hábil, providenciar na composição das mesas receptoras de votos compostas pelo menos com 2 associados e 1 funcionário, pessoas não envolvidas, diretamente ao processo eleitoral.

§ Primeiro — Cada chapa completa a cargo eletivo terá o direito de indicar um fiscal por urna.

§ Segundo — A Comissão Central Escrutinadora será formada de no mínimo, 3 associados, mais representantes de outras entidades (Sindicatos, Associações vinculadas à agricultura), mais um representante do sistema cooperativo.

Artigos — 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 — Continuam valendo os respectivos do Regimento anterior.

Artigo 19 — Quando da renovação anual, prevista no Estatuto, de parte do Conselho Fiscal, a escolha dos candidatos obedecerá aos mesmos critérios descritos no artigo 06 e parágrafos.

Artigo 20 — A eleição dos Representantes se realizará de 3 em 3 anos. A votação será fixada sempre na primeira quinzena de agosto.

§ Primeiro — Serão eleitos 1 Representante titular e 1 suplente para cada 150 associados ou fração com direito a voto.

§ Segundo — Cada Unidade Receptora de produtos poderá eleger, no mínimo, 1 Representante e 1 suplente. Entende-se por Unidade Receptora o local de jurisdição da conta corrente do associado.

§ Terceiro — Somente será elegível como Representante o associado que, sem prejuízo de outras disposições estatutárias e deste regulamento, tenha entregue sua produção à Cooperativa no exercício imediatamente anterior ao pleito e não exerça atividades que colidam com os interesses da Cooperativa.

§ Quarto — Caso, no decorrer de sua gestão, o Representante venha a exercer atividade que contrarie os interesses da Cooperativa, perderá automaticamente seu mandato, assumindo em seu lugar o suplente, e assim sucessivamente.

Dos Associados aptos a votar e serem votados

Artigo 21 — Somente poderão votar e serem votados os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.

Artigo 22 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais que, a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.

Artigos — 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 — Continuam valendo os respectivos do Regimento anterior.

mplativas

também a incumbência de aproximar ainda mais as três Regionais. O Conselho de Representantes também não está querendo criar um poder paralelo ou reduzir poderes", deixa bem claro Dallabrida. Ele vai apenas procurar agilizar a informação até o quadro social e servir como alavanca de amparo da própria direção. Já não será mais o Conselho de Administração sozinho que estará tomando decisões. Por trás dele estará presente o Conselho de Representantes respaldado por um quadro social muito bem informado", reforça.

Para o coordenador geral provisório, o Conselho de Representantes deve ser entendido como um grupo de associados dispostos a ajudar na administração da cooperativa. "É mais um grupo pensante de pessoas dispostas a trabalhar pela sua cooperativa", diz Dallabrida, certo da receptividade do trabalho por parte do Conselho de Administração.

Pelo lado do associado, essa participação do representante eleito coordenador nas reuniões do Conselho de Administração vem representar a oportunidade, segundo Dallabrida, do próprio produtor passar a comandar o processo sem muita burocracia e com simplicidade. "Será um trabalho rápido e objetivo". "A inovação, complementa João Carlos Batista, vai passar a acontecer no dia-a-dia, citando como exemplo o caso de Coronel Bicaco, onde os representantes entenderam por bem descentralizar suas reuniões, levando-as para os núcleos.



João Carlos Batista e Leonides Dallabrida

O novo texto do Regimento Interno fixa o prazo para a realização da eleição para representantes que, a partir deste ano, deverá acontecer sempre na primeira quinzena de agosto. A eleição para o Conselho de Representantes acontece a cada três anos em todas as Regionais da Cotrijuí.

Outra mudança importante: a questão da definição do perfil do representante. Que associado pode ser eleito representante? "Um associado que seja participativo, não apenas na entrega da sua produção, mas também na discussão dos problemas da cooperativa", responde Dallabrida destacando o grande poder político que tem a figura de um representante. Reconhece que, dentro do processo de discussão do perfil do representante, o próprio associado vai identificar quem tem capacidade para ser eleito e compor o material humano da organização. Para Dallabrida os núcleos são a grande raiz e a grande força do trabalho dos representantes frente a cooperativa.

O novo Regimento Interno

O Regimento Interno do Conselho de Representantes da Cotrijuí está de cara nova. Foi um ano inteiro de discussões pelos núcleos e que resultaram na elaboração de um perfil mais exato do representante e das suas funções junto a cooperativa. A grande novidade, no entanto, fica por conta da criação das coordenadorias geral e regional. As mudanças feitas no Regimento Interno podem ser avaliadas abaixo, onde estamos publicando os dois, o antigo e o novo.

REGIMENTO ANTERIOR

Função dos Representantes:

- Artigo 01 — É função dos Representantes ouvir os associados nas bases, através de reuniões e contatos informando-se e conhecendo seus problemas e necessidades, bem como a situação da Cooperativa. Analisar esta situação com os associados e funcionários e com eles traçar planos, tendo como base de atuação a Unidade, podendo ainda, representar associados de outras áreas.
- Artigo 02 — Ser órgão consultivo dos Conselhos de Administração e Fiscal, sempre fiel às bases.
- Artigo 03 — Organizar-se por núcleos em cada Unidade recebedora, a fim de permitir uma representação de todos os associados. Para tanto, poderão existir líderes de núcleos que se reúnem quando necessário, mesmo que não tenham a função de representantes eleitos, mas com este busquem discutir, analisar e sugerir mudanças a nível de Unidade.
- Artigo 04 — Organizar-se por regiões que lhes permitirão, com os Conselheiros, convocar reuniões com a Diretoria Regional e sua Administração a nível de Diretoria e/ou a nível de Unidades Recebedoras para o fim de analisar investimentos, contas, avaliar serviços, propor alternativas a nível de Unidades, Regiões e Conselhos. Deverão, também, realizar no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes Regionais, a qual se seguirá outra reunião com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- § Único — As convocações previstas neste artigo sempre serão efetuadas pelo mínimo de 50 por cento (cinquenta por cento) dos Representantes.
- Artigo 05 — Representar os demais associados em todos os assuntos que lhe digam respeito, exceto eleição dos membros do Conselho de Administração.
- § Único — Discutir o balanço de encerramento do exercício, juntamente com o auxílio de técnicos, com os demais associados nas reuniões de núcleo. Para tanto, o balanço deverá ser entregue aos Representantes, com uma antecedência mínima de 30 dias da Assembléia Geral.
- Artigo 06 — Organizar chapa ou chapas para a eleição do Conselho e Administração e Conselho Fiscal.

Do Processo Eleitoral para votação de chapa (s):

- Artigo 07 — Antes das Assembléias, deverão ser encaminhados às Unidades os assuntos a serem tratados na Assembléia, através dos Representantes e Conselheiros, a fim de serem discutidos. Das reuniões deverão ser lavradas atas, as quais serão levadas ou comunicadas às reuniões de Representantes, Conselheiros e/ou, também às Assembléias, se for o caso.
- Artigo 08 — Nas Assembléias Gerais Ordinárias de decisão sobre Balanço, investimentos, patrimônio e serviços, somente os Representantes eleitos terão direito a voto. Os demais associados poderão assistir, participar e discutir na Assembléia, sem direito a voto.
- Artigo 09 — Os Representantes deverão divulgar a nominata dos componentes das chapas, pelo menos 15 dias antes do início da votação, fixando-a nos quadros de avisos das Unidades.
- Artigo 10 — Em tempo hábil, providenciar a composição das mesas receptoras de votos, com pelo menos 2 associados e 1 funcionário para cada mesa.
- Artigo 11 — Com o auxílio do Departamento de Comunicação e Educação e Gerentes de Unidades, providenciar no material necessário para a realização de votação (urnas, cédulas, listas de votação e outros materiais de controle).
- Artigo 12 — Para facilitar o exercício do voto, as urnas deverão permanecer por 1 dia em todas as Unidades da Cooperativa e outras localidades do interior, a critério dos Representantes e Conselheiros.
- Artigo 13 — Formação de uma Comissão de, pelo menos, 3 associados em cada Unidade para acompanhar, escrutinar, fiscalizar as urnas e divulgar os resultados da votação, por unidade.
- Artigo 14 — O escrutínio se processará em cada Unidade imediatamente após o encerramento da votação, ou seja, a partir das 18,00 horas do dia da eleição.
- Artigo 15 — Cada Comissão, por Unidade, conforme descrita no artigo 13, convidará para o escrutínio, 1 Representante de autoridade local, caso não haja representante dos órgãos de fiscalização do Cooperativismo.
- Artigo 16 — Encerrado o escrutínio, os resultados serão comunicados imediatamente à Comissão Central, que no reinício da Assembléia Geral, computará os votos e proclamará os resultados finais, dando posse imediata aos eleitos.
- § Único — A Comissão Central será formada de, no mínimo, 3 associados, mais representantes de outras entidades (Sindicatos, Associações vinculadas à agricultura), mais 1 Representante do INCRA e/ou OCERGS.
- Artigo 17 — O material que for utilizado para a realização das eleições em cada Unidade, tais como: cédulas de votação, listas de votantes e relatórios, deverão ficar arquivados nas Unidades até a Assembléia seguinte. As atas serão recolhidas à Secretaria Geral da Cooperativa.
- Artigo 18 — Quando da renovação anual prevista no Estatuto, de parte do Conselho Fiscal, caberá aos Representantes elegê-lo.
- Artigo 19 — A eleição dos Representantes se realizará de 3 em 3 anos. A votação será fixada no período compreendido entre agosto e outubro.
- Artigo 20 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais que, a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.

Dos Associados aptos votar e serem votados:

- Artigo 21 — Somente poderão votar e serem votados, os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.
- Artigo 22 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais que, a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.

- Artigo 23 — Para identificação do associado junto à mesa, é necessário a apresentação da Carteira Social e que seu nome conste na lista de votação dos aptos a votar.
- Artigo 24 — Os associados em trânsito somente poderão votar em outra Unidade com a apresentação da Carteira Social e desde que preencham todos os requisitos deste Regimento.
- § Único — Seus nomes constarão em separado na ata de votação.
- Artigo 25 — Não poderão votar nem serem votados os associados que não estejam no gozo de seus direitos e aqueles que também sejam funcionários da Cooperativa.
- Artigo 26 — Também são inelegíveis, como Representantes, embora tenham direito a voto, os atuais membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- Da Composição das mesas receptoras e controle de votação:**
- Artigo 27 — Aos representantes, juntamente com a Direção (Gerentes e Departamentos de Comunicação e Educação) da Cooperativa, incumbirá, em reunião a ser realizada numa ou mais Unidades da Cotrijuí, definir a composição das mesas receptoras de votos, localização das urnas e controle da votação.
- § Único — Para a eleição do Conselho de Administração, os procedimentos previstos no caput deste artigo deverão estar previamente definidos, para serem apresentados e aprovados pela Assembléia Geral.
- Do ato de votar:**
- Artigo 28 — A apresentação da Carteira Social pelo associado, é condição essencial do ato de votar e deverá ser carimbada com a data da votação e rubricada por um mesário.
- Artigo 29 — Havendo dúvida sobre a identificação do associado, poderá a mesa solicitar-lhe documentação que julgue necessária.
- Artigo 30 — Será facilitado o acesso do votante à relação nominal dos elegíveis.
- Artigo 31 — Identificado o associado votante, este assinará a folha de votação e receberá uma cédula rubricada por um dos mesários, na qual o eleitor escreverá o nome do associado a quem quiser destinar seu voto para elegê-lo Representante.

PROPOSTA APROVADA PELA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

- Artigo 01 — É função dos Representantes ser elo de ligação entre o corpo associativo e a Direção da Cooperativa, procurando, através dos meios de comunicação disponíveis na entidade, informar-se de sua real situação para transmitir ao quadro social. Da mesma forma, ouvir as reivindicações básicas dos associados dentro e fora da sua base de atuação, trazendo-as até a Direção e o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.
- Artigo 02 — Ser órgão consultivo nato dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comissões da Cooperativa sempre fidedis às bases.
- Artigo 03 — Continua valendo o do Regimento anterior.
- Artigo 04 — Organizar-se por regiões a fim de permitir que, com os Conselhos, possam convocar reuniões com a Diretoria Regional e demais administradores a nível de direção e/ou a nível gerencial das Unidades Recebedoras, com o objetivo de analisar investimentos, contas, avaliar serviços e propor alternativas a nível de Unidades, Regiões e Conselhos. Deverão realizar, no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes das Regionais, à qual se seguirá outra com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- § Primeiro — As convocações previstas neste artigo sempre serão efetuadas pelo mínimo de 50 por cento (cinquenta por cento) dos Representantes.
- § Segundo — Os Representantes de cada Unidade Recebedora escolherão no início de cada mandato entre si, um coordenador e um suplente. Num período de, no máximo, 30 dias os coordenadores e os suplentes escolherão entre si, um coordenador, um vice-coordenador, um secretário e dois suplentes de cada Regional.
- § Terceiro — As coordenadorias das regionais por sua vez, constituirão entre seus membros, a Coordenadoria Geral dos Representantes num prazo de até 60 dias após a eleição dos Representantes. Constituída de um Coordenador Geral, um vice-coordenador, secretário e dois suplentes.
- § Quarto — O mandato das coordenadorias da Unidade, Regional e Geral terá um ano de duração, podendo serem reeleitos qualquer um dos seus membros.
- § Quinto — Terá assento no Conselho de Administração: da Regional, o Coordenador Regional; no Conselho Geral, o Coordenador Geral dos Representantes, para levarem ao conhecimento dos Conselhos, as reivindicações dos Representantes, mas sem direito a voto.

- Artigo 05 — Representar os demais associados em todos os assuntos que lhe digam respeito, exceto eleição dos membros do Conselho de Administração.
- § Único — Precedendo a realização da Assembléia Geral Ordinária, com antecedência mínima de 30 dias, assessorado por equipe técnica da Cooperativa, promover com o corpo associativo, realizar, no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes das Regionais, à qual se seguirá outra com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- Artigo 06 — Organizar chapa ou chapas para a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.
- § Primeiro — Promover reuniões com lideranças rurais participativas, visando a preparação e indicação de futuros candidatos.
- § Segundo — As comunidades ou núcleos de base poderão previamente reunir-se e indicar os candidatos de seus núcleos ou comunidades. O perfil do candidato será: associado atuante, não concorrente da Cooperativa e que tenha participações de reuniões, encontros, cursos ou seminários.
- Da Representação nas Assembléias**
- Artigo 07 — Continua valendo o do Regimento anterior.
- Artigo 08 — Para a elaboração da chapa oficial, cada Regional, através de seus Representantes, em reuniões especialmente convocadas pelos mesmos, definirá os candidatos para os cargos de Vice-Presidente, Superintendente, membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração (quando couber) e Fiscal. Na reunião geral de representantes será escolhido o candidato a presidente e dar-se-á a formação final da nominata do Conselho de Administração e Fiscal, devendo ser respeitado o número mínimo a ser substituído, de acordo com a legislação vigente e determinação estatutária.
- Artigo 09 — Continua valendo o do Regimento anterior.
- § Primeiro — O Representante que fizer parte da nominata que concorrerá ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, após o registro da chapa será substituído no Conselho de Representantes, por um suplente.
- § Segundo — Na hipótese de não eleger-se, o candidato referido no parágrafo anterior poderá retornar à condição de representante titular.

Do Processo Eleitoral para votação de chapa (s)

- Artigo 10 — Procedida a escolha dos candidatos, observadas as normas dos artigos 6 e 8 e parágrafos, deverão os representantes divulgar a nominata dos componentes das chapas, com antecedência mínima de 15 dias antes da votação, afixando-as nos quadros de aviso.
- Artigo 11 — Cabe também aos Representantes em tempo hábil, providenciar na composição das mesas receptoras de votos compostas pelo menos com 2 associados e 1 funcionário, pessoas não envolvidas, diretamente ao processo eleitoral.
- § Primeiro — Cada chapa completa a cargo eletivo terá o direito de indicar um fiscal por urna.
- § Segundo — A Comissão Central Escrutinadora será formada de no mínimo, 3 associados, mais representantes de outras entidades (Sindicatos, Associações vinculadas à agricultura), mais um representante do sistema cooperativo.
- Artigos — 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 — Continuum valendo os respectivos do Regimento anterior.
- Artigo 19 — Quando da renovação anual, prevista no Estatuto, de parte do Conselho Fiscal, a escolha dos candidatos obedecerá aos mesmos critérios descritos no artigo 06 e parágrafos.
- Artigo 20 — A eleição dos Representantes se realizará de 3 em 3 anos. A votação será fixada sempre na primeira quinzena de agosto.
- § Primeiro — Serão eleitos 1 Representante titular e 1 suplente para cada 150 associados ou fração com direito a voto.
- § Segundo — Cada Unidade Recebedora de produtos poderá eleger, no mínimo, 1 Representante e 1 suplente. Entende-se por Unidade Recebedora o local de jurisdição da conta corrente do associado.
- § Terceiro — Somente será elegível como Representante o associado que, sem prejuízo de outras disposições estatutárias e deste regulamento, tenha entregue sua produção à Cooperativa no exercício imediatamente anterior ao pleito e não exerça atividades que colidam com os interesses da Cooperativa.
- § Quarto — Caso, no decorrer de sua gestão, o Representante venha a exercer atividade que contrarie os interesses da Cooperativa, perderá automaticamente seu mandato, assumindo em seu lugar o suplente, e assim sucessivamente.
- Dos Associados aptos a votar e serem votados**
- Artigo 21 — Somente poderão votar e serem votados os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.
- Artigo 22 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais que, a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.
- Artigos — 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 — Continuum valendo os respectivos do Regimento anterior.

Mudanças contemplativas

“A Estrutura do Poder nasceu para fazer com que o produtor e sua família sentassem e, via núcleos, discutissem os problemas da cooperativa”, afirma Leonides Dallabrida, coordenador geral provisório do Conselho de Representantes da Cotrijuí ao falar das alterações feitas no Regimento Interno da Cooperativa e aprovadas durante a assembléia geral ordinária do dia 30 de março. Lembra que essas alterações em alguns artigos do Regimento Interno foram necessárias porque a fase de experiência da Estrutura do Poder já passou, e hoje tanto o associado como a própria cooperativa vivem um novo momento, onde o poder precisa ser melhor redimensionado e entendido. “Os primeiros trabalhos com a Estrutura do Poder, complementa João Carlos Batista, coordenador do grupo de representantes da unidade de Coronel Bicaco, foram ensaios que deram certo. Só que esta proposta estava precisando ser modernizar”.

A discussão em cima de alterações no texto do Regimento Interno começou no ano passado e teve como base uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração. Com a proposta nas mãos, os representantes voltaram para suas bases e, em conjunto com o quadro social, chegaram a um consenso, “capaz de contemplar tanto o associado de Jóiá como o do Mato Grosso do Sul”, explica Dallabrida. A proposta consenso foi analisada e avaliada numa reunião final realizada em Dourados, no Mato Grosso do Sul e que contou com a presença de todos os

coordenadores do Conselho de Representantes. Discutida a proposta, voltou para a assembléia, onde foi submetida a aprovação.

REGIMENTO ENXUTO

As mudanças discutidas, aprovadas e introduzidas no Regimento Interno atingiram os artigos 1, 2, 4 e 6 do item “a função dos representantes”. No item “da representação nas assembléias” foi acrescentado um novo artigo definindo mais claramente a questão da elaboração da chapa oficial. No item seguinte, “do processo eleitoral para votação de chapas”, tiveram nova redação os artigos 10, 11, 19 e 20. Para Dallabrida o novo Regimento Interno é enxuto, mas traz grandes avanços contemplados pela figura das coordenadorias. Lembra que, pelo antigo Regimento, o trabalho do representante ficava prejudicado pela ausência de um comando central. “Não existia alguém para cobrar resultados de discussões iniciadas e que envolviam assuntos do interesse da cooperativa como um todo”.

Além de comandar o trabalho dos representantes, o coordenador geral terá o direito de participar das reuniões do Conselho de Administração. Não terá direito a voto, mas poderá influir, através do debate, nas decisões a serem tomadas pelo Conselho de Administração. “O coordenador dos representantes não será mais um conselheiro a participar das reuniões”, esclarece João Carlos Batista. Ele representará a figura de um consultor do Conselho de Administração, e que terá

também a incumbência de aproximar ainda mais as três Regionais. O Conselho de Representantes também não está querendo criar um poder paralelo ou reduzir poderes”, deixa bem claro Dallabrida. Ele vai apenas procurar agilizar a informação até o quadro social e servir como alavanca de amparo da própria direção. Já não será mais o Conselho de Administração sozinho que estará tomando decisões. Por trás dele estará presente o Conselho de Representantes respaldado por um quadro social muito bem informado”, reforça.

Para o coordenador geral provisório, o Conselho de Representantes deve ser entendido como um grupo de associados dispostos a ajudar na administração da cooperativa. “É mais um grupo pensante de pessoas dispostas a trabalhar pela sua cooperativa”, diz Dallabrida, certo da receptividade do trabalho por parte do Conselho de Administração.

“Pelo lado do associado, essa participação do representante eleito coordenador nas reuniões do Conselho de Administração, vem representar a oportunidade, segundo Dallabrida, do próprio produtor passar a comandar o processo sem muita burocracia e com simplicidade. “Será um trabalho rápido e objetivo”. “A inovação, complementa João Carlos Batista, vai passar a acontecer no dia-a-dia, citando como exemplo o caso de Coronel Bicaco, onde os representantes entenderam por bem descentralizar suas reuniões, levando-as para os núcleos.



João Carlos Batista e Leonides Dallabrida

O novo texto do Regimento Interno fixa o prazo para a realização da eleição para representantes que, a partir deste ano, deverá acontecer sempre na primeira quinzena de agosto. A eleição para o Conselho de Representantes acontece a cada três anos em todas as Regionais da Cotrijuí.

Outra mudança importante: a questão da definição do perfil do representante. Que associado pode ser eleito representante? “Um associado que seja participativo, não apenas na entrega da sua produção, mas também na discussão dos problemas da cooperativa”, responde Dallabrida destacando o grande poder político que tem a figura de um representante. Reconhece que, dentro do processo de discussão do perfil do representante, o próprio associado vai identificar quem tem capacidade para ser eleito e compor o material humano da organização. Para Dallabrida os núcleos são a grande raiz e a grande força do trabalho dos representantes frente a cooperativa.”

Mais saúde e educação

O novo prefeito de Caarapó, Quinto Di Domênico, do PMDB, tem 46 anos, é advogado e está estreando na política, pois é o primeiro cargo público que ocupa. Embora não queira comentar sobre o assunto para não criar constrangimento entre seus colegas de partido, sabe-se que ele recebeu como herança uma grande dívida feita pela administração anterior, a situação mais comum entre os novos mandatários municipais em todo o Brasil.

Eleito pela coligação PMDB, PSDB e PDC, Quinto Di Domênico estabeleceu como metas prioritárias a educação e a saúde, as áreas extremamente carentes, segundo ele, e que em sua administração terá todo o apoio. A prefeitura vai ampliar o serviço médico nos postos de saúde e instalar novas unidades nos distritos do município. A área educacional já está sendo privilegiada e hoje o transporte escolar para os estudantes do primário é gratuito, sendo a despesa totalmente bancada

pela prefeitura, que arca mensalmente cerca de seis mil cruzados novos com o transporte.

Mas o prefeito tem outros planos considerados urgentes e um deles é a urbanização de Caarapó. Ele pretende construir mais calçadas, plantar árvores frutíferas e ampliar o saneamento básico instalando redes fluviais. Domênico vê ainda como necessária a construção de um clube para os trabalhadores, um parque infantil, pois Caarapó não conta com nenhum, e duas creches. Além disto ele pretende asfaltar várias ruas do perímetro urbano, fazendo em quatro anos o que foi feito em 30, lembrando o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que tinha como slogan 50 em 5.

A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

Para realizar todos estes projetos, o prefeito tem a duração de seu mandato, e muitos deles deverão ser concluídos nos próximos três anos. Atualmente a prefeitura está em fase de contenção de despesas, pois o orçamento

destinado para este exercício está apertado, conforme revela Domênico e corresponde a dois milhões e 160 mil cruzados novos. Ele reclama que Caarapó perdeu cerca de 40 por cento de sua arrecadação com a emancipação de seu maior distrito, Juty, que foi transformado em município no ano passado.

Dentro do programa de contenção dos gastos se inclui a questão do funcionalismo público. O prefeito ainda não demitiu nenhum servidor, mas salienta que contratou apenas dez novos colaboradores, um índice que ele calcula como sendo um dos mais baixos no Brasil. Hoje a prefeitura de Caarapó conta com 350 funcionários e uma folha de pagamento que representa quase metade da arrecadação mensal do município, que fica em torno de 110 mil cruzados novos.

Esta arrecadação não deverá aumentar muito, mesmo que o município comece a se desenvolver na área de indústria, como é o objetivo do

prefeito. É que para atrair novas empresas para a região, está tramitando na câmara dos vereadores um projeto que dará isenção por um prazo de 60 meses na arrecadação de ICM, que juntamente com o FPM — Fundo de Participação dos Municípios — representa a maior fonte de divisas para o município. Este projeto deverá ser aprovado pelos vereadores, diz Domênico. E além desta isenção de ICM, a prefeitura vai dar outros incentivos, como isenção de alvarás, ajuda na terraplenagem dos terrenos em que estas indústrias se instalarão e todo o auxílio que o executivo municipal puder dar, visando assim atrair investimentos no setor secundário, hoje ainda inexpressivo, pois Caarapó é, com a maioria dos municípios do estado, voltado essencialmente para a atividade agrícola.

AS METAS PARA O SETOR RURAL

Sendo a agricultura a principal ocupação dos 18 mil habitantes de Caarapó e seus dois distritos, Cristalina e No-



Quinto Di Domênico

va América, é natural que o prefeito priorize também esta área. Ele diz que o município vai participar do programa de microbacias que será desenvolvido juntamente com o governo estadual e do programa de conservação dos solos, cujo trabalho já iniciou contando com o apoio da Secretaria Estadual da Agricultura e com a participação da comunidade.

Além destes dois projetos, básicos para o desenvolvimento e continuidade da agropecuária, Quinto Di Domênico tem cuidado da conservação das estradas, aplicando de dois a três mil cruzados novos por mês na sua melhoria e cuja utilização atinge seu maior pique nesta época do ano, devido ao escoamento da produção agrícola.

Rio Brilhante: pagando as dívidas

Com prioridades para a saúde, educação e conservação das estradas, o novo prefeito de Rio Brilhante, Donato Lopes da Silva, vai trabalhar neste seu primeiro ano de mandato. Ele confessa: "Vai ser um ano difícil, com o dinheiro apertado", porque a dívida que recebeu de seu antecessor é muito grande e o orçamento para este exercício bastante limitado.

Donato Lopes da Silva, um agropecuarista de 41 anos, (é associado da Cotrij) foi eleito pelo PTB com ampla maioria sobre o segundo colocado e vai governar com a tranquilidade de ter maioria na câmara de vereadores. A facilidade não será a mesma, no entanto, com relação ao executivo estadual, e o prefeito está encontrando dificuldades em obter verbas junto ao governo do estado por questões ideológicas, uma vez que o governador é de outro partido político.

O prefeito, que já tinha experiência política, pois exerceu a função de vereador por seis anos em Rio Brilhante, reclama da situação financeira do município, porque recebeu de "presente" uma dívida de 212 mil cruzados novos em contas vencidas e mais 73 mil OTNs de dívidas contratadas. Mesmo assim a prefeitura já conseguiu resgatar a metade das contas junto aos credores e pretende até o final do ano liquidar o restante.

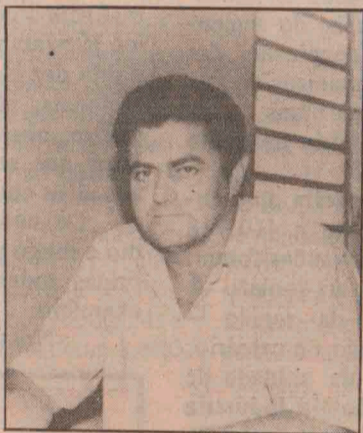
Por causa desta dívida, continua ele, vamos ter um ano sem grandes investi-

mentos e o orçamento de apenas dois milhões e 300 mil cruzados novos também não permite a realização de grandes obras. O objetivo é investir num primeiro momento nos setores mais carentes e tentar economizar ao máximo, inclusive com redução de algumas despesas.

DEMISSÕES

Esta economia de guerra está sendo posta em prática com o enxugamento da máquina administrativa do município. O novo prefeito afirma que em seus três meses de governo já demitiu quase 100 funcionários. Atualmente a prefeitura conta com 280 servidores, um número que ele considera como o mínimo necessário para tocar a administração da cidade. A folha do funcionalismo representa cerca de 30 por cento da arrecadação mensal do município, que está em torno de 120 mil cruzados novos. O restante desta arrecadação será dirigido para as metas prioritárias: a recuperação de escolas e postos de saúde, ambos em condições precárias em Rio Brilhante, tanto na sede como nos distritos, além da conservação das estradas municipais que estão em péssimas condições de utilização.

Os problemas se acumulam devido ao rápido crescimento de Rio Brilhante, que conta com uma população de 30 mil habitantes. Nos últimos anos, lembra o prefeito, o aumento populacional foi enorme e a cidade não tinha infra-estrutura nenhuma para acomodar esta demanda. Mas



Donato Lopes da Silva

aos poucos a nova administração quer melhorar as coisas e depois de três meses no poder, o prefeito se diz em condições de ter mais domínio sobre as diversas situações que têm surgido.

OUTROS PLANOS

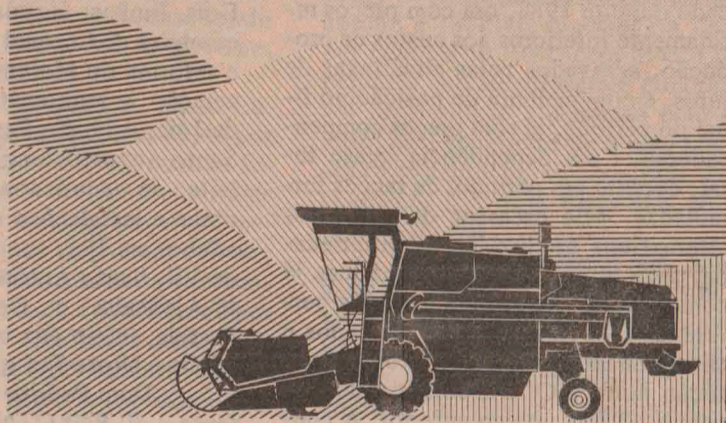
Cumpridos os objetivos mais urgentes e quando o caixa permitir, Donato Lopes da Silva vai começar a realizar seus projetos mais ambiciosos: o estádio municipal de futebol, uma nova escola no distrito de Nova Alvorada e a ampliação da rede asfáltica na cidade. Hoje, estima o prefeito, cerca de 60 a 70 por cento das ruas do perímetro urbano não são asfaltadas, mas o trabalho vai ser feito aos poucos, pois o custo que representa é muito elevado.

Ele ressalta ainda que tem recebido todo o apoio da população de Rio Brilhante e a comunidade está colaborando de fato através de doações, que vão de lâmpadas pa-

ra melhorar a iluminação pública, até óleo diesel usado pelo maquinário da prefeitura. Para continuar recebendo este apoio, ele diz que é ne-

cessário fazer um trabalho muito sério na administração e corresponder desta forma à confiança dos eleitores que o elegeram.

MERCÚRIO ESTÁ CADA VEZ MAIS PERTO DA TERRA.



Agora você pode encontrar as melhores correias agrícolas sempre por perto. É só procurar pela marca MERCÚRIO na sua cooperativa. Para transporte, elevação de grãos,

para transmissão de força e vedações, as correias agrícolas MERCÚRIO são sempre a solução mais durável e econômica para quem trabalha na terra.



Correia de transmissão Agrimerca.



Correia de transmissão ultra "V".



Correia de transmissão poliflex.



Procure na sua cooperativa.

O boi troca de pasto

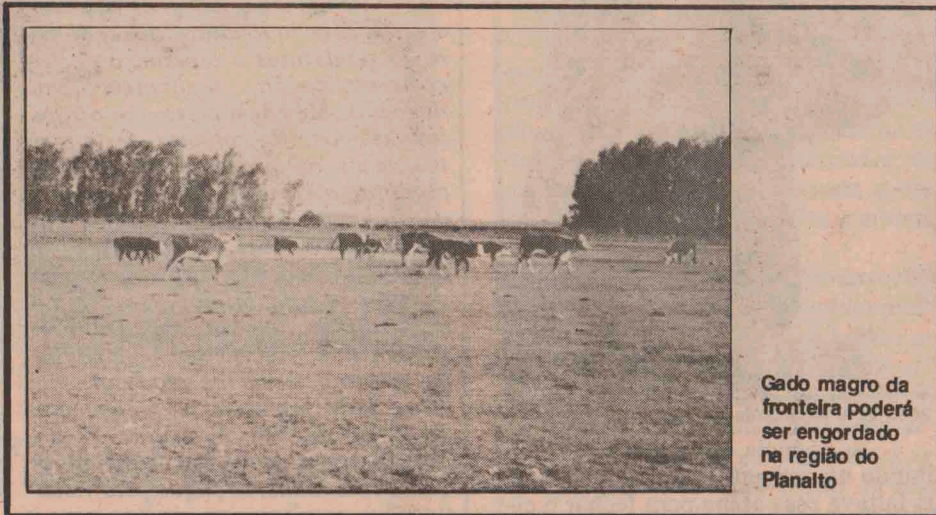
Cotrijuí Pioneira lança programa para integrar a produção bovina da campanha à grande oferta de pastagens da região

A partir da segunda quinzena de maio, quando a soja estiver toda colhida, um lote de aproximadamente cinco mil bovinos magros — bois, vacas vazias e novilhos — oriundos da fronteira do estado, poderão estar ocupando as áreas de pastagens da Cotrijuí Pioneira. A inclusão desses animais no Planalto Médio, será feita através de um novo programa do departamento agrotécnico da Cooperativa, que tem como um dos objetivos o aproveitamento de todo o potencial de alimentação de inverno existente na região.

Baseado em programas anteriores, como o de novilho precoce encaminhado pela Secretaria de Agricultura Estadual há dez anos atrás, o Programa de Engorda de Bovinos, como está sendo chamado, trará a integração da pecuária com a lavoura, através da participação dos criadores de bovinos e produtores da região da soja, viabilizado pela distribuição e comercialização da Cotrijuí.

INTEGRAÇÃO

“O programa começou a ser montado já no ano passado”, diz o responsável pelo setor de Pecuária da Cotrijuí Pioneira, veterinário Paulo Garcez, quando 90 por cento dos solos da região foram cobertos por culturas de inverno, com um percentual elevado de forrageiras. Por outro lado, acentua o veterinário, também se levou em conta as dificuldades que o criador da fron-



Gado magro da fronteira poderá ser engordado na região do Planalto

teira enfrenta no inverno, para reduzir as tradicionais perdas de peso e por mortalidade.

Aliando esses dois fatores, o departamento agrotécnico da Cooperativa procurou formular o programa buscando dar condições ao criador de melhorar seus índices zootécnicos, através de menor mortalidade e perda de peso no inverno, maior índice de prenhez na primavera e maior desfrute”, diz Paulo Garcez, apontando como uma das maiores vantagens, a possibilidade de comercialização dos animais na época de entressafra, onde os preços, historicamente, têm elevações de

40 por cento.

O produtor da região Pioneira da Cotrijuí, pelo seu lado, tem na engorda de bovinos, uma nova atividade dentro da propriedade, que possibilita não só o ganho em comercialização do animal, como também do próprio grão da forrageira, dependendo do manejo adequado que ele dispensar a criação.

LUCROS REPARTIDOS

Com a responsabilidade do frete, manejo e entrega dos animais a cargo da Cotrijuí, os participantes do programa terão os seus rendimentos de produção através de uma divisão proporcional do ganho de peso do animal,

obtido na engorda, isto a partir dos 300 quilos exigidos na origem.

A partir da sua chegada no local de terminação, todo o peso que ele ganhar dentro de um período mínimo de 60 dias e um máximo de 120, será repartido na proporção de 30 por cento para o criador e 50 por cento para o terminador. Os 20 por cento restantes são destinados a Cooperativa, para manutenção do serviço de transporte, acompanhamento técnico e comercialização, que deverá ser feita nas suas plantas frigoríficas.

AMENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS

Embora o programa seja lançado num momento de emergência para a fronteira, quando grande parte do rebanho está sofrendo as conseqüências da estiagem, o veterinário salienta que a intenção do cooperado não se limita aos danos da seca. Pretende-se atingir o maior número de produtores possível, que se comprometam em dar continuidade a este trabalho, tornando-o uma atividade permanente na área de atuação da Cotrijuí”. Por isso, continua ele, “o lote dos animais tem um limite mínimo de 20 e um máximo de 100 animais”. Paulo Garcez lembra ainda que é necessário manter o manejo bem correto, pois apesar de alguns produtores já possuírem experiência com a criação desde o programa do novilho precoce, para a maioria, o cooperado será inédito.

Solos, a prioridade de Jóia

O mês de março ficou marcado, entre os associados da Cotrijuí de Jóia, pelos vários dias-de-campo realizados na região para discutir a questão da correção e conservação de solos. “Entendemos, diz Nelson Thesing, gerente da Unidade, que só vamos conscientizar o associado da necessidade de melhor cuidar o seu solo, levando-o a conhecer trabalhos que já vêm sendo feitos no município. Levamos o associado para ver a lavoura e o resultado da prática”, diz ele, observando que só em março foram feitos dias-de-campo em todos os núcleos da unidade. Os encontros deverão continuar após a implantação da lavoura de inverno.



Os agricultores foram ver os trabalhos na área de solos

Um dos tantos dias de campo realizados na unidade de Jóia aconteceu na Fazenda de Ruben Silva, localizada em São João Mirim, nas lavouras do agricultor Ruben Ilgenfritz da Silva. O encontro foi promovido pelo departamento técnico da Unidade com a apresentação dos dados relacionados com os trabalhos já realizados nas lavouras a cargo do engenheiro agrônomo José Luiz Kessler, responsável técnico pela propriedade, mas que também recebe assistência da Cotrijuí.

A lavoura está dividida em glebas, considerando as características de cada uma delas. Os produtores visitantes puderam ver lavouras de soja sobre uma área de pensacola de vários anos — incorporada antes do plantio do trigo no inverno passado —; sobre áreas de capim pânico consorciado com siratro; sobre trigo, aveia preta, azevém, pousio e sobre soja em plantio contínuo. Também puderam observar áreas que receberam como preparo do solo o cultivo mínimo usando subsolador jumbo e um trilho, com plantio convencional e direto, na propriedade de Jorge Luiz Pillat.

BOM ESTADO

De um modo geral, destaca Rivaldo Dhein, agrônomo e supervisor da área de Solos da Cotrijuí na Pioneira, as lavouras apresentavam bom estado, diz ainda, e que, mediante análise de solo, a maioria das áreas não necessitou correção fosfatada e, conseqüentemente, foram corrigidas com calcário e potássio. Lembra tam-

bém que os efeitos das pastagens perenes — pensacola, capim pânico e siratro — sobre o solo também ficam evidentes na lavoura. “A melhor soja certamente está sobre as áreas de pastagens perenes, áreas que, inclusive, não apresentam sinais de erosão no solo”. Diz que as áreas que tiveram aveia preta antes da soja também se mostravam muito boas. Já as áreas de plantio convencional sobre trigo ou sobre pousio, apresentaram alguns problemas bem visíveis de solo. O preparo do solo com subsolador e trilhos também se revelou positivo, segundo Rivaldo, que considerou a soja destas lavouras em melhores condições que em outros tipos de preparo.

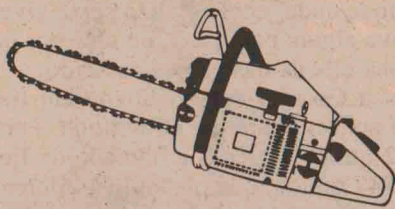
O trabalho que vem sendo feito nas lavouras de Ruben Ilgenfritz da Silva vem demonstrar, segundo Rivaldo, que conservação de solos é muito mais manejo de solo e de cultivos do que terraceamento e a aplicação de práticas mecânicas. Destaca também a importância do gerenciamento e administração da propriedade. “O gerenciamento envolve o estudo e análise de cada gleba de terra dentro da propriedade, dando a cada uma um preparo e manejo de solo adequado.

Para o proprietário das lavouras, Ruben Ilgenfritz da Silva, a idéia é um dia chegar ao plantio direto e, conseqüentemente a um alto padrão de produtividade. Ele planta em 250 hectares de lavoura e pretende, dentro em cinco anos, colher 15 mil sacos de soja. “Não pretendo aumentar minha área de planta, destacou, firme na sua determinação em investir em produtividade via conservação e correção do solo, programando para depois da colheita uma avaliação econômica dos trabalhos feitos na propriedade.

A HUSQVARNA FAZ A FESTA, QUEM GANHA O PRESENTE É VOCÊ.

Compre pelo melhor preço

GANHE



Venha conferir:

Na Festa dos 300 anos de qualidade da Husqvarna quem ganha o presente é você.

Além de levar a moto-serra mais leve, mais rápida, mais econômica... você ainda ganha inteiramente grátis uma encerradeira com a qualidade Electrolux.



PASSE HOJE MESMO NO SEU REVENDEDOR



* Promoção válida enquanto durar o estoque

Cotrijuí

A nova sede em Rio Grande

A Cotriexport - Cia. de Comércio Internacional, empresa subsidiária da Cotrijuí, vai ocupar, dentro de aproximadamente 30 dias, todo o espaço do 7º pavimento do edifício que aparece na foto, na cidade de Rio Grande. É o edifício "Le Grand", localizado na esquina da rua Zalony com a República do Líbano, em pleno centro da cidade marítima.

A Cotriexport, que comprou todo o referido pavimento ainda na planta, vinha há tempos necessitando de maior espaço para o desempenho de suas atividades na cidade portuária, o que irá se concretizar em breve.

Com a fundação a 17 de dezembro de 1987 da Agência de Navegação, a necessidade de maior espaço tornou-se ainda mais necessária. Desde a nova sede própria, diz o gerente-geral da Cotrijuí em Rio Grande, Bolívar de Souza Lima, a Agência vai trabalhar a todo o vapor, para usar uma palavra muito usada na orla marítima.



A sede está localizada no centro da cidade

A Agência era o elo que estava faltando na corrente, diz ele, "pois só nos faltava essa etapa para fechar o ciclo de atividades relacionadas com a exportação. A Cotrijuí vai atuar com maior desenvoltura no agenciamento de navios, comissaria de despachos e praticará serviços auxiliares marítimos como o afretamento de rebocadores, expurgo, transbordos, suprimento de navios e demais atividades afins, como estiva e demais atendimentos da área portuária.



O crescimento da produção, em relação ao ano passado, foi de 48 por cento

21 mil quilos de peixes

O consumidor de Ijuí, acostumado a fazer compras no supermercado da Cotrijuí, já nem estranha mais a movimentação de peixes que acontece durante a Semana Santa. Todos os anos - o fato já vem se repetindo por alguns anos - a Cotrijuí instala, em frente ao mercado, um tanque onde comercializa peixe vivo. Quem não aprecia a carne de peixe, se não leva algum para casa, pelo menos dá uma paradinha em frente ao tanque para dar uma olhada nas carpas nadando.

Só este ano, durante a Semana Santa, a Cotrijuí comercializou em Ijuí 1.769 quilos de peixes vivos. O total recebido pela cooperativa no período - entre peixe vivo e já abatido - chegou a 21.372 quilos. Apenas a unidade de Ijuí recebeu 11.252 quilos, mas comercializou 11.747 quilos, completando a diferença com peixes remanejados de outras unidades receptoras. Ajuricaba recebeu 8.603 quilos e comercializou apenas 1.794, colocando o excesso à venda nas demais unidades. Já Tenente Portela, por exemplo, não recebeu nenhum quilo de peixes, mas comercializou 1.770 quilos.

O recebimento de 21.372 quilos neste ano, superou em 48 por cento a produção entregue na Semana Santa de 88 - 14.404 quilos. O volume de recursos obtidos com a comercialização de peixes durante a Semana Santa, segundo Hélio Kettnerhuber, comprador da área de Cames da Cotrijuí, somam aproximadamente

Cuidados no preenchimento da nota fiscal de produtor

Mais uma safra de soja começa a sair da lavoura, trazendo para os produtores a esperança de, via comercialização, realizarem bons negócios. Mas nem mesmo os atropelos da época da colheita, feita muitas vezes às pressas, pode tirar do produtor o compromisso de, na hora de tirar o produto da lavoura, emitir, de forma correta, a nota fiscal de produtor, modelo 4. Qualquer carga, seja de soja, milho, arroz, feijão, que sair da lavoura com destino a cooperativa, precisa ser acompanhada da nota fiscal de produtor. Mas estas notas precisam ser preenchidas de forma correta. Notas mal preenchidas, com dados incompletos ou ainda rasuradas, se pegadas pela fiscalização, resultam em multas para o produtor dono da carga em trânsito.

O alerta é feito pela direção da Cotrijuí na Pioneira. "O produtor, adverte Ari Zimpel, diretor Administrativo e Financeiro da Cotrijuí na região, precisa tomar muito cuidado na hora de emitir a sua nota fiscal de produtor, ainda mais considerando que a Fiscalização do ICMS pretende intensificar a fiscalização. Lembra que para uma nota mal preenchida, ou com informações incorretas, não existe forma de defesa. "Uma data mal colocada, já é motivo de multa", avisa, lembrando que o fiscal tem a obrigação de fazer cumprir a lei.

COMO PREENCHER

O preenchimento da nota fiscal de produtor, modelo 4, não é nenhuma novidade para o produtor. Mas, às vezes, na pressa, ele esquece de preencher algum item, correndo o risco de levar multa. "O produtor pode evitar transtornos com a fiscalização tomando o cuidado de emitir todas aquelas informações que são obrigatórias", lembra Sérgio Luiz Tolotti, chefe do Departamento Contábil e Fiscal da Cotrijuí na Pioneira. Os moldes de notas publicadas acima, mostram como o produtor deve proceder na hora do preenchimento das informações obrigatórias. Os espaços 1, 2 e 3 conforme modelo 2 deverão ser ocupados com o nome do destinatário da carga - no exemplo a Cotrijuí - o município de origem e o Estado. Nenhuma destas informações pode ficar de fora.

No quadro seguinte - da descrição dos produtos - ele deve, no espaço 4, especificar a carga. No exemplo, uma carga de soja com peso aproximado de 6.000 quilos. O peso da carga deve aparecer escrito por extenso: seis mil quilos. No espaço onde aparece a palavra "pre-

NOTA FISCAL DE PRODUTOR DESTINATÁRIO DA MERCADORIA Nº 111835

Nome: Cotrijuí

Endereço: _____

Município: Ijuí Estado: RS

Inscr. no C.C.C. (M.F.): _____ Inscr. Estadual: _____

Quantidade	Descrição dos Produtos	Unidade	Preço	Total
Uma carga de soja com peso aproximado de 6.000 quilos (seis mil quilos)				

VALOR TOTAL DA NOTA DE RENDIMENTO: _____

DATA DE EMISSÃO: 27/03/89

Assinatura: _____

Atenção: Esta Nota só pode ser emitida até:

Modelo 1

NOTA FISCAL DE PRODUTOR DESTINATÁRIO DA MERCADORIA Nº 111835

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____

Inscr. no C.C.C. (M.F.): _____ Inscr. Estadual: _____

Quantidade	Descrição dos Produtos	Unidade	Preço	Total

VALOR TOTAL DA NOTA DE RENDIMENTO: _____

DATA DE EMISSÃO: _____

Assinatura: _____

Atenção: Esta Nota só pode ser emitida até:

Modelo 2

ços" e que no exemplo tem o número 5, colocar apenas a rendimento. Não colocar nenhum valor em cruzado novo.

O espaço preenchido com data de emissão, que no exemplo leva o número 6, colocar o dia do efetivo carregamento. No exemplo, 27.03.89. No reservado a natureza da operação, apenas colocar a rendimento. Uma observação feita pelo Tolotti: a data não pode aparecer rasurada ou riscada por cima. Essa nota tem valor até três dias depois de preenchida.

O item 7 no exemplo, é o da saída dos produtos. Neste espaço o produtor deve colocar a data da efetiva saída dos produtos, que também pode ocorrer até três (3) dias após a emissão da nota. As 1ª e 3ª vias deverão acompanhar a carga. A 2ª via fica com o produtor, anexada ao bloco de produtor.

NCz\$ 40 mil. A Cotrijuí abasteceu ainda a Cooperativa de Panambi, com cerca de 1.000 quilos de peixes abatidos. "Foi a única venda externa que fizemos", diz Kettnerhuber.



M.J.C. Indústria e Comércio do Vestuário Ltda.

Fabricante das Camisas CASSOL

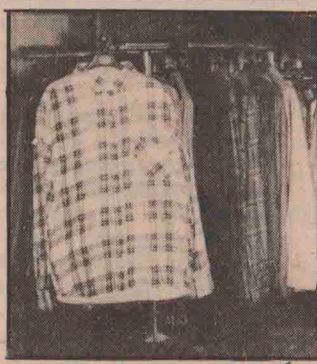
REPRESENTANTE PARA A REGIÃO:

Sanmartin Com. e Representações Ltda.

TECIDOS - CONFECÇÕES E EMBALAGENS
Rua das Chácaras 330 - Fones (055) 332-1146 e 332-3826
Cx. P. 606 - CEP 98.700 - Ijuí/RS

Camisas
Cassol

o bem vestir do homem moderno



A VENDA NAS





O CTC de Maracaju já começa a trabalhar com raça Wessex

Melhorando o plantel de suínos

Criar porcos no fundo do quintal para consumo próprio tem sido uma atividade tradicional na maioria das propriedades rurais, principalmente porque o animal fornece carne e banha a um custo bastante reduzido, uma vez que utiliza produtos oriundos da propriedade para seu consumo. Já a suinocultura como atividade comercial é bastante restrita no Estado, até porque sua população está mais habituada com a carne bovina, cuja produção tem aqui um dos mais altos índices do país, mas mesmo assim a demanda de carne suína deverá crescer nos próximos anos. Visando este mercado consumidor, o produtor rural pode pensar em criar suínos em escala comercial, mas o primeiro passo é ter um bom rebanho. Para contribuir com esta melhoria foi implantado no ano passado no Centro de Treinamento da Cotrijuí, em Maracaju, um projeto de suinocultura e que agora está funcionando a pleno vapor.

O objetivo primordial do programa é melhorar o padrão genético do plantel do associado, diz o agrônomo Carlos Pitol, responsável pelo CTC. Hoje quem cria suínos apenas para seu consumo, normalmente cria uma espécie rústica e que tem a desvantagem de ter muita banha e pouca carne, continua ele, e isto é possível mudar através

de cruzamentos com reprodutores da raça Wessex que o CTC de Maracaju está fornecendo mediante encomenda antecipada. Atualmente o Centro de Treinamento conta com 11 matrizes e três cachos que foram trazidos do CTC da Regional Pioneira, todos Wessex, que é a raça que mais tem se adaptado às condições climáticas do nosso Estado.

O que é preciso para criar este animal é muita sombra e água por causa das altas temperaturas nos meses de verão; fora isto o seu manejo é bastante simples e o plantel pode ser alimentado basicamente com subprodutos da propriedade como forrageiras, milho, mandioca, abóbora, sorgo e aveia. Além de ser mais barata, a criação de suínos leva vantagem sobre a bovina também no fator tempo, pois em seis meses o animal pode ser abatido, com o peso em torno de 100 quilos e o bovino leva aproximadamente um ano para estar em ponto de abate.

Quanto aos cuidados e controles necessários para o bom desenvolvimento da criação, os técnicos do centro estão à disposição para dar toda a orientação que for preciso, tanto no caso de doenças como no acompanhamento da qualidade genética do plantel.

Cotrijuí dirige Conselho de Usuários do Porto de RG

O Conselho Especial de Usuários do Porto de Rio Grande tem nova diretoria. É encabeçada pelo gerente geral da Cotrijuí Bolívar de Souza Lima, que passou a acumular mais uma atividade de caráter prestativo. Bolívar substituiu no cargo ao ex-presidente Vilmar Rivoire, diretor-presidente da Cia. de Navegação Netumar e da Corymar, Agência Marítima Ltda., ambas de Rio Grande.

O Conselho Especial de Usuários — que é um órgão consultivo, em cujo foro são discutidos e aprovados todos os assuntos de interesse da orla marítima, é constituído pelos seguintes órgãos e entidades, públicas e privadas:

Administração Central do Porto, Centro Nacional de Navegação

Transatlântica, Centro de Navegação Rio-Grandense, Federação das Associações do RS, Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, Centro de Indústrias de Rio Grande, Federação das Indústrias do RS, Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre de Porto Alegre, Delegacia do Trabalho Marítimo, Departamento de Comercialização do Trigo Nacional — Ctrin, Organização das Cooperativas do Estado do RS, Empresa Brasileira de Portos S.A. — Portobrás, e Ministério dos Transportes.

O objetivo da nova diretoria, segundo declarou o presidente Bolívar, é dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela diretoria encabeçada pelo ex-presidente Vilmar Rivoire. Nesse sentido, um dos traba-

O atendimento de uma antiga reivindicação

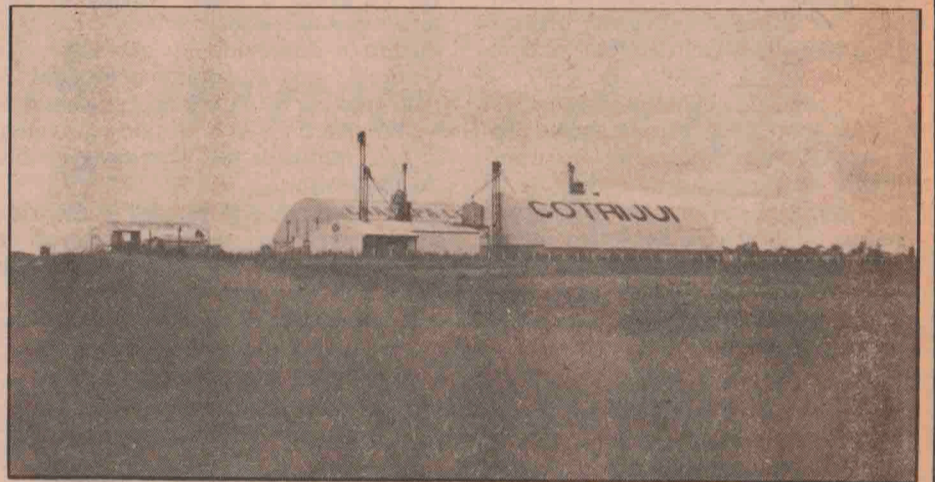
Entrou em funcionamento, nesta safra, mais um posto de recebimento de grãos da Cotrijuí e que completa temporariamente a estrutura de armazenagem no MS. O armazém está localizado no distrito de Laguna Caarapã, município de Ponta Porã, mas subordinado administrativamente à unidade de Caarapã. A capacidade estática do graneleiro, construído com fundo semi-v, é de nove mil toneladas e o conjunto conta ainda com um secador KW-40 e duas moegas para receber 1.500 sacos cada uma.

A Cotrijuí espera receber 12 mil toneladas de grãos no novo armazém, que teve um investimento de 200 mil cruzados novos bancados pela própria cooperativa e que agora vai buscar recursos junto ao quadro social local. O sistema do próprio associado colaborar no custeio da obra não é novo e já foi aplicado na construção dos supermercados de Sidrolândia e Rio Brillante. O agricultor, de livre e espontânea vontade, entrega determinada quantia de soja por exemplo, e a cooperativa devolve a metade da quantidade no segundo ano e o restante no terceiro ano.

O representante dos associados de Laguna, Nelson Meertz, diz que finalmente o quadro social da localidade teve atendido seu pedido. Era uma reivindicação que já faziamos há dez anos, quando a Cotrijuí construiu outros graneleiros semelhantes, lembra ele, afirmando que a distância de 40 quilômetros da unidade de Caarapã, aliada às péssimas condições da estrada, davam motivo para muitos associados deixarem de entregar sua produção na cooperativa.

Há mais ou menos três anos começamos um trabalho de união e conscientização do quadro social de Laguna, continua o produtor, com isso conseguimos no ano passado a construção das moegas e agora o término da estrutura de recebimento. Mas em breve os associados irão fazer outra reivindicação, que consideram como prioritária: um ponto de venda de peças e acessórios. Atualmente, diz Meertz, temos que comprar qualquer peça para o maquinário em Dourados, distante a 60 quilômetros, porque os preços cobrados no comércio local são absurdos.

Ele justifica ainda a solicitação, salientando que Laguna hoje já tem um razoável mercado consumidor, por ser uma grande região produtora — produz cerca de um milhão e 200 mil sacos de soja e 600 mil sacos de trigo a cada safra — e pela expectativa que poderá levar o distrito a obter sua emancipação política em pouco tempo.



A Cotrijuí espera receber 12 mil toneladas de produto no novo armazém



Bolívar de Souza Lima

lhos que será encetado com firmeza, é o que se relaciona com a tentativa de obter um lugar junto ao Conselho Hidroviário do Estado, órgão deliberativo das decisões da orla, e que é vinculado ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Deprec, e que até hoje não mantém representante junto ao Conselho dos Usuários do Porto.

Núcleo de criadores

Dom Pedrito passou a ter mais um núcleo de criadores de bovinos. Foi criado o Núcleo de Criadores de Aberdeen e Red Angus, que se instalou na primeira quinzena de março.

Dirige o núcleo a seguinte diretoria: Ruben Ilgenfritz da Silva, ex-presidente da Cotrijuí e criador de Red Angus no município de Lavras do Sul. O vice é Antônio Carlos Vicente e Silva; tesoureiro, Aristides Milano Filho e secretário, o médico veterinário Vanderlei Garcia. O setor de divulgação está a cargo do radialista João Roberto Vasconcellos.

Como primeira atividade do núcleo, foi realizado "dia de campo" em propriedades do agropecuarista Oscar Vicente Silva, nos estabelecimentos São Luiz e Vista Alegre do Verde. O "dia de campo" contou com o apoio da Associação Brasileira de Criadores de Aberdeen Angus.

O novo núcleo pedritense pretende estabelecer intercâmbio de relacionamento para aproveitamento de convívio técnico, com os demais municípios da região e do Estado.

O valor das abelhas na propriedade

A agricultura abrange inúmeras atividades simples ou complexas, entre as quais se encontra a apicultura. O aproveitamento racional dos recursos disponíveis, através da exploração coordenada de toda as atividades que são possíveis na propriedade rural, resulta em uma economia mais satisfatória.

A Cotrijuí, através do Centro de Treinamento, reuniu os conhecimentos de vários povos e regiões, estudando e melhorando-os com o emprego de técnicas e da pesquisa, a fim de que a propriedade agrícola possa ser mais eficiente. Entre as várias atividades desenvolvidas no CTC — plantações, criações, manejo de solo, cursos, treinamentos, entre tantos outros — aparece a apicultura, fator primordial no aumento de produtividades agrícolas.

A arte, técnica, ciência de lidar racionalmente com as abelhas, dá-se o nome de apicultura. Este inseto, um dos mais estudados pelo homem, conhecido, imitado e apreciado em tempos remotos pelos povos egípcios, gregos e romanos em razão do exemplo de sociedade organizada e pelo tão apreciado mel que oferece, é, hoje, explorado comercialmente. Além do mel, a abelha nos proporciona a cera, a própolis, a geléia real, pólen. Mas a principal importância da abelha reside na polinização das flores de diversas plantas, garantindo que o ciclo vegetal se complete.

Dados de pesquisa nos comprovam que a simples introdução de abelhas nas lavouras de girassol determina aumento de produção na ordem de 25 por cento. Nas culturas de macieiras e pereiras, a produção de frutos cresce de 50 a 80 por cento e na lavoura de soja, a produção de grãos passa a ser

maior em até 37,9 por cento. Exemplificando melhor, podemos dizer que uma lavoura de soja, que normalmente produz 20 sacos por hectare, com a presença de abelhas, poderá passar a produzir 27,5 sacos por hectare.

Os produtores especializados em sementes ou em pomares, já estão cientes da importância das abelhas em suas lavouras. No Brasil, mesmo produzindo mel de excelente qualidade, a apicultura não recebe a importância que merece, algumas vezes por falta de iniciativa e incentivos, outras por desconhecimento.

No Uruguai, a apicultura é de interesse nacional. A pessoa que deseja trabalhar com abelhas recebe do governo um curso de especialização gratuita e com duração de um ano. Após o término do curso está credenciado a formar e conduzir apiários, tendo direito em obter financiamentos a longo prazo para a aquisição das abelhas e materiais apícolas necessários. A Argentina é o terceiro maior exportador mundial de mel, cuja atividade é exercida por apicultores que possuem normalmente 300 a duas mil colméias e estão reunidos em cooperativas que lhes fornecem os insumos necessários e que se responsabilizam pela comercialização do mel.

Em ambos os países os produtores de grãos e frutas alugam as colméias dos apicultores e todo o mel produzido é devolvido ao apicultor. No Uruguai, por exemplo, o aluguel de uma colmeia está custando em torno de 12 dólares e na Argentina o equivalente a 25 quilos de mel para cada 15 dias de empréstimo.

Arnoldo Preissler é técnico agrícola responsável pelo setor de Apicultura do Centro de Treinamento da Cotrijuí

Defensivos: perigos à vista

Airton de Jesus

Toda a aplicação de qualquer espécie de produto químico na lavoura deve vir acompanhada de alguns cuidados que são fundamentais para a saúde do próprio agricultor. Estes cuidados começam pelo equipamento e estendem-se até o uso de vestuário adequado da pessoa que vai realizar a operação de aplicação do produto.

O equipamento usado para fazer a aplicação não deve apresentar problemas de vazamento. Os bicos utilizados devem ser colocados adequadamente. Bicos desgastados, além dos prejuízos ao bolso do produtor, ocasionados por perdas ou má distribuição do produto na lavoura, colocam a vida do operador em risco. O vestuário usado pelo operador ou responsável pela aplicação também é importante e se resume no uso do macacão, luvas, botas, chapéus e máscara. E, nesse meio tempo, enquanto estiver trabalhando com o produto, deve-se evitar de fumar, beber ou comer.

Inseticidas clorados

Estes têm ação residual superior a 50 anos. São considerados cancerígenos e responsáveis por lesões hepáticas e renais. Em alguns casos, são teratogêneses — responsáveis pela má formação de tecidos genéticos — e ainda causam distúrbios neurológicos como vertigem, fotofobias, convulsões e paralisia parcial dos membros.

Inseticida organofosforados

São inseticidas que costumam matar por asfixia, após paralisação do sistema respiratório e circulatório.

Inseticidas carbonatos

Estes produtos trazem mutações genéticas, após sua rápida decomposição na estocagem e no cozimento dos produtos hortigranjeiros.

Inseticidas piretróides

São produtos que preservam animais de sangue quente, mas aniquilam peixes, insetos e outros animais dotados de sangue frio.

Observações importantes

Em caso de intoxicação, a pessoa deve, imediatamente, trocar de roupa e tomar um banho. Evitar de ingerir leite — que favorece a absorção do agrotóxico —, não tomar bebidas alcoólicas — que dilatam a pele e facilitam a ação do veneno. Outra recomendação: evitar o vômito, pois este poderia originar uma pneumonia química.

Airton de Jesus é engenheiro agrônomo e coordenador do departamento técnico da Cotrijuí na unidade de Ijuí

COLUNA do LEITE

MESES DE FORMAÇÃO DO LEITE COTA

Atenção produtores de leite! O período para formação da cota já está em pleno andamento, tendo iniciado em 1º de março e encerrando-se em 31 de julho. O alerta é do setor de Leite da Cotrijuí, lembrando que neste ano, a exemplo do que já vem ocorrendo em anos anteriores, a CCGL pretende aplicar, durante os meses de verão, as portarias da Sunab, de número 38 e 68 e que tratam da formação de cotas nos meses de entressafra e da comercialização do produto. Portanto, os produtores que não quiserem, durante os meses de verão, perder dinheiro com o leite excesso, precisam abrir os olhos e seguir a recomendação da CCGL no que diz respeito a formação de cotas.

LEITE ÁCIDO E CONDENADO

O recebimento de leite ácido durante o mês de fevereiro foi de 11 mil e 22 litros. No ano passado, nesta mesma época, os associados da Cotrijuí e que trabalham com leite, entregaram pouco mais de sete mil e 200 litros de leite ácido. De um ano para outro, houve um aumento de 51,2 por cento na entrega de leite ácido. O recebimento de leite condensado também foi significativo durante o mês de fevereiro. Ele passou de 34 mil, 462 litros recebidos em fevereiro de 88 para 46 mil, 289 litros em fevereiro deste ano. O percentual de crescimento na entrega de leite condensado foi de 34,3 por cento.

Abaixo um quadro comparativo da produção leiteira de 88/89 — Cotrijuí/Região Pioneira.

	Produção	Bom	Ácido	Condenado	Total
1988	Janeiro	2.875.707	13.420	59.815	2.948.942
	Fevereiro	2.809.906	7.257	34.462	2.851.626
1989	Janeiro	3.257.581	2.001	59.100	3.336.692
	Fevereiro	2.859.003	11.022	46.289	2.916.315

FINANCIAMENTO DE PASTAGENS

Visando o aumento da produção de leite na entressafra e utilizando-se de recursos próprios, da CCGL — Fundo de Assistência Técnica —, a Cotrijuí deu início a um programa de financiamento de pastagens perenes e de inverno. O programa teve início no dia 15 de março, devendo estender-se até o dia 30 de julho. O produtor que pegou financiamento ainda em março, poderá saldar seu compromisso em quatro vezes. Aquele produtor que ainda pretende pegar o financiamento, deverá efetuar o pagamento do empréstimo em três vezes. O sistema é o mesmo adotado nos anos anteriores e consiste no financiamento de semente e/ou adubo. O pagamento do empréstimo deverá ser feito em litros de leite. Os produtores interessados no programa deverão procurar o departamento técnico da sua Unidade para fazer o orçamento. O valor a ser financiado é limitado a 10 hectares de pastagem e também não pode passar de 50 por cento do valor da produção de leite entregue no mês anterior. O adubo tem financiamento limitado a verba do Fatec/CCGL.

GRUPOS DE ENSILAGEM

Em 88 a Cotrijuí deu início a um programa de financiamento de máquinas ensiladeiras. Esse financiamento é destinado a grupos de produtores, formados por oito participantes com propriedades próximas umas das outras, visando facilitar a elaboração dos silos no sistema de mutirão. O material ensilado é basicamente aveia e azevém. A forma de financiamento consiste na compra da máquina pela Cotrijuí que repassa aos seus associados organizados em grupos. O pagamento das máquinas é feito através da entrega de leite num prazo de quatro meses. Só neste ano já foram formados 6 grupos. Para poder fazer parte de um destes grupos é preciso que o produtor entregue aproximadamente, 15 litros de leite por dia, para saldar o valor do financiamento.

ENTREGA MÍNIMA DE LEITE

A Comissão Regional de Produtores de Leite estabeleceu, ainda no ano passado, que as plataformas não receberiam quantidades inferiores a cinco litros de leite por dia. A partir de outubro desse ano, essa quantidade mínima sobe para oito litros por dia. Os produtores que se encontram fora dessa cota mínima estabelecida, devem procurar orientação junto aos departamentos técnicos de suas Unidades para que possa continuar entregando o produto.

COTA PRÊMIO

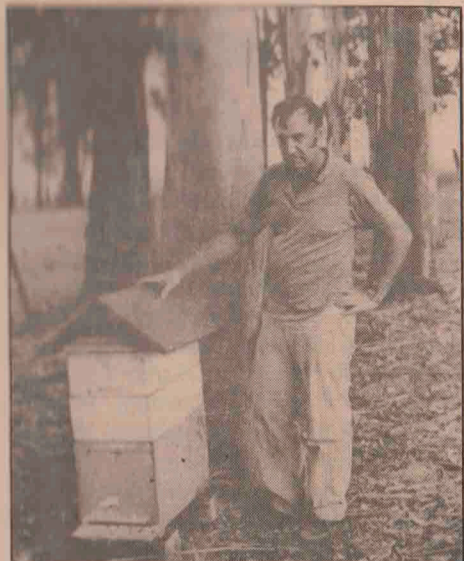
No ano passado a CCGL distribuiu NCz\$ 9.900,00 para produtores de leite da Regional Pioneira da Cotrijuí como forma de bonificação. Mais de mil produtores foram beneficiados com este prêmio que tem como objetivo estimular a produção de leite durante o inverno. Só receberam o prêmio produtores com mais de um ano na atividade e que conseguiram manter a produção durante o mês de inverno ou reduziram em até 20 por cento da produção entregue no verão. A não entrega de leite condensado durante o último período também somou pontos. A Cotrijuí espera que a CCGL mantenha este prêmio em 89, visto o seu reflexo na produção leiteira no período da entressafra.

REUNIÃO COMISSÃO LEITE

Estiveram reunidos na unidade de Ajuricaba no dia 10 de março passado os produtores pertencentes a Comissão Regional de Leite. Essa Comissão costuma se reunir a cada três meses para discutir assuntos referentes a produção leiteira. Na pauta da última reunião foi feita uma avaliação do trabalho da Comissão em 88 e apresentação do vídeo da viagem realizada aos estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

A Comissão também aproveitou a oportunidade para tomar uma importante decisão referente as sanções aos produtores que praticam fraude no leite. De acordo com a Comissão, aqueles produtores que ainda colocam água no leite ou praticam o desnatamento serão advertidos por ocasião da primeira fraude. Na segunda vez serão suspensos por 30 dias e na terceira fraude serão desligados como produtores de leite, não podendo mais entregar a sua produção, via Cotrijuí, para a CCGL.

O pepino gigante



Arnoldo: melhoramentos

A colheita de mel no CTC

401 quilos de mel produzidos nestes primeiros meses do ano. Este é o resultado da colheita feita em 25 das 33 colmeias em avaliação no Centro de Treinamento da Cotrijuí. Mas a meta do CTC em relação ao número de colmeias não é assim tão modesta. "Queremos chegar a 50 colmeias, com a pretensão de, no futuro, nos transformarmos num Centro Apícola. A afirmação é do técnico agrícola responsável do CTC, Arnoldo Preissler e às voltas com algumas mudanças a serem feitas nas colmeias.

As mudanças pretendidas pelo Arnoldo passam pela melhoria na qualidade das abelhas tanto do CTC como da região, em sua maioria, "hoje cruzadas com africanas". Pretende melhorar a qualidade das abelhas introduzindo novas rainhas, trazidas de outros Centros de Pesquisa — de Taquari, por exemplo — e aumentando as florações com o incremento do cultivo de trevos e colza. "A troca das rainhas vai começar pelas oito colmeias que neste ano não produziram mel", explica Arnoldo, que já pensa em trazer para a região abelhas italianas, mais dóceis e de fácil manuseio.



COTRIEXPORT
Corretora de Seguros Ltda.

- * SEGUROS RESIDENCIAIS E ACIDENTES PESSOAIS
- * SEGUROS DE VIDA EM GRUPO
- * BILHETE OBRIGATÓRIO

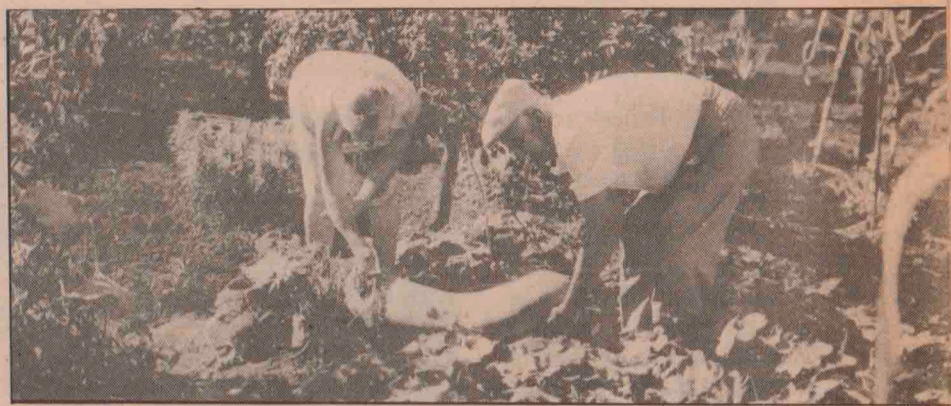
A serviço da Cotrijuí e suas subsidiárias

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513
— fone: 332-2400 ou 332-3765, ramal 364

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342 — 5º andar
fone: 21-08-09

A rotina do dia-a-dia na propriedade de 9 hectares do seu Ervino Hermann e da dona Amália Skallée, localizada em Alto da União, interior de Ijuí, tem sido quebrada pelo vaivém da vizinhança horta a dentro. E não é para menos tanta curiosidade. Bem ao fundo da horta, em meio a canteiros de outras hortaliças, o seu Ervino e a dona Amália cultivam um pepino gigante, daqueles de encher os olhos e atrair a atenção até de quem nunca entrou em lavoura. O tal pepino mede mais de metro e pesa, segundo avaliação da dona Amália e de alguns vizinhos, perto de 30 quilos.

A história do pepino gigante, desconhecido pelas redondezas, começou no inverno passado, quando a dona Amália foi passear na casa de um filho que mora em Novo Hamburgo, o Valdemar. Foi lá que ela teve conhecimento do tal pepino e ganhou do filho, que já havia colhido um medindo um metro e 10 centímetros de comprimento, 18 sementes. A dona Amália plantou 9 sementes e deu as outras 9 para uma filha. Fez o plantio em outubro, usando apenas esterco como adubo. Das sementes plantadas, germinaram apenas duas. Das sementes da filha, não nas-



Dona Amália e seu Ervino: o pepino gigante

cêu nenhum pé.

"Eu só tinha visto pepino assim em foto", diz o seu Ervino, comparando o pepino, na sua aparência, a uma melancia. "Mas só a semente é que se parece com a da melancia. Ele tem o cheiro e sabor de pepino", esclarece a dona Amália. O primeiro pepino, também gigante, ela colheu e repartiu com a vizinhança. "Cozido, é melhor do que chuchu", diz seu Vitório Muraro, um dos vizinhos premiados com uma prova do pepino e namorando algumas sementinhas para plantar na sua lavoura.

O pepino gigante — comprovar

pela foto — ainda está verde "e pode crescer mais alguns centímetros", alerta seu Ervino, garantindo, por outro lado, que este eles vão deixar para semente. Candidatos para comprar sementes é que não faltam, mas a dona Amália vai logo avisando que não pretende vender nenhum grão. "Vou reservar um tanto para os vizinhos e amigos. O restante vou plantar na horta". Mas enquanto o pepino não fica no ponto de colheita para semente, a romaria dos curiosos continua. O seu Ervino já calcula perto de 200 visitantes, incluindo também a de um diretor da CRT de Porto Alegre.

Criação de terneiras de leite

Susana Cardoso

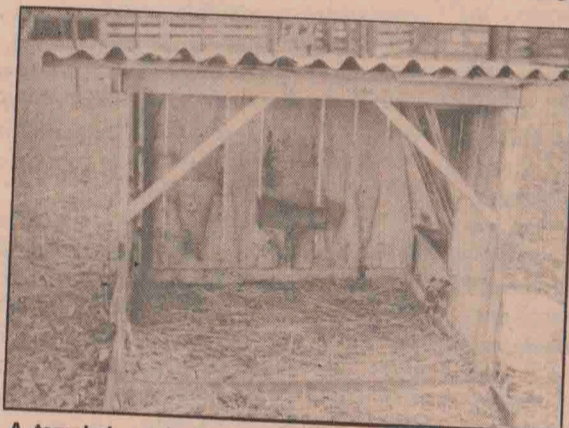
A base de um sistema de produção de bovinos de leite está na vaca leiteira, sem a qual não existe a atividade. A terneira será a futura vaca produtora do plantel, e, por isso, requer cuidados especiais desde o seu nascimento para ter um bom desenvolvimento.

Desde o início de 1988 vem se desenvolvendo no Centro de Treinamento da Cotrijuí um trabalho de criação individual de terneiras leiteiras, com acompanhamento até o momento de colocá-las na reprodução. O objetivo deste estudo é o de que uma terneira esteja apta a ser coberta com 13 a 15 meses de idade e um peso de 280 quilos para animais da raça Jersey e 340 quilos para os de raça Holandês. Através deste sistema, a idade do animal para a primeira cobertura, que na maioria das produções leiteiras da região é de dois a três anos, ficaria encurtada.

Mas para este objetivo ser alcançado, são necessários cuidados na alimentação, sanidade e manejo, que serão descritos a seguir:

- Logo após o nascimento, a terneira faz a primeira mamada em sua mãe e é logo separada e colocada em uma terneira individual móvel por onde deverá permanecer até os 60 dias de idade, quando então, deverá ser desmamada. O animal vai receber de alimentação, neste período, quatro litros de leite por dia distribuídos em duas refeições diárias, mais ração concentrada, feno e pasto verde. No ato do desmame, a terneira já deverá estar consumindo aproximadamente 1,5 quilos de ração, mais feno e o pasto verde. Essa suplementação na alimentação vai diminuir a dependência do leite.

- Os animais desmamados são agrupados em piquetes conforme a idade e continuarão a receber a



A terneira móvel



As terneiras recebem alimentação na própria terneira

mesma alimentação anterior até o oitavo mês, porém, sem o leite.

- Todos os meses, a partir dos 30 dias de idade, as terneiras recebem o vermífugo injetável ou oral até completarem um ano de idade. O cuidado com o carrapato também é importante. Os animais com infestação muito grande devem ser tratados. A vacina contra a brucelose é aplicada quando a terneira tem em torno de quatro meses de idade.

- Do oitavo mês em diante é retirado a ração concentrada, restando ao animal apenas a pastagem

e o feno. Este cuidado é tomado para permitir que haja um bom desenvolvimento do tecido mamário, evitando, inclusive, o acúmulo de gordura ao redor do úbere.

- As terneiras são pesadas mensalmente após este período e é observado quando as mesmas começam a manifestar o cio, indicando o início da fase reprodutiva. Quando atingido o peso indicado para cada raça leiteira, a novilha é inseminada.

O resultado conseguido com os animais que iniciaram o programa foi o seguinte:

Raça	Brinco	Nascimento	Inseminação		
			Data	Peso (kg)	Idade (meses)
Jersey	100	13/08/87	05.03.89	292	19
Jersey	101	13/11/87	17/03/90	278	16
Holandês	201	21/01/88	04/03/89	347	14
Holandês	202	13/02/88	10/03/89	335	13



Os animais separados em lotes e por idade

O Produtor deverá ter sempre em mente que a terneira de hoje é a vaca de amanhã. Todo o investimento feito em melhoramento genético do plantel, alimentação e sanidade da mesma, bem como um bom manejo, retornará à produção de leite

Susana Cardoso é veterinária e pesquisadora nas áreas de suínos, bovinos e aves do CTC.

Oposição vence eleição

Odacir Klein e Rui Polidoro assumem a Fecotrigo com o compromisso de transformá-la numa Federação política

A Fecotrigo — Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Estado, viveu um de seus dias mais agitados dos últimos anos a 31 de março, quando reuniu as federadas para a eleição dos novos diretores para o triênio 1989-1992. Disputaram a eleição o vice-presidente da gestão anterior, Aquelino Dalla Libera e o ex-secretário da Agricultura, Odacir Klein, que saiu vencedor pela folgada margem de 15 votos num universo eleitoral de 71 votos válidos. Odacir, 43 votos, Aquilino, 28.

O vice-presidente eleito da chapa de Odacir Klein é Rui Polidoro Pinto, diretor da Cotrijuí e do Cotrijornal. Ambos os dirigentes da Fecotrigo, Odacir e Polidoro, são advogados, mas antigos militantes do cooperativismo.

Foram as primeiras palavras do novo presidente, discursando logo após o resultado do pleito feito pelo ex-presidente Terciso Bordin, dizendo que partir daquele momento "passaria a sofrer de uma amnésia proposital", ex-

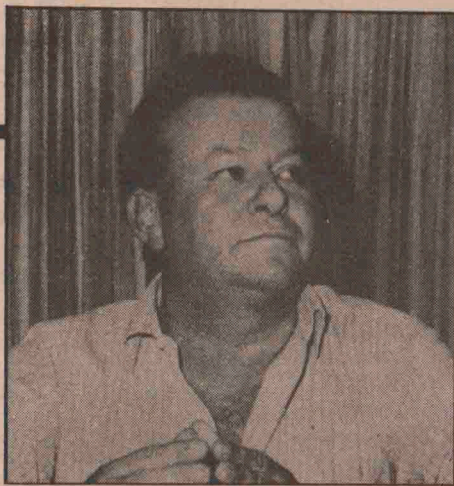


Numa eleição tranqüila, a chapa de oposição saiu vitoriosa com uma diferença de 15 votos

tamente para que não houvesse nenhuma diferenciação entre vencidos e vencedores.

O pleito, sem dúvida, o mais disputado dos últimos anos, transcorreu num ambiente tranqüilo, apesar dos esforços de lideranças de ambos os lados em disputa, no sentido de carrea-

rem o maior número de cooperativas com direito a voto, para os respectivos candidatos.



Odacir Klein

importante que se some a inequívoca competência política e administrativa de Odacir Klein, a experiência de seu vice-presidente, Rui Polidoro Pinto, que leva para a Fecotrigo uma vasta bagagem de conhecimentos aplicadas na Cotrijuí, principalmente no campo das relações humanas.

Um novo desafio

Depois de um afastamento de anos do cotidiano cooperativista, quando se dedicou à política, com indiscutível sucesso (atualmente é suplente de senador pelo PMDB), Odacir Klein assume a presidência da Fecotrigo — a maior federação de cooperativas do Brasil — num momento em que o sistema vive a necessidade de afirmação política e de maiores avanços no campo da economia. E o novo presidente, um homem experimentado nos diversos setores de atividade, e com maior denodo na área da economia, está disposto a enfrentar o desafio. Até porque, segundo afirmou, durante entrevista concedida em Porto Alegre, nunca esteve totalmente desvinculado do sistema.

Oriundo da Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas, que chegou a presidir, esteve sempre com a atenção voltada para os problemas enfrentados pelo sistema, segundo declarou ao Cotrijornal, em Porto Alegre, logo após ter sido empossado na presidência da entidade. Tem consciência que do alto da responsabilidade assumida — juntamente com o vice, Rui Polidoro Pinto — enfrentará desafios muito sérios. Considera que o mais importante deles terá o centro de decisões em Brasília, e relaciona-se com Lei Agrícola, que a Constituição Federal incumbiu de ser redigida pelo Congresso. Presume-se que para isso, será muito importante a experiência que possui, acumulada de anos, como deputado federal, e agora, suplente de senador da República.

Ele considera dramático que o agricultor não saiba nunca qual a quantidade de recursos do orçamento com que contará para plantar. Desconhece até mesmo os índices de reajustes que irão se somar aos empréstimos que vier a tomar. Ele acha que as re-

gras desse quase enigma, desse jogo de cabra cega, precisa ter uma definição mais clara, para que os produtores primários tenham um norte, uma diretriz, que os leve a ter mais segurança e tranqüilidade para produzir os alimentos que o país necessita.

Referindo-se ao candidato derrotado, Aquilino Dalla Libera, disse que o adversário engrandeceu a eleição com seu comportamento correto e participativo. Espera que o mesmo some-se agora à luta que será empreendida pela Fecotrigo, visando a solidificação do sistema.

É inegável a expectativa de uma gestão eficiente na Fecotrigo. É

Mais força política

"A Federação, no meu ponto de vista, deverá atuar, necessariamente, em dois campos", reforça o vice-presidente da Fecotrigo Rui Polidoro Pinto, identificando como um dos pontos a questão do cumprimento da proposta levada a campo durante a campanha e que buscava traçar um perfil mais político para a entidade e, que resultou, inclusive, na adequação das pessoas que encabeçavam a chapa de oposição. "Vamos atuar de dentro para fora, saindo de Porto Alegre para Brasília em contatos com as áreas financeiras, administrativas, Congresso Nacional, ministérios, entre outros órgãos instituídos do país", diz Polidoro, lembrando que os grandes problemas da agropecuária sempre deságuam na discussão dessas esferas. Ele cita a questão da lei Agrícola e do cooperativismo, esta última em discussão a nível de lei complementar, como pontos a serem assumidos, em termos de discussão e encaminhamento, pela Fecotrigo.

Antes de ser eleito vice-presidente da Fecotrigo, em 31 de março, Rui Polidoro Pinto desempenhava a função de diretor-presidente da Associação Hospital Bom Pastor de Ijuí e diretor do Cotrijornal desde 1979. É associado da Cotrijuí desde 1977. Como assessor da diretoria, Polidoro estruturou, na década de 70, o setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí. Contou, para esse trabalho, com o apoio

da Fidene, mediante convênios. Implantou o trabalho de comunicação e educação em todas as unidades da cooperativa, abrangendo, inclusive, as regionais de Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul. Também esteve à frente, em conjunto com a diretoria da cooperativa, dos estudos e debates para a formalização da nova Estrutura do Poder, implantada pela Cotrijuí no final da década de 70. Liderou ainda os estudos cooperativistas na briga pela legitimação da figura do representante eleito na legislação atual, uma prática pioneira da Cotrijuí. A partir de 1979 passou à condição de diretor de Recursos Humanos e Comunicação, onde contribuiu para a consolidação da política de Recursos Humanos, atingindo não apenas o corpo funcional, mas também associativo. Em 86 assumiu a direção do Grupo Hospitalar Bom Pastor, sendo mais tarde, com mudança na razão social dos hospitais, eleito diretor-presidente da Associação Hospital Bom Pastor de Ijuí.

APERFEIÇOAR O QUE EXISTE

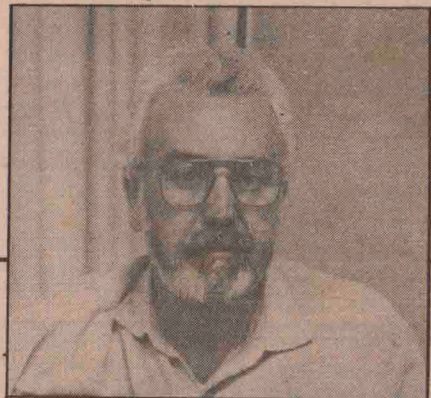
O outro aspecto, levantado pelo vice-presidente diz respeito ao aspecto interno da Federação, no sentido de se manter e aperfeiçoar o que já existe. "A Federação, destaca Polidoro, tem os melhores recursos humanos, a melhor estrutura operacional para atender as cooperativas filiadas, quer seja na área de Re-

A DIRETORIA

A diretoria da Fecotrigo está assim constituída, para o período de 1989-1992: presidente, Odacir Klein, e vice-presidente, Rui Polidoro Pinto, da Cotrijuí. Conselho de Administração — titulares — Ervandil Reghelin, da Coagrijal, de Jaguari; Arno Magarinos, Cotrel, de Erechim. Luiz Laurindo Gracioli, Cotrisal, Sarandi. Romeu Cláudio Kloeckner, Cotrisoja, de Taperá. Luiz Adolfo Bitencort Dias, Agropan, de Tupanciretá. Hélio Zawatski, Cotrimaio, Três de Maio. Vilmar Alves Pedroso, Cotricasul, Cachoeira do Sul. Natanael Machado Barreto, Caí Superior, de Montenegro. Joel Gonçalves Brasil, Cootab, Bagé.

Os suplentes são: Eugênio Portela, Coopatrigo, de São Luiz Gonzaga. Walter Gerd Fett, Coopasso, Passo Fundo. Ignácio Hélio Zanela, Cotrifed, Frederico Westphalen. Jairo Kolh-rausch, Cotrijal, Não Me Toque. Raul Schmitt, Cotripal, Panambi. Cláudio Flávio Weschenfelder, Cotap, Giruá. Alfredo Borges Moreira, Cotrensul, Encruzilhada do Sul. Euclides Vestena, Camnpal, Nova Palma e Nicanor Antônio Risch, Camal, Bagé.

Conselho fiscal — titulares: Antônio Carlos Andrade Nácul, Camila, Lagoa Vermelha. Dalvo Fiad, Copalma, Palmeira das Missões. Jatir Meza-casa, Cosuel, Encantado. Suplentes: Nery F. Facco, Cotricruz, Cruz Alta. Elvino Walter, Cotrisa, Santo Ângelo e João Alberto Pacheco, Cotriroz, Rosário do Sul.



Rui Polidoro Pinto

ursos Humanos, Contábil, Comunicação, Assessoria Jurídica e jornal, no caso o Interior. Reconhece, no entanto, que são áreas que precisam ser analisadas e reestruturadas dentro da proposta de tornar a Fecotrigo uma Federação forte. "Mas isso não significa que devemos fechar tudo o que existe dentro da Fecotrigo. Vamos discutir estas áreas e, inclusive o jornal, no sentido de buscar uma melhor participação das cooperativas filiadas".

NOVA FASE

Para Rui Polidoro, a discussão em torno da Federação que antecedeu a eleição representa uma nova fase do cooperativismo na região. Ele lembra que a proposta de discussão do novo perfil da entidade surgiu a partir de 30 cooperativas e discutida em nove reuniões. Identifica nessa nova postura a superação do que chama de crise da indiferença, "que é muito pior que a crítica contundente, do que certas posições contestatórias. Era um problema que vinha acontecendo, mas que, ao longo dessas reuniões, foi amplamente superado pela participação e na busca de novas fórmulas de encaminhamentos dos grandes problemas que estão surgindo em todas as direções", finaliza.



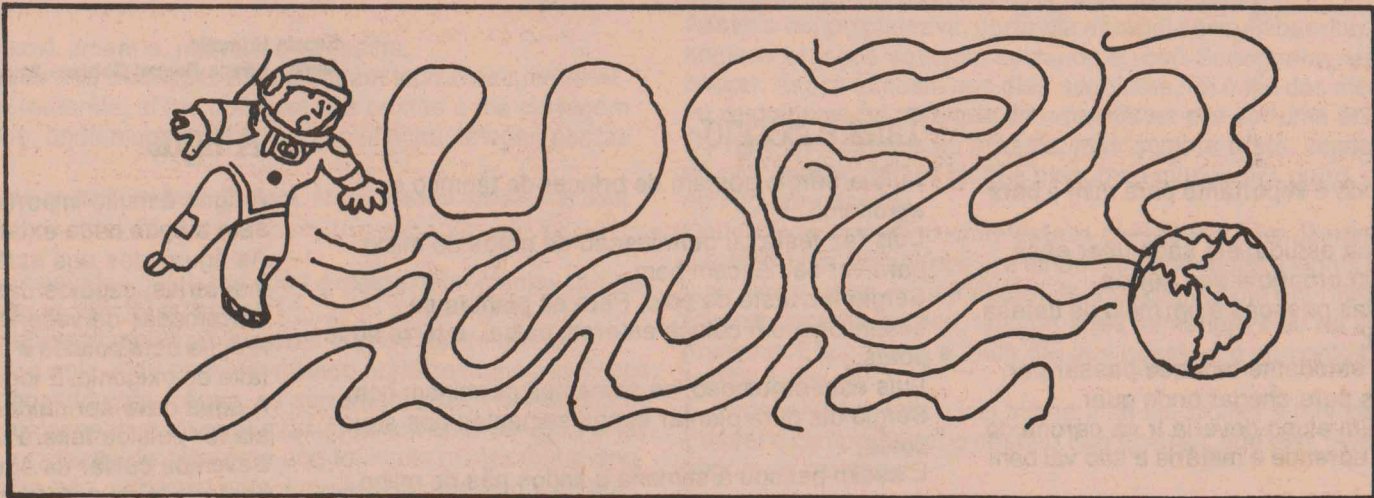
SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUÍ

Elaboração: Mariluz da Silva Lucchese
Datilografia: Derci Fátima Mariani

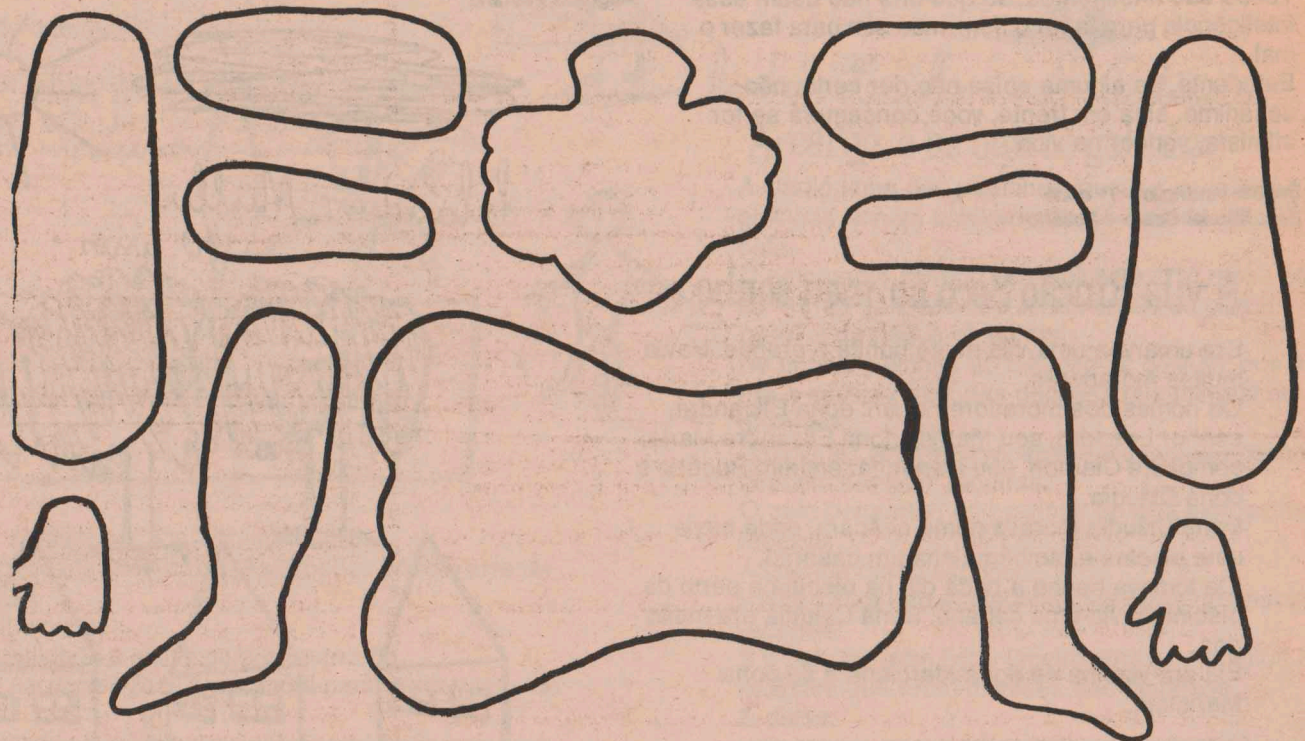
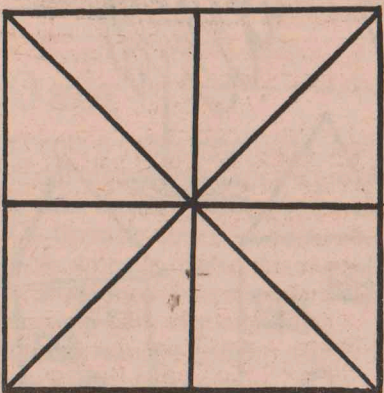
Passatempo

AJUDE O ASTRONAUTA A VOLTAR A TERRA



Pinte as figuras que você vê. Recorte-as e pinte-as

Descubra as letras que estão escondidas neste quadro:



Minha localidade

No celeiro de minha terra
Se chegou com liberdade
O comércio de seu Lucídio
Fixou nesta localidade

De Bicaco a São Pedro
És a coxilha da união
Nos teus vales e tuas matas
Muitas léguas de tradição

Com o inverno temos trigo
Soja é planta de verão
As plantas cobrem nossos campos
Animais embelezam a região

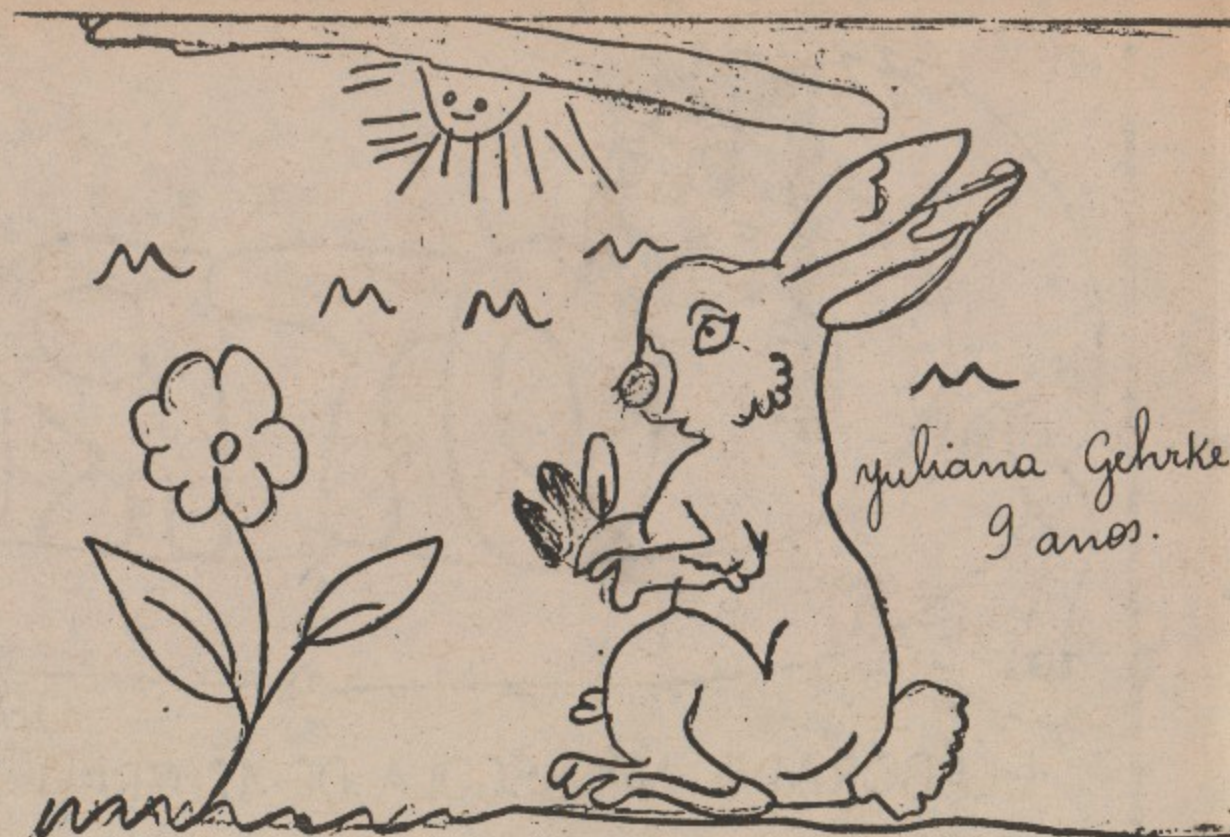
São Pedro é nosso guia
Padroeiro homenageado
Com seus costumes e suas crenças
O povo é respeitado

Se é dia de passeio
Na cuja tem chimarrão
E a primeira oferenda
Que o gaúcho tem na mão

Bolicho do seu Lucídio
"Canha" boa da peonada
Noite cheia de cantoria
Tropeliro de alma afinada

Levantar de manhã cedinho
Aqui é tradição
E cuja costumeira
Vai passando de mão em mão.

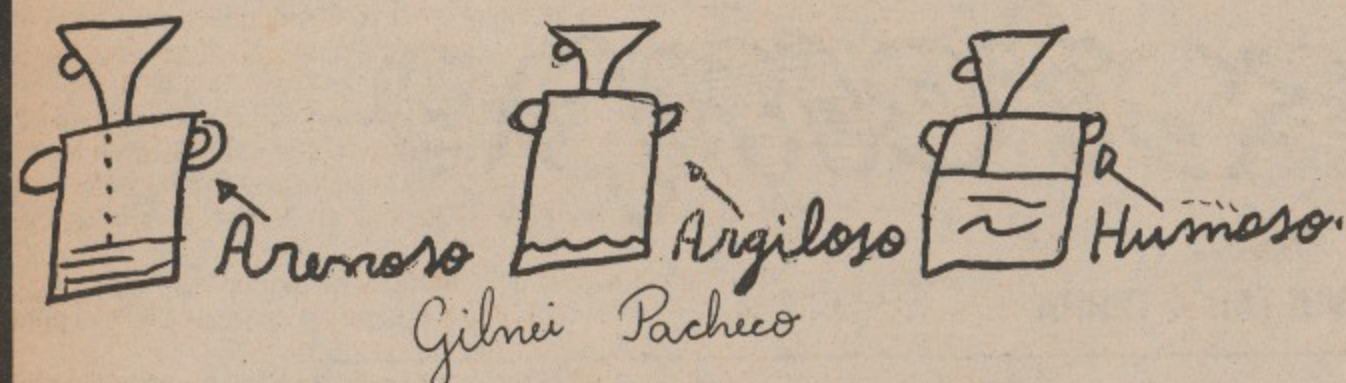
Enio Carpes - 5ª série
E.M. Cristóvão Colombo



O coelhinho

O coelhinho vem da barriga da coelha.
Ele se alimenta de comida, cenoura.
Quando ele é grande, ele come soja, folhas verdes
e outras coisas. Como o coelhinho tem ossos, ele é
um animal vertebrado e mamífero, porque ele mama
quando é pequeno.
A gente não deve matar os coelhos. O coelhinho é
bom para nós. Ele nos dá carne, couro e outras
coisas.

Escola Humaltá
Aluna: Juliana Raquel Gehrke - 2ª série



O estudo

Eu acho que o estudo é importante para mim e para
os outros.

Quando uma pessoa estuda, ela sabe usar esse
estudo em benefício próprio e dos outros.

O estudo para muitas pessoas é um meio de defesa
e de sobrevivência.
Mas, às vezes um estudante tem que passar por
muitas dificuldades para chegar onde quer.

Eu acho que nenhum aluno deveria ir na carona do
colega porque não aprende a matéria e não vai bem
no fim do ano.

As matérias pra mim são todas importantes, sendo
fáceis ou difíceis.

Quem estuda deve ter orgulho disso e deve mostrar
o que sabe para os outros.

Todos são inteligentes, só que uns não usam essa
inteligência para fazer o bem, mas sim para fazer o
mal.

Estudante, se alguma coisa não der certo, não
desanime, siga em frente, você conseguirá se for
otimista, vencer na vida.

Beatriz Andriollo - 7ª série
Esc. Miguel Couto - Rosário

A vila Rincão Seco no meu sonho

Era uma vez uma vila muito bonita e grande. Havia
muitos moradores.

Os nomes dos moradores eram: dona Elizandra,
senhor Leandro, seu Martim, dona Elisandra Maria,
compadre Clairton, seu Ivanor, fazendeiro Rogério e
dona Cláudia.

Dona Cláudia morava numa chácara, onde havia
uma piscina e também tinha um casarão.

Ela tomava banho a cada dia na piscina e perto da
piscina havia uma cabana. Dona Cláudia era muito
rica.

Ela era vizinha de dona Marciane e de dona
Maristela.

Esc. de 1º Grau Inc. Santíssima Trindade
Aluna Cláudia Müller - 10 anos



Página do Leitor



Eu sou uma pasta

Eu sou uma pasta de cor azul, amarela, marrom e vermelha.
Sou muito útil na vida escolar das crianças. Elas colocam todo o seu material
dentro de mim e também a merenda, aí me colocam nas costas e me carregam
para a Escola todos os dias, onde me encontro com as minhas colegas pastas,
isso me deixa muito feliz.

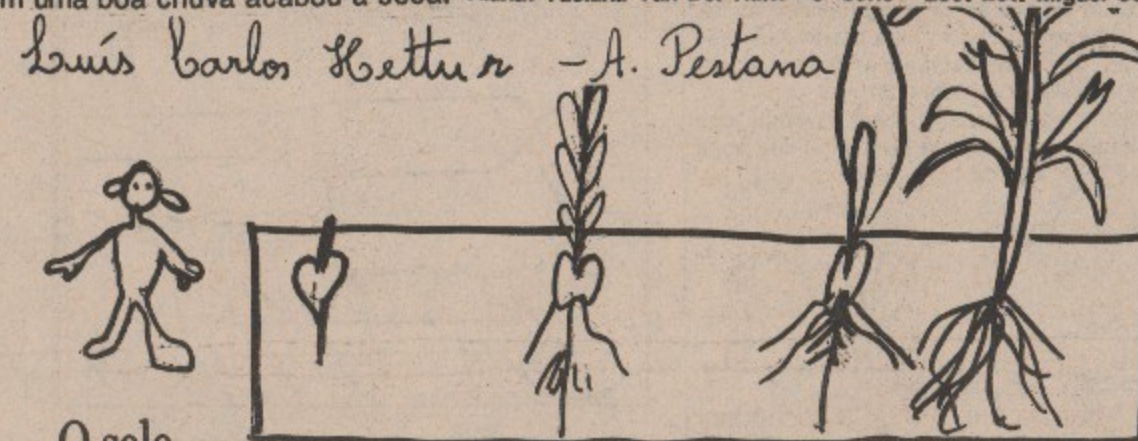
Esc. Mun. de 1º Grau Inc. Silveira Martins Augusto Pestana Aluno: Roberto Ibeisler - 2ª série

A seca

Um dos problemas mais comentados pelas pessoas e meios de comunicação de
massa, neste ano em nossa região foi a "seca".

A estiagem prolongada prejudicou muito as lavouras e principalmente os
produtos como feijão, milho e soja, causando um grande prejuízo aos agricultores.
A seca também estava acabando com a água, as vertentes estavam secando, os
rios também e as grandes cidades tiveram que fazer racionamento de água e luz.
Com o problema da seca, a colheita da soja este ano foi muito menor que o ano
passado; alguns agricultores não colheram nem a metade do que ano passado.
Os agricultores esperavam e aguardavam com ansiedade que a chuva viesse
quando a soja estava florescendo, mas infelizmente a chuva veio quando a soja
estava quase pronta para ser colhida e a produção caiu. Quando choveu, tudo
renovou, a grama que estava seca ficou verdinha novamente e teve água em
abundância.

Mas foi melhor que a chuva veio um pouco tarde do que nunca.
Como diz o ditado: "Antes tarde do que nunca".
E com uma boa chuva acabou a seca. Aluna: Taclana Van Der Ham - 8ª série - Esc. Est. Miguel Couto



O solo

O solo é muito importante para podermos cultivar nossos alimentos.

O desmatamento causa a erosão que é provocada pela chuva. As erosões podem arrasar
o solo, destruir plantações e curvas de nível.

Os tipos de solo são: arenoso, argiloso e humoso.

Solo arenoso, deixa passar a água com facilidade e serve para construção.

A argila é um barro, e não deixa passar a água com facilidade, é útil para fazer vasos de
flores e para fabricar tijolos.

O solo humoso contém restos de animais mortos e restos de vegetais podres que servem
para plantar flores.

Esses são os tipos de solo. Marcelo A. Schmitt - E.E. de 1º G. Inc. Dr. Pestana - 3ª série

Os dois homens pescadores

Eram dois pescadores amigos, eles se chamavam Antônio e Joel. Um dia eles
combinaram de ir pescar no rio Conceição.

E Joel falou:

- Vamos então pescar lá?

- Então vamos, disse Antônio.

Então foram pescar no rio Conceição. Lá pescaram muitos dourados e também outros
peixes. Então Antônio falou:

- Estamos pescando bem

- É sim, disse Joel. Mas eu acho que chega de pescaria.

- Sim, vamos embora repartir os peixes.

E foram embora repartir os peixes.

Repartiram os peixes e foram para casa contentes com a pescaria no rio Conceição.

Aluno: Fabiano Beck - 11 anos - E.M. de 1º G. Inc. Castro Alves

O destino

Naquela linda tarde, lembro-me de que minha velha avó Seringueira, me contava a
história da floresta onde nasci, forte e bonita. Eu era mais uma Seringueira a nascer
naquela floresta.

Vovó falava dos índios que habitavam a floresta, da vida deles, e de seu sofrimento.
Ela disse que os índios eram seres humanos que viviam felizes na floresta e não
faziam mal a ninguém, até que um dia chegou um homem branco na floresta e
escravizou os índios, desde aí então, não se ouviu falar em índios na floresta, pois
não existiam mais.

Vovó me falou do triste fim do meu avô, que foi morto a golpes de machado pelos
lenhadores. Tudo aquilo me deixou horrorizada e cheguei a chorar, pois não pensei
que estes tais homens brancos eram tão cruéis.

Assim o tempo passava, certo dia acordei com um barulho estranho, e vi que os tais
homens brancos estavam serrando a vovó Seringueira, tremi de medo e comecei a
chorar. Assim também nos dias seguintes, foi o fim dos meus pais e irmãos, somente
eu restei, pois fui poupada dos machados por ser uma árvore muito nova.

Os dias passavam e eu crescia, mas sempre triste, vendo as árvores felizes, mas eu
não conseguia ser igual a elas, meu mundo era outro, mais infeliz e cruel, pois eu
não tinha família.

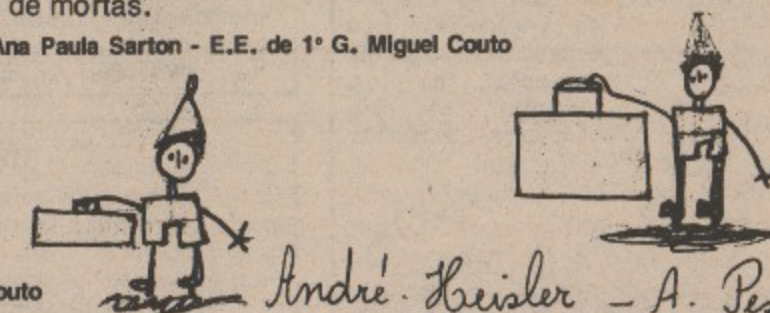
Certo dia vi que lá no chão estava crescendo uma plantinha, não distingui a
espécie, pois a plantinha era ainda muito pequena. Depois de alguns dias vi que era
uma Seringueira, quase chorei de felicidade, pois era minha irmã.

Quando mamãe morreu, uma de suas sementes caiu no solo e assim nasceu minha
maninha. Ela crescia a cada dia que passava e eu contava a história da nossa
família para ela.

E comecei a ser feliz, pois minha irmã me trouxe a felicidade.

Passei a compreender o destino das árvores, que elas favoreciam ao homem, mesmo
depois de mortas.

Aluna: Ana Paula Sartori - E.E. de 1º G. Miguel Couto



A carijó e as outras galinhas

A Carijó tinha dez pintinhos iguais e as outras
galinhas tinham inveja da Carijó e os dez pintinhos
dela.

O galo carijó, marido da galinha carijó, disse para
as outras galinhas não terem inveja da galinha
carijó e dos seus pintinhos.

As outras galinhas só falavam da galinha: que ela
era a mais exibida das galinhas que tinha lá no
galinheiro.

Um dia, a Carijó estava faceira e as outras galinhas
também estavam faceiras.

O galo perguntou às galinhas porque elas estavam
faceiras.

A galinha carijó explicou:

- Nós todas temos pintinhos, por isso nós estamos
faceiras.

E o galo também ficou faceiro com os pintinhos e as
galinhas que eram mães dos pintinhos.

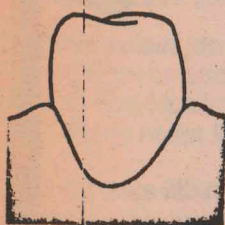
E disse:

- Que bom, agora as galinhas não vão mais brigar
por causa dos pintinhos da Carijó.

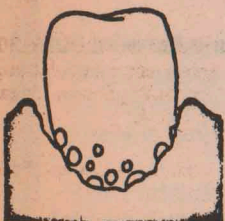
Aluna: Mariasa Hettner E.M. de 1º G. Inc. Sete de Setembro

Como evitar as cáries

Como ocorre a cárie



Logo após o nascimento, quando a criança começa a se alimentar, aparecem na boca microrganismos chamados bactérias. Antes dos dentes nascerem, estas bactérias não têm local para se fixar e acabam sendo destruídas na boca pela saliva e também no estômago após serem engolidas. Com o aparecimento da dentição, as bactérias grudam-se nos dentinhos, formando uma camada fininha chamada placa bacteriana ou placa dental.

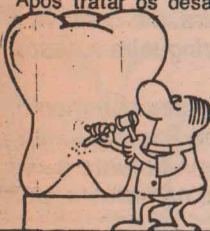


Se os dentes não são bem escovados, os restos de alimentos que ficam escondidos vão alimentar e tornar mais forte a placa bacteriana. Com o tempo ela endurece formando uma crosta sobre o dente, também conhecida por tártaro.

As bactérias da placa transformam os restos de alimentos em ácidos. Estes ácidos atacam o esmalte do dente provocando a cárie e a inflamação das gengivas.

Tratamento restaurador

Após tratar os desagradáveis sinais e sintomas provocados pela cárie (dor, inchaço, infecção, etc), o dentista começa a reconstruir a parte destruída do dente, através da restauração (obturação). Com isso, devolve-se ao dente sua anatomia original e a função mastigatória.



Prejuízo à saúde

Os 32 dentes do adulto (16 em cada arcada dentária) têm a função de preparar os alimentos para serem digeridos no estômago. Com a falta de dentes, os alimentos não são bem cortados, triturados e esmagados, transferindo mais trabalho para o estômago causando problemas no sistema digestivo. Uma vez prejudicada a alimentação poderá ocorrer deficiência no sistema de defesa do organismo.

Como focos permanentes de infecção, a cárie e as doenças gengivais liberam secreções ou pus, que engolidos, podem cair na circulação sanguínea e atingir outros órgãos.

Evitando o açúcar você evita a cárie

O açúcar é o principal alimento das bactérias que formam a placa bacteriana e consequentemente a cárie. Após algumas horas, o açúcar contido em doces, que comemos entre as refeições, transforma-se em ácido láctico. Este ácido ataca o esmalte dos dentes, provocando sua corrosão e dá início a cárie. Por isso evite as balas, gomas de mascar, chocolate e alimentos doces para as crianças. Se não der

para evitar, escove os dentes da criança logo em seguida. Isto também vale para você.



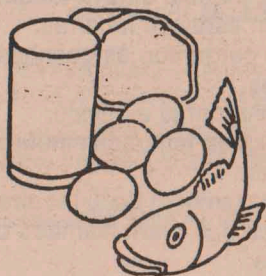
Alimentos que não provocam a cárie

Existem alimentos que são considerados não cariogênicos ou seja, não provocam cárie. São as proteínas, os vegetais, as gorduras e as frutas. Entre os alimentos ricos em proteínas temos: leite, ovos, peixes e carnes.

Tais alimentos são importantes para a criança porque formam dentes permanentes, bem calcificados, fortes e resistentes à cárie.

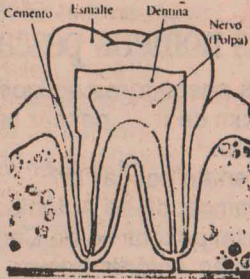
Procure dar à criança alimentos duros que precisam ser bem mastigados, como frutas e legumes crus que possibilitam uma auto-limpeza, removendo os restos de alimentos grudados nos dentes.

A mastigação destes alimentos também ajuda a desenvolver os maxilares e massagear a gengiva.



Como evolui a cárie?

No início a cárie não dói porque só atinge o esmalte do dente. Depois de "furar" o esmalte, a cárie atinge a dentina, camada um pouco menos dura que o esmalte, muito sensível a dor porque recebe prolongamentos do nervo.

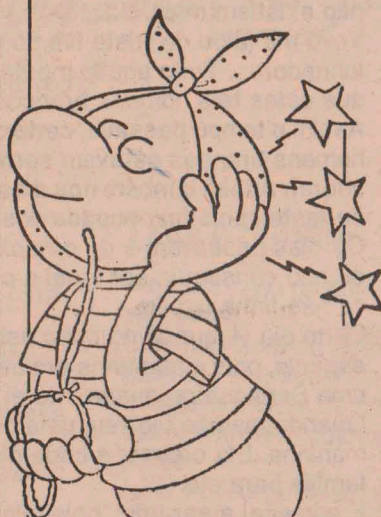


Se a cárie ainda não for tratada, continuará "furando" o dente até atingir o canal onde está o nervo, provocando dores muito fortes e infecção (pulpite). Com a progressão da infecção, formam-se lesões no osso e abscessos (bolsas de pus).

Dores causadas pela cárie

A dor é um sinal de que alguma coisa está errada com o organismo. Quando ela é muito forte ou intensa, chega a provocar insônia, falta de apetite, cansaço e irritação. Considerada das mais desagradáveis, a dor de dente geralmente é mais forte quanto mais profunda for a cárie. Quando esta atinge a dentina, sentimos dor ao comer doces e tomar líquidos frios. Ao atingir o canal, a cárie provoca dores mais intensas que podem ser aliviadas com o uso de analgésicos. Entretanto a sensação de dor acabará somente

quando o dentista identificar e tratar sua causa, ou seja, a cárie. Por isso, ao primeiro sinal de dor de dente, mesmo que ela seja leve, procure o dentista. Ele virá remover o tecido cariado ou se necessário tratar o canal com medicamentos adequados.



Existem casos, em que apesar de cariado, o dente não dói. É a chamada cárie crônica: o dente se defende formando um tecido escuro, como se fosse uma capa. A medida que esta cárie aumenta, torna-se mais difícil salvar o dente.

Higiene bucal

A higiene bucal ou os cuidados que você deve tomar diariamente para evitar a formação ou crescimento da placa bacteriana, compreende:

— a) escovação dos dentes, b) uso da fita dental, c) bochechos.

Muitas pessoas escovam os dentes uma vez ao dia, ao levantar ou antes de dormir. Só isto não basta. Para eliminar os restos de alimentos que formam as placas bacterianas é preciso escovar os dentes após toda e qualquer alimentação.

Como a escovação limpa somente as partes externas dos dentes, ela deve ser completada com o uso da fita dental que limpa os espaços entre os dentes e seguida de bochechos.



Flúor: a defesa contra o ataque da cárie

O flúor é uma substância que deixa mais forte a estrutura do dente, protegendo-o contra o ataque da cárie. Ele é muito importante para a formação dos dentes da criança, desde a gestação até os 12 anos.

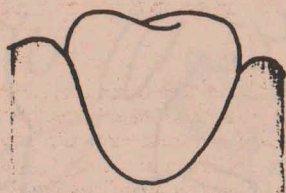
Em algumas cidades a água é flúoretada, ou seja, já contém flúor. Neste caso, não se recomenda administrar quantidade suplementar.

Se na sua cidade a água não for flúoretada, procure se informar junto ao seu médico ou dentista como administrar o flúor aos seus filhos.

Doenças nas gengivas

Os restos alimentares, além de provocar cáries, formam também o tártaro que separa o dente da gengiva, ocasionando inflamação e infecção, da seguinte forma:

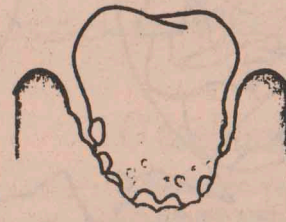
- Placa bacteriana formada por restos de alimentos.
- Tártaros irritam a gengiva provocando uma inflamação chamada gengivite (gengivas inchadas, sensíveis e sangrentas).
- Formação de bolsas de pus (infecção) e destruição do osso que suporta o dente.
- Com o osso destruído, o dente fica mole e pode cair.



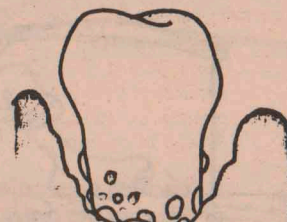
Placa bacteriana formada por restos de alimentos.



Tártaros irritam a gengiva provocando uma inflamação chamada gengivite (gengivas inchadas, sensíveis e sangrentas).



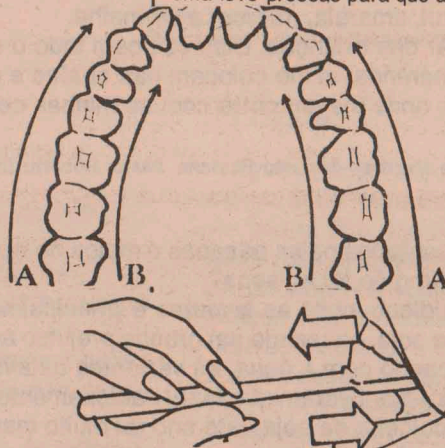
Formação de bolsas de pus (infecção) e destruição do osso que suporta o dente.



Com o osso destruído, o dente fica mole e pode cair.

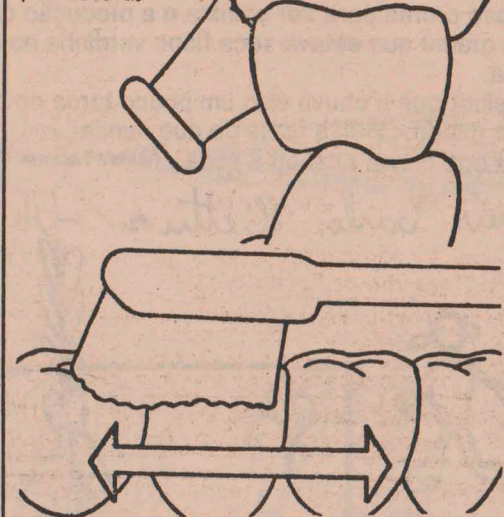
Como escovar os dentes

Escove os dentes do fundo para a frente da boca, fazendo pequenos movimentos vibratórios com a escova inclinada conforme o desenho. Faça uma leve pressão para que as cerdas removam os



restos de alimentos que ficam nos espaços entre os dentes e entre estes e a gengiva. Primeiro escove o lado de fora e depois o lado de dentro de uma das fileiras de dentes de cima. Escove do mesmo jeito a outra fileira e os dentes de baixo. Depois, limpe a parte de cima de todos os dentes, fazendo movimentos de vai-vém com a escova.

Complete a limpeza usando fita dental para remover os restos de alimentos não alcançados pela escova.



Perda dental

A perda de um dente prejudica não só a estética, como também a mastigação e todo processo digestivo.

Com o buraco deixado pelo dente perdido, os dentes vizinhos perdem os apoios e movimentam-se, desengrenando um dente de outro, causando também problemas nas arcadas e na gengiva.

A conservação dos dentes em perfeito estado deve ser feita logo na infância, pois embora os dentes de leite caiam, eles servem de guias, abrindo caminho para os dentes permanentes nascerem na posição correta.